

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO UNIVERSITÁRIO DO NORTE DO ESPÍRITO SANTO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO NA EDUCAÇÃO
BÁSICA**

ANA CLÁUDIA PEZZIN

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA ESPÍRITO-SANTENSE:
VESTÍGIOS DA MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DE
PROFESSORES NO PERÍODO DE 1892 A 1960**

SÃO MATEUS

2015

ANA CLÁUDIA PEZZIN

**A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA ESPÍRITO-SANTENSE:
VESTÍGIOS DA MATEMÁTICA NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES
NO PERÍODO DE 1892 A 1960**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica, na Área de Concentração: Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho

SÃO MATEUS

2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
(Divisão de Biblioteca Setorial do CEUNES - BC, ES, Brasil)

P521e Pezzin, Ana Cláudia, 1988-
A educação pública primária espírito-santense : vestígios da matemática na formação de professores no período de 1892 a 1960 / Ana Cláudia Pezzin. – 2015.
154 f. : il.

Orientador: Moysés Gonçalves Siqueira Filho.

Dissertação (Mestrado em Ensino na Educação Básica) –
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro Universitário
Norte do Espírito Santo.

1. Escolas normais. 2. Professores formação. 3. Educação matemática. 4. Espírito Santo (Estado). I. Siqueira Filho, Moysés Gonçalves. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário Norte do Espírito Santo. III. Título.

CDU: 63

**"A Educação Pública Primária Espírito Santense:
vestígios da Matemática na formação de professores
no período de 1908 a 1960"**

Ana Cláudia Pezzin

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Espírito Santo, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, para obtenção do título de Mestre em Ensino na Educação Básica.

Aprovada em 19/12/2015.



Prof. Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador



Prof. Dr. Lúcio Souza Fassarella
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Interno



Prof. Dr. Wagner Rodrigues Valente
Universidade Federal de São Paulo
Membro Externo



Prof.ª Dr.ª Andressa Cesana
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro Externo

AGRADECIMENTOS

A Deus, por te me concedido o dom da vida, a possibilidade de alcançar objetivos e realizar meus sonhos.

Ao meu esposo Italo que teve sabedoria para me apoiar e compreender meus momentos de ausência. Também agradeço por sua ajuda na organização de fontes para o trabalho.

Ao meu orientador, professor Dr. Moysés Gonçalves Siqueira Filho, pela confiança e pela atenção dispensada a esse trabalho. Sou grata por ter auxiliado em todos os momentos de desenvolvimento da pesquisa. Seus conhecimentos e sua experiência como pesquisador proporcionaram-me momentos de muito aprendizado.

Aos professores Dr. Lúcio Souza Fassarella, Dr. Wagner Rodrigues Valente e Dr^a. Andressa Cesana, pelo aceite em compor a banca, pelo acompanhamento do trabalho e por suas importantes contribuições.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Educação Básica, com os quais pude aprender e amadurecer como pesquisadora.

A todos os colegas da 1^a turma de Mestrado do PPGEEB-CEUNES, em especial, os que compartilharam a Matemática como área de estudo: André, Clarice, Jonas e José Aparecido. Obrigada pelos momentos de incentivo, pelo companheirismo e pela amizade.

Aos funcionários do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, da Biblioteca Pública Estadual, da Biblioteca Pública Municipal de São Mateus e da Superintendência Regional de Ensino de São Mateus, pela atenção e por possibilitarem o acesso a documentos cruciais para a pesquisa.

Ao professor Renato Pirola e à bibliotecária Beatriz Barbosa Pirola, pelo auxílio na localização de fontes e no contato com as pessoas que foram entrevistadas.

Aos ex-professores e ex-alunos da Escola Normal de São Mateus que contribuíram com este trabalho por meio de entrevistas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo-FAPES e à Universidade Federal do Espírito Santo pela bolsa de estudos.

A todos os familiares e amigos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta jornada.

Por vezes sentimos que aquilo que fazemos não é senão uma gota de água no mar. Mas o mar seria menor se lhe faltasse uma gota.

Madre Teresa de Calcutá

RESUMO

Analisa o processo de formação de professores primários no Estado do Espírito Santo, no período de 1892 a 1960. Busca compreender como se dava o ensino de Matemática nos cursos de formação ofertados, em geral, pelas Escolas Normais. Utiliza a História Cultural, na perspectiva de Chartier, para esclarecer a trajetória da educação no Estado capixaba, considerando elementos inerentes a esse movimento, como métodos de ensino, avaliação escolar e ação docente. O recorte temporal estabelecido está atrelado a um período de importantes modificações no ensino capixaba, sendo 1892 o ano de criação da primeira Escola Normal do Estado, com destaque para a Reforma Gomes Cardim, iniciada em 1908 pelo então professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim. Na transição da década de 1960 para 1970, as Escolas Normais cederam lugar aos Cursos de Magistério, iniciando-se uma nova etapa na trajetória da formação de professores. Para compreender como surgiram as ideias que culminaram na Reforma Gomes Cardim, fez-se necessário perceber a educação desde o Brasil Império, para assim estabelecer uma contextualização. Em seguida buscou-se verificar a reorganização do ensino iniciada com a República no Brasil e no Estado do Espírito Santo. Como fontes de pesquisa foram utilizadas a legislação oficial do ensino do Brasil e do Estado do Espírito Santo, relatórios encaminhados ao governo pelos seus respectivos secretários de Instrução e/ou Inspectores Escolares, provas escritas realizadas pelos alunos de duas escolas normais capixabas na década de 1930, a Revista de Educação e manuais de ensino, que foram publicações acessíveis ao professorado do Espírito Santo. Apresenta alguns Programas de Ensino de Matemática, estabelecendo contrapontos entre o Ensino Normal e Ensino Primário, os métodos de ensino defendidos à época e distinções previstas para alunos conforme o sexo. Acerca do Ensino de Matemática, identifica que o rigor e os conceitos matemáticos eram priorizados e que não havia preocupação com a interdisciplinaridade entre os campos da Matemática. Verifica que o princípio norteador da formação dos professores primários capixabas, não era “o que ensinar”, mas “como ensinar”, de modo que, as discussões com relação a Métodos de Ensino se alongaram por muitos anos no Estado. Aponta o Estado do Espírito Santo como adepto das medidas educacionais que eram adotadas em São Paulo, considerado como referência em renovação educacional para muitos estados brasileiros. No entanto, o Estado capixaba apresenta dificuldades políticas e econômicas no cumprimento do objetivo de formar professores de acordo com a “modernização” que a Educação Pública almejava.

Palavras-chave: Escola Normal – Formação de Professores – Ensino de Matemática – Estado do Espírito Santo.

ABSTRACT

This research analyses the training process of primary school teachers in Espírito Santo State, in the period 1892-1960. It aims at understanding how math instruction happened in training courses offered, in general, by Normal Schools (high schools which train students to be basic education teachers). It uses Cultural History, in Chartier's perspective, to clarify the history of education in the State mentioned above, considering the elements inherent to this movement, such as teaching methods, school evaluation and teachers' actions. The period of time researched is tied to an age of important modifications to Education in Espírito Santo: in 1892, the first Normal School was founded in the State; in 1908, emphasis is placed on Gomes Cardim Reform, by Professor Carlos Alberto Gomes Cardim (an educator from São Paulo State). In the transition from the 60's to the 70's, Normal Schools were replaced by Teaching Courses, what made teacher training start a new time on its path. In order to comprehend how the ideas which ended up in that reform emerged, it was necessary to understand education since the time Brazil was an Empire (19th century), what made it possible to set a context. Then, a search was carried out to verify the reorganization of education started with the establishment of a republic in Brazil. The source of research includes national and regional (Espírito Santo) official legislation in the field of education, reports sent to the government by Instruction Secretaries and/or School Inspectors, written exams taken by students from two normal schools located in Espírito Santo in the 1930s, the periodical named "Revista de Educação" and teaching manuals, publications which were accessible to Espírito Santo's teachers. It presents some Math Instruction Programs, providing counterpoints between Normal Teaching and Primary Teaching, the teaching methods adopted at that time and distinctions drawn between students according to their gender. In relation to the teaching of Mathematics, it identifies that rigor and mathematical concepts were priorities and that there were no worries about interdisciplinarity among mathematical branches. It verifies that the guiding principle of teaching training for elementary teachers from Espírito Santo was not "what to teach", but "how to teach", what made discussions related to Teaching Methodology extend for many years in the State. It indicates that Espírito Santo followed educational measures which were previously adopted in São Paulo, considered as a reference in educational renewing for many Brazilian States. However, Espírito Santo faces economical and political difficulties in achieving the objective of training teachers according to the "modernization" aimed by Public Education.

Keywords: Normal School – Teacher Training – Math Instruction – Espírito Santo State.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Escola Modelo em Vitória no ano de 1908.....	48
Figura 2 – Termo de Visita a uma escola de São Mateus (1918).....	50
Figura 3 – Trabalho realizado por aluno em comemoração ao dia da Bandeira	55
Figura 4 – Escola Normal D. Pedro II em 1930	73
Figura 5 – Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (século XX)	77
Figura 6 – Prédio onde funcionava a Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida.....	81
Figura 7 – Pontos para prova de Desenho para o 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	85
Figura 8 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 8 – 1º ano). Escola Normal de Alegre (1935).....	86
Figura 9 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 8 – 1º ano). Escola Normal de Alegre (1935).....	86
Figura 10 – Pontos para prova de Desenho para o 2º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	88
Figura 11 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 1 – 2º ano). Escola Normal de Alegre (1935).....	89
Figura 12 – Resolução da Prova de Desenho. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934).....	91
Figura 13 - Cálculo da nota atribuída à prova de Admissão (1934)	92
Figura 14 – Resolução da Prova de Desenho – 1º ano. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)	93
Figura 15 – Resolução da Prova de Desenho – 1º ano. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)	93

Figura 16 - Resolução da Prova de Geometria – 1º ano. Escola Normal Municipal de Alegre (1936).....	95
Figura 17 – Pontos para prova de Geometria para o 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	96
Figura 18 – Demonstração de teorema na prova de Geometria do 3º ano do Curso Normal (1935)	97
Figura 19 - Questões da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934).....	98
Figura 20 – Resolução da 3ª questão da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)	99
Figura 21 – Pontos para prova de Aritmética para o 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	102
Figura 22 – Questões da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	103
Figura 23 - Resolução da 3ª questão da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1936)	104
Figura 24 - Questões das provas de Aritmética do 1º ano do Curso Normal do Colégio N. S. Auxiliadora (1934)	106
Figura 25 – Pontos para prova de Álgebra para o 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	107
Figura 26 – Questões da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	108
Figura 27 – Questões da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	108
Figura 28 – Correção da 1ª questão da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)	109

Figura 29 – Capa da Revista de Educação de 1937/ Texto do cabeçalho.....	112
Figura 30 – Alunas da Escola Normal Pedro II juntamente com o Secretário de Educação Moreira Camargo nas comemorações do dia da Árvore	113
Figura 31 - Alunas das Escolas de Cachoeiro de Itapemirim realizando um prova pública de Cultura Física.....	114
Figura 32 – Capa do livro Manual do ensino primário (1945).....	117
Figura 33 – Índice do Manual do Ensino Primário. 3º ano.....	118
Figura 34 – Algoritmo da divisão.....	119
Figura 35 – Lista de exercícios.....	120
Figura 36 – Exercícios de Cálculo Mental	120
Figura 37 – Exemplos de problemas propostos	121
Figura 38 – Exemplos de desenhos geométricos.....	122
Figura 39 – Notas utilizadas pelo autor para orientação dos professores.....	123
Figura 40 – Capa do livro Metodologia do Ensino Primário (1948)	124
Figura 41 – Capa do livro Metodologia do Ensino Primário (1958)	126
Figura 42 – Exemplo de jogo: Dominó de contas.....	130
Figura 43 – Exemplo de Nota Prática do livro Metodologia do Ensino Primário.....	131

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Currículo da Escola Normal em 1890.....	35
Quadro 2 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1892 para a seção masculina.....	35
Quadro 3 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1892 para a seção feminina	36
Quadro 4 – Programa de Língua Nacional e de Língua Portuguesa.....	37
Quadro 5 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1908 para a seção masculina.....	39
Quadro 6 – Currículo do 2º ano da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1910	40
Quadro 7 – Programa da matéria de Trabalhos Manuais do Curso Primário em 1927	41
Quadro 8 – Programa de Ensino de concurso para professorado primário - Matemática (1917)	42
Quadro 9 – Trabalho realizado por aluno em comemoração ao dia da Bandeira	55
Quadro 10 – Compêndios aprovados pelos lentes da Escola Normal do Espírito Santo no ano de 1910.....	57
Quadro 11 – Compêndios aprovados pelos lentes da Escola Normal do Espírito Santo no ano de 1911	58
Quadro 12 – Frequência da Escola Modelo anexa à Escola Normal em 1908	69
Quadro 13 – Programa de Ensino de Desenho para o Curso Primário Capixaba em 1927	83

Quadro 14 – Questões da Prova de Geometria do 1º da Escola Normal de Alegre (1936).....	94
Quadro 15 – Questões da Prova de Geometria do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934).....	98
Quadro 16- Resolução da 3ª questão da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)	99
Quadro 17 – Relação de provas de Aritmética do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	100
Quadro 18 – Questões da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935).....	103
Quadro 19 – Questões/resoluções das provas de Aritmética dos 1º anos do Curso Normal do Colégio N. S. Auxiliadora (1934).....	105
Quadro 20 – Composição da obra Metodologia do Ensino Primário.....	127

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – PROFESSORES NORMALISTAS E LEIGOS NO ESPÍRITO SANTO (1947-1953).....	45
TABELA 2 – FREQUÊNCIA DA ESCOLA NORMAL (1916-1919).....	72
TABELA 3 – ALUNOS DIPLOMADOS NA ESCOLA NORMAL (1920-1923).....	76
TABELA 4 – CORPO DOCENTE DO ENSINO PRIMÁRIO EM SÃO MATEUS.....	78
TABELA 5 – RELAÇÃO DE PROVAS DE ARTIMÉTICA DO CURSO NORMAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ALEGRE.....	100
TABELA 6 – CONTEÚDOS DE MATEMÁTICA APRESENTADOS NO LIVRO METODOLOGIA DO ENSINO PRIMÁRIO (1948).....	125

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 ORIGEM E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA	22
1.2 OBJETIVOS	25
1.2.1 Objetivo Geral	25
1.2.2 Objetivos Específicos	25
1.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS	26
2 UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: A PRESENÇA DAS ESCOLAS NORMAIS	31
2.1 MÉTODOS E PROGRAMAS DE ENSINO	34
2.2 REQUISITOS PARA ADMISSÃO AO MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO 41	
2.3 ASPECTOS GERAIS DOS RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX	46
2.3.1 Recursos educacionais, prédios escolares e assistência escolar – propostas da Reforma no Ensino Capixaba	56
2.3.1.1 Recursos Educacionais	56
2.3.1.2 Prédios escolares	60
2.3.1.3 Assistência Escolar	63
2.3.2 A educação nas colônias estrangeiras	66
2.3.3 O perfil dos Inspectores Escolares	67
2.4 AS ESCOLAS NORMAIS NO ESPÍRITO SANTO	68
3 UMA ANÁLISE DOS SABERES MATEMÁTICOS CONTIDOS NAS AVALIAÇÕES DE DUAS ESCOLAS NORMAIS CAPIXABAS NA DÉCADA DE 1930	82
3.1 AVALIAÇÕES DE DESENHO	82
3.1.1 Escola Normal Municipal de Alegre	84

3.1.1.1 Prova do 1º ano	84
3.1.1.2 Prova do 2º ano	87
3.1.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	89
3.1.2.1 Prova de Admissão ao Curso Normal	90
3.1.2.2 Prova do 1º ano do Curso de Adaptação	92
3.2 AVALIAÇÕES DE GEOMETRIA	94
3.2.1 Escola Normal Municipal de Alegre	94
3.2.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	98
3.3 AVALIAÇÕES DE ARITMÉTICA	100
3.3.1 Escola Normal Municipal de Alegre	101
3.3.1.1 Provas do 1º ano	101
3.3.1.2 Prova do 3º ano	105
3.3.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora	105
3.4 AVALIAÇÕES DE ÁLGEBRA	106
4 PERIÓDICOS ACESSÍVEIS AO PROFESSORADO CAPIXABA EM MEADOS DO SÉCULO XX	111
4.1 A REVISTA DE EDUCAÇÃO	111
4.2 OS MANUAIS PEDAGÓGICOS	116
4.2.1 Manual do Ensino Primário. Miguel Milano. 3º ano. 6ª edição. Editora Francisco Alves	117
4.2.2 Metodologia do Ensino Primário. Artur Carbonell Y Migal. Tradução de Narciso Berlese. 5ª edição. Editora Globo	124
4.2.3 Metodologia do Ensino Primário. Amaral Fontoura. 2º e 3º do Curso Normal. 4ª edição. Editora Aurora	126
5 À GUIA DE COMPREENSÕES	133
6 REFERÊNCIAS	139
6.1 FONTES PRIMÁRIAS	139
6.2 FONTES SECUNDÁRIAS	145

ANEXOS	153
--------------	-----

- 1 INTRODUÇÃO -

Iniciei em 2006 o curso de graduação em Licenciatura Plena em Matemática ofertado pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) no *campus* de São Mateus. Com a conclusão do curso, em 2010, ingressei na rede educacional da Prefeitura Municipal atuando como professora de Matemática no Ensino Fundamental II (6º ao 9º ano). Ao contrastar a realidade da sala de aula com os saberes adquiridos durante a graduação, notei carência de conhecimentos pedagógicos para melhor desempenhar a função de professora, considerando as variadas dimensões práticas e cognitivas que essa profissão carrega consigo. Dessa forma, percebi a necessidade de buscar um amparo para a condução do processo de ensino-aprendizagem de Matemática. Passei, então, a cursar a Especialização, também, ofertada pela UFES em São Mateus, denominada *Especialização em Ensino na Educação Básica*.

Foi nesse curso de pós-graduação que teve início meu percurso pelos caminhos da História do Ensino de Matemática. Em uma disciplina denominada História e Política da Educação Brasileira¹, percebi a importância de o professor de Matemática conhecer as reformas e os processos que constituíram a educação brasileira, em especial a Educação Matemática, e a partir disso, estabelecer conexões com a realidade educacional atual. Ao serem adquiridos os conhecimentos advindos dessa disciplina, pensei como uma primeira ideia, em minha área de estudo: que história havia sido escrita sobre o ensino da Matemática no município de São Mateus no Estado do Espírito Santo?

No intuito de relacionar obras que tratassem sobre o assunto, a partir de uma perspectiva histórica, deparei-me com um campo carente de estudos, com poucas publicações. Sendo esse, mais um fator que me instigou a trilhar esse caminho. Nesse sentido, à época da Especialização, escrevi a monografia intitulada *Grupo Escolar Amâncio Pereira (1946 - 1975): organização, contexto histórico e educação matemática*². Nesse trabalho considerei as atividades escolares vivenciadas durante

¹ Ministrada pela Professora Doutora Maria Alayde de Alcântara Salim.

² Sob a orientação do Professor Doutor Moysés Gonçalves Siqueira Filho.

parte do século passado no grupo escolar Amâncio Pereira³, localizado em São Mateus/ES, e uma das conclusões obtidas na pesquisa sobre essa instituição indica que ela representou uma considerável expansão no sistema escolar do município, assim como tantos grupos escolares criados Brasil afora.

Tendo realizado esse percurso histórico acerca do referido município, pretendia, agora, em nível de mestrado, avançar um pouco mais. A história do ensino da Matemática no curso primário, a formação matemática do professor nessa modalidade de escolarização, entre outros aspectos, tornaram-se os eixos norteadores para uma futura pesquisa, haja vista, ter traçado o perfil de funcionamento do grupo escolar *Amâncio Pereira* e de suas práticas pedagógicas, como dito, em trabalho anterior.

Ao procurarmos, de maneira ainda não sistematizada, informações acerca do processo de formação de professores, constatamos a existência da Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida, localizada bem próxima ao grupo escolar Amâncio Pereira. Assim, propusemos, preliminarmente, identificar elementos que pudessem esclarecer o processo de ensino da Matemática na Escola Normal do município de São Mateus, em seus primeiros anos de existência, no século XX.

Em busca de documentos e outras fontes históricas acerca do funcionamento da Escola Normal mateense⁴ constatamos a escassez de arquivos e/ou estudos sobre essa instituição. Considerando a inserção da Escola Normal e do Grupo Escolar em um movimento educacional que vinha acontecendo nas esferas estadual e federal, optamos, então, por um pequeno deslocamento, ou seja, conhecer as políticas públicas que abarcavam a formação matemática do professor primário no Estado do Espírito Santo.

Ao refletirmos sobre a formação matemática de professores, ao longo do tempo, acreditamos ser relevante nos remetermos à constituição da Matemática como disciplina escolar, uma vez que, sua trajetória imbrica situações diretamente

³ Amâncio Pinto Pereira nasceu em 8 de abril de 1862 na cidade de Vitória/ ES. Foi fundador e redator de dois jornais, além de ter colaborado com vários outros. Publicou também muitos livros, abrangendo desde trabalhos didáticos até peças teatrais. Pertenceu ao Instituto Histórico da Bahia, aos Institutos de História e Geografia de Sergipe, da Paraíba e do Espírito Santo, além de fazer parte da *Société Académique de Histoire Internationale de Paris*. Faleceu em Vitória, em 13 de agosto de 1918 (ACADEMIA ESPIRITO-SANTENSE DE LETRAS, 2002).

⁴ Com base em alguns documentos e depoimentos de ex-alunos, estimamos o funcionamento dessa instituição no período de 1955 a 1973.

relacionadas ao exercício do magistério, tais como a organização de programas curriculares e, neles inseridos, a justificativa e o significado do que se ensina.

Em geral, de acordo com Souza Junior e Galvão (2005) as pesquisas que buscam compreender a trajetória histórica das disciplinas escolares são realizadas por professores interessados em conhecer a história de sua própria área de atuação, o que contribui para um melhor entendimento do papel desempenhado pela escola no contexto das disciplinas escolares. Conforme Chervel (1990) é importante ressaltar que o termo disciplina escolar está relacionado àquilo que se ensina, isto é, aos “conteúdos do ensino”. De forma que, não se confunda com as origens do termo, visto que até o final do século XIX, disciplina designava a vigilância dos estabelecimentos escolares e a repressão das condutas prejudiciais a sua ordem.

Miguel e Miorim (2008, p. 12) afirmam que os esclarecimentos advindos das abordagens históricas educacionais “[...] venham modificar qualitativamente as práticas escolares nas quais a Matemática se acha envolvida, a formação matemática e educacional dos profissionais que promovem e realizam essas práticas [...]”, ou seja, oportunizar aos professores conceber o ambiente em que está inserido em um contexto histórico e atual.

Entendemos que a importância do conhecimento da História da Educação Matemática contempla a formação de professores em todos os níveis, desde os professores primários até os Licenciandos em Matemática. Nesse contexto, Valente (2013, p. 946) destaca que o professor em formação precisa “[...] apossar-se da *História da educação matemática*⁵ como ingrediente fundamental para exercício da futura profissão”.

Em consonância com esses autores, defendemos a ideia de que a partir das reflexões advindas do conhecimento da História da Educação Matemática, o professor possa aprimorar sua prática docente. Para Valente (2013, p. 950),

[...] Por que a escola básica ensina o que ensina em matemática? Essa parece ser a questão central. Colocar o professorando em situações de desequilíbrio, onde o saber matemático das disciplinas da grade de formação do licenciando não dá conta de explicar as razões da existência ou ausência de temas matemáticos no rol das atividades matemáticas

⁵ O autor estabelece uma distinção entre os termos *História da Educação Matemática* e *História da educação matemática*. Esta remete aos processos elaborados ao longo do tempo na produção da matemática escolar e aquela se refere à história da constituição do campo de pesquisa.

presentes na prática do professor, poderá levá-lo à reconstrução dos saberes elementares em termos historicamente sustentáveis.

Para compreensão de aspectos relativos à construção histórica dos saberes elementares matemáticos, Valente (2015, p. 18-20) enfatiza que esses saberes não devem ser pensados somente como conteúdos numéricos e geométricos, respectivos ao estudo de Aritmética/Cálculo e de Geometria/Desenho. A constituição dos saberes elementares abrange os modos de conduzir a educação, envolvendo a pedagogia tradicional, pedagogia moderna, escola ativa, dentre outros. Nas palavras do autor: “[...] conteúdos de ensino mudam com o tempo, saberes escolares alteram-se com a presença de diferentes pedagogias, de modos diversos de pensar e conduzir a educação”.

Vale ressaltar que, ao investigar a efetivação de processos e métodos de ensino de Matemática, não pretendemos classificar as práticas do passado como tradicionais ou errôneas, em outras palavras:

[...] no senso comum pedagógico, está muito presente, a dualidade tradicional versus moderno. Nessa dualidade o ensino tradicional carrega todos os malefícios que poderão advir de um trabalho pedagógico de má qualidade. [...] E, por moderno, estariam ações pedagógicas atualizadas [...]. O passado é visto como o lugar de erros cometidos, face ao presente cheio de sábias e inovadoras propostas (LEME DA SILVA e VALENTE, 2013, p. 869).

Quando nos referimos à formação de professores primários no decorrer do século XX, nos deparamos com as instituições denominadas Escolas Normais, que se expandiram por todo o país, após a reforma educacional paulista ocorrida em 1890 (SAVIANI, 2009). Com o propósito de esclarecer o papel que essas Escolas exerciam na formação de professores no Espírito Santo, utilizamos como principal fonte de pesquisa, os documentos governamentais relativos a essas instituições⁶.

No intuito de contextualizarmos as informações obtidas, julgamos necessária a leitura de obras sobre a História da Educação no Brasil e no Espírito Santo. Apresentaremos, portanto, o contexto histórico da Educação brasileira, considerando aspectos políticos, econômicos, sociais, evocando o cenário educacional no período de criação e implantação das primeiras Escolas Normais, por meio de estudos históricos já realizados.

⁶ Disponíveis no Arquivo Público Estadual do Espírito Santo.

Com a Proclamação da República, no final do século XIX, a instrução popular⁷ tornou-se uma das bandeiras de luta dos republicanos. Assim sendo, a partir de 1893, inicialmente no estado de São Paulo, e depois por todo o país, surgiram os grupos escolares, criados a partir da reunião de escolas isoladas agrupadas por proximidade. Essa medida representou uma das mais importantes inovações educacionais ocorridas no Brasil. Políticos e educadores paulistas pretendiam modernizar a educação e elevar o país ao patamar dos países mais desenvolvidos. Apesar da disseminação dos grupos escolares, as escolas isoladas não foram extintas e durante muito tempo elas foram responsáveis pela escolarização da população brasileira (SOUZA, 2006). No Espírito Santo, a Lei nº 545 de 16 de novembro de 1908, indicava que o ensino primário seria ministrado pelas escolas isoladas, escolas noturnas, escolas reunidas, grupos escolares e escola modelo.

Diante do projeto ambicioso de impulsionar o ensino primário no Brasil, surgia uma demanda inerente aos movimentos educacionais: a preocupação com a formação de professores. Ao citar trechos do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 1890, que tratam da Reforma paulista⁸, Reis Filho (1995, p. 43), destaca: “Ora, não serão os velhos mestres [...] que hão de desempenhar a nova missão...é fora de dúvida que a República precisa formar novos mestres”. A partir dessa Reforma estabeleceu-se o padrão de organização e funcionamento das escolas normais (SAVIANI, 2009).

De acordo com Schaffrath (2008), no decorrer do século XIX, a preparação dos professores para o exercício do magistério ocorria enquanto ainda eram alunos das Escolas de Primeiras Letras⁹. Nessas instituições era adotado o Método Lancaster¹⁰,

⁷ Adotaremos o termo conforme era utilizado à época, isto é, *Instrução Pública/Popular* ao invés de *Educação Pública*, como denominamos atualmente.

⁸ Tendo sido instituída em 1890, a Reforma conhecida como Caetano de Campos, teve início na Escola Normal em São Paulo e depois foi estendida a todo o ensino público pela Lei n. 88, de 08/09/1892, alterada pela Lei n. 169, de 07/08/1893. Dentre as medidas, destacamos a criação dos grupos escolares e a criação de um curso superior, anexo à Escola Normal, destinado a formar professores para as escolas normais e os ginásios (TANURI, 2000).

⁹ A lei de 15 de outubro de 1827, trazia em seu artigo 1º que “em todas as cidades, villas e logares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias.” Segundo Faria Filho (2010) a denominação “Escolas de Primeiras Letras” estava atrelada à ideia de uma escola para a população pobre, que, na sua condição social, pudesse aprender a *ler*, *escrever* e *contar*. No entanto, não deveria ser ultrapassado o aprendizado das *primeiras letras*.

¹⁰ O Método Lancaster, difundido pelos ingleses Andrew Bell e Joseph Lancaster, também conhecido como Método Mútuo, era baseado no aproveitamento dos alunos mais adiantados, que auxiliavam o professor em classes numerosas. Grupos de 100 alunos eram subdivididos em grupos de 10 que ficavam sob os cuidados de um aluno monitor. O mestre, acomodado em uma cadeira alta supervisionava toda a turma, inclusive os monitores. O Método supunha rigorosa disciplina, não se

no qual alguns alunos atuavam como monitores auxiliando o professor e, portanto, aprendendo a profissão. Saviani (2008) destaca que a Escola de Primeiras Letras, decorrente da Lei de 15 de outubro de 1827, foi alvo de críticas relacionadas à falta de preparo, parca remuneração e pouca dedicação dos professores; precárias instalações físicas e ausência de fiscalização por parte das autoridades. Percebemos que, quase um século depois, as Escolas Normais capixabas receberiam críticas semelhantes.

1.1 ORIGEM E DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Quando nos propusemos a investigar a Matemática presente nos cursos de formação de professores primários, optamos por estabelecer um panorama da situação das escolas primárias no Espírito Santo, especialmente, em relação ao programa curricular de Matemática. Com efeito, consideramos que existe um vínculo natural entre as instituições formadoras de professores e as escolas onde eles irão lecionar. Ferreira (2002) destaca os frequentes relatos de dificuldades dos alunos no processo de ensino-aprendizagem de Matemática na Educação Básica e considera que essas dificuldades estão intimamente relacionadas à formação do professor das séries iniciais.

Com a ampliação do acesso à escola, por meio de legislações que conferiam nova organização da Instrução Pública¹¹, surgiu a necessidade de um contingente maior de professores que atendessem à demanda. Além disso, novos Métodos de Ensino foram sendo adotados e a promessa de eficiência e modernidade do ensino exigia mais qualificação dos professores. Nesse sentido, foram criadas as Escolas Normais, instituições formadoras de professores, que, posteriormente, atuariam no ensino primário fornecido, em geral, pelos grupos escolares e pelas escolas isoladas.

admitia conversa, pois no entendimento de Lancaster não era possível falar e aprender ao mesmo tempo (SAVIANI, 2008).

¹¹ No estado de São Paulo, a Lei nº 88 de 8 de setembro de 1892 versa sobre a Reforma da Instrução Pública paulista. No Espírito Santo, a Lei nº 545 de 16 de novembro de 1908 trata da Reforma do Ensino no Estado e dá nova organização à Instrução Pública Primária e Secundária.

Nesse período, no Estado do Espírito Santo, aconteceram movimentos importantes na educação e existiram governos que marcaram sua gestão pelas mudanças educacionais trazidas para o Estado. Vale ressaltar a Reforma iniciada pelo professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim¹² a fim de remodelar a Educação Espírito-Santense no início do século XX.

As ações de Gomes Cardim eram, frequentemente, lembradas pelos educadores capixabas. No relatório apresentado ao governo pelo Diretor da Instrução Lima, em 1908, o professor paulista foi citado como responsável pela organização do regulamento da Escola Modelo e da Escola Normal, com a finalidade de melhor adaptá-lo ao ensino mais prático e intuitivo da nova organização escolar. Em um espaço curto de tempo [29/06/1908 a 13/08/1908], Gomes Cardim teria apresentado importantes propostas para reestruturar o ensino capixaba.

Tal reforma teve início no governo de Jerônimo Monteiro¹³, que descreveu em mensagem apresentada ao Congresso sua iniciativa acerca da Instrução Pública capixaba:

[...] convidei de S. Paulo, o emerito educador Dr. Carlos Alberto Gomes Cardim, cuja competencia e preparo são assás conhecidos [...]. Sob a direcção de tão distincto professor, reorganizou-se a Escola Normal e fundaram-se uma Escola Modelo, tres escolas reunidas – nocturnas, um Grupo Escolar e escolas isoladas que funcçionam com regularidade, obedecendo ao methodos e processos intuitivos e racioanes da pedagogia hodierna (MONTEIRO, 1908, p. 20).

O governo de Jerônimo Monteiro é reconhecido por Coutinho (1993, p. 79) por seu empenho em melhorar a educação pública: “Ele modificou edifícios, programas de treinamento de professores, metodologias de ensino, disciplina escolar [...]. Tornou a escola um centro atrativo para as crianças [...]. Lutou também contra o autodidatismo de professores e eliminou a palmatória”. Juntamente com outras medidas, foram surgindo os alicerces para instituições como os grupos escolares e as escolas normais no Estado.

¹² Nasceu em São Paulo em 10 de fevereiro de 1875. Diplomou-se em 1894 pela Escola Normal/SP. Chegou ao Espírito Santo em 29 de junho de 1908, foi nomeado diretor da Escola Normal e tinha como missão reformular a educação espírito-santense. Faleceu em 02 de junho de 1938, em São Paulo (SIQUEIRA FILHO, 2014).

¹³ Nasceu em Cachoeiro de Itapemirim/ES em 1870. Concluiu o ensino primário em sua própria cidade; cursou o ensino secundário na cidade de Itu/SP e bacharelou-se na Faculdade de Direito de São Paulo. Foi governador do Espírito Santo no período de 1908 a 1912. Faleceu em 1933 (FERREIRA, 2000).

Em contrapartida, Locatelli, Bezerra e Simões (2011) afirmam que, apesar das inovações educacionais implantadas no governo de Jerônimo Monteiro, práticas coronelistas como o clientelismo, a violência, o moralismo e o nepotismo, firmaram-se como uma característica desse governo. De forma que, em sincronia com o governo de Monteiro, a Reforma Gomes Cardim priorizou as vigilâncias e punições na configuração do exercício da docência em detrimento da qualificação profissional dos professores que atuavam na educação. Nesse cenário, as autoras apresentam o caso da professora Joanna Passos, que exercia o magistério na localidade de Regência, no Espírito Santo. A professora sofreu um processo de demissão no ano de 1909, por “má-conduta”, embora tivesse recorrido às acusações utilizando artifícios legais que comprovavam sua inocência.

Considerando as políticas educacionais desse período, nossa pesquisa restringe-se à primeira metade do século XX e ao início da segunda. Dessa forma, o recorte temporal por nós estabelecido inicia-se no ano de 1892¹⁴ que representa a inserção de modificações no ensino capixaba, com a criação da primeira Escola Normal no Estado, indo até o ano de 1960, sendo esta a data que delimita nosso trabalho por conta da disponibilidade de fontes acerca do tema estudado. Nas décadas de 1920 e 1930, as ideias da Escola Ativa começam a ganhar espaço nas ações educacionais no Espírito Santo e em 1940-1950 entram em circulação os Manuais Pedagógicos, em meio aos debates do Movimento Escola Nova no Brasil.

Em sua dissertação, concluída em 2002, Ferreira afirma que estudos sobre Escolas Normais no Estado do Espírito Santo são raros e, ainda mais escassos, no que se refere ao Ensino de Matemática. Verificamos que, ainda, em 2015, trata-se de um campo carente de estudos. Nesse sentido, com o intuito de contextualizar o processo de ensino de Matemática, propusemos uma análise histórica da formação dos professores espírito-santenses, apresentando as escolas normais como protagonistas e considerando o ideário político que circundou a implantação dessas escolas.

¹⁴ Inicialmente, o estudo limitava-se ao período de 1908 a 1960. No entanto, á época de defesa desse trabalho, foi sugerido pela banca que o recorte temporal compreendesse o período de 1892 a 1960, posto que, ao longo de seu desenvolvimento, a pesquisa contempla a formação de professores capixabas em anos anteriores a 1908. Diante da impossibilidade de alteração da folha de aprovação, esta se manteve com o título divergente do restante do estudo. Ratificamos que o período ao qual se limita a pesquisa é, conforme consta no título, de 1892 a 1960.

Assim, com nossa pesquisa, intentamos responder a seguinte questão de investigação: **Quais aspectos caracterizaram a trajetória da formação Matemática dos professores primários no Espírito Santo no período de 1892 a 1960?** Em busca de possíveis respostas temos por objetivos:

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Investigar como elementos educacionais, sociais e políticos interferiram no processo de formação Matemática dos professores primários no Estado do Espírito Santo no período compreendido de 1892 a 1960.

1.2.2 Objetivos Específicos

- 1) Analisar alguns aspectos da história da Educação no Espírito Santo, à luz de segmentos políticos e econômicos, juntamente, com as políticas educacionais que permearam a criação das Escolas Normais no Estado;
- 2) Identificar e analisar alguns dos Programas de Ensino de Matemática apresentados aos normalistas, compondo um quadro dos Saberes Matemáticos presentes na formação dos professores primários capixabas;
- 3) Descrever, com o auxílio de Relatórios governamentais, Revistas e Manuais Pedagógicos, os discursos proferidos acerca do processo de ensino de Matemática e do sistema educacional espírito-santense;
- 4) Identificar vestígios da Matemática nas Escolas Normais, por meio da legislação oficial e de algumas avaliações realizadas pelos normalistas;
- 5) Estabelecer uma correlação entre as medidas educacionais adotadas na capital do Estado com a região norte, admitindo como referência o município de São Mateus.

1.3 PRESSUPOSTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Tendo em vista realizarmos um estudo histórico, julgamos necessário especificarmos nosso entendimento sobre história. Entendemos que, para a reconstituição do passado, não basta organizar cronologicamente uma série de documentos, em busca de uma verdade suprema. Por meio da história, nessa concepção, seria possível explicar quase tudo devido ao seu caráter linear. Dessa forma, os fatos se apresentariam de maneira hierárquica e cada nova etapa seria um acúmulo progressivo de etapas anteriores (SIQUEIRA FILHO, 2008). Nesse sentido, De Certeau (2010, p. 21) ressalta: “Tampouco se poderia supor, como ela [a história] às vezes leva a crer, que um ‘começo’, anterior no tempo, explicaria o presente”.

A escrita da história não busca desvelar uma verdade absoluta, ela se interessa em esclarecer as práticas do passado, considerando o contexto em que ocorreram. Assim sendo, torna-se possível estabelecer uma relação entre passado e presente, e ainda preencher lacunas que provavelmente surgirão: “Os fatos históricos são constituídos a partir de traços, de rastros deixados no presente pelo passado. Dessa forma, o trabalho do historiador consiste em efetuar um trabalho sobre esses traços para construir os fatos” (VALENTE, 2007, p. 31). Essa ideia remete às características da *História Nova*, a qual contrapõe a visão de história como um simples encadeamento de fatos históricos.

Segundo Le Goff (1990a), a *História Nova* foi um movimento que ganhou força no século XX, na França, com a publicação dos trabalhos de Lucien Febvre e Marc Bloch na revista, por eles fundada, denominada *Annales*. Defendia-se uma História menos automática e mais problemática. Outra característica da História Nova é a possibilidade de contato com as demais ciências, buscando compreender os aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais com os quais o homem se encontra inserido.

Neste trabalho, utilizamos uma série de documentos em busca dos elementos presentes na sua composição, para compreender a intencionalidade e as condições em que foram produzidos. Dentre eles, destacamos os relatórios elaborados pelos instrutores de ensino (Anexo A) como um importante registro para identificar os

movimentos educacionais e sua inserção no cenário político, no recorte temporal por nós estabelecido.

Por vezes, as linhas escritas pelas autoridades que respondiam pela Instrução Pública capixaba, em seus relatórios, denotavam seus sentimentos e expectativas acerca da legislação e de sua execução. Nesse sentido, concordamos com Le Goff (1990b) ao afirmar que o documento não é material bruto, objetivo e inocente, livre da realidade social, econômica e cultural. O documento tem o poder de transmitir os valores culturais de sua época.

Diante disso, nos referidos relatórios, os assuntos relativos às políticas públicas suscitavam opiniões completamente diversificadas sobre um mesmo tema, em nosso caso, educacional, em uma mesma época. Essa divergência pode estar associada à rotatividade de pessoas que ocupavam cargos de chefia na Educação. Questões relacionadas a princípios ou interesses políticos poderiam ocasionar uma descontinuidade de medidas educacionais anteriormente adotadas, mesmo quando elas eram provenientes de estudos apropriados. Sobre esse aspecto, Cunha e Góes (2002, p. 97), utilizaram o termo *zigzag* para descrever essa situação em que “[...] cada ministro, cada secretário de Educação entende que deve imprimir seus próprios rumos à Educação pública, o que provoca a desorganização das redes oficiais de ensino”.

Buscamos interrogar os documentos segundo o aporte teórico da *História Nova*. Contudo, devemos nos acautelar para que nosso olhar para o passado não seja dirigido por uma leitura do presente. Nessa perspectiva, De Certeau (2010, p. 22-23) afirma que “A pesquisa historiadora se apossa de todo documento como sintoma daquilo que o produziu”. Por esse motivo, para analisar ou “criticar” um documento é necessário “[...] confrontá-lo com tudo que se conhece sobre o assunto que ele enseja, do lugar e do momento a que ele se refere” (PROST, 1996 *apud* Valente, 2007, p. 33), ou seja, considerando todas as circunstâncias em que foi elaborado.

Com essa visão, nos apoiamos na História cultural, que “[...] tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1990, p. 16-17). Para esclarecer a trajetória da educação em determinada época, devemos estar atentos

aos elementos relevantes que compunham esse cenário, tais como métodos de ensino, legislação, currículo e ação docente. Na busca por compreender a criação e implantação de novas medidas educacionais, cabe-nos pensar o que elas representavam para a cultura escolar à época e para a sociedade em geral. O termo *representações* é notadamente discutido por Chartier (1990) e entendido como uma possibilidade de compreender as relações entre os discursos e as práticas. Nesse contexto, essas representações são definidas pelo autor como *práticas culturais*.

Do ponto de vista metodológico, nossa pesquisa possui natureza qualitativa de cunho histórico-documental. Como nos deparamos com informações pouco prováveis de serem quantificadas, valorizamos a reflexão e interpretação dos episódios históricos. Ressaltamos que os dados quantificáveis não são descartados por completo, haja vista que eles também auxiliam na construção do contexto em que ocorreu determinado episódio.

Além dos Relatórios Governamentais, utilizamos notas de jornais, Revistas de Educação, Manuais Pedagógicos, avaliações escritas de duas Escolas Normais do Estado. Dessa forma, dispusemos de fontes que, ainda, não tiveram um tratamento analítico, denominadas por Gil (2002) de documentos de “primeira mão”, por nós chamados de *Fontes Primárias*.

As fontes utilizadas possuem caráter diversificado, pois o conceito de documento foi modificado com o tempo. Le Goff (1990b, p. 10) relata que a história tradicional reduzia documentos a textos e aos produtos da arqueologia. A esse respeito, Ginzburg (2006) menciona a dificuldade em se pesquisar sobre determinados grupos sociais. Ao analisar a relação entre a cultura popular e a cultura erudita no século XVI, o autor verifica a existência de classes dominantes e subalternas, sendo que estas não tinham acesso à leitura e escrita, ocasionando escassez de fontes para os pesquisadores.

No final do século XIX, com a escola positivista, os historiadores primavam pelos documentos escritos, sobretudo os oficiais, por serem considerados como provas históricas fiéis à realidade (SÁ-SILVA, ALMEIDA E GUINDANI, 2009). De acordo

com a concepção atual, vestígios do passado¹⁵ podem contribuir de alguma forma para a pesquisa.

Diante do exposto, nosso trabalho se distribui em outros quatro capítulos:

No capítulo dois, denominado *Uma história da formação de professores da Instrução Primária brasileira nas primeiras décadas do século XX: a presença das Escolas Normais*, discutimos as políticas e movimentos que deram origem à criação das Escolas Normais no Brasil. Apontamos aspectos que permearam a formação dos professores no período de existência das Escolas Normais, tais como seus Programas e Métodos de Ensino. Destacamos a implantação dessas instituições no Estado do Espírito Santo, utilizando como principal fonte para análise, os Relatórios sobre a Instrução Pública encaminhados ao governo nas décadas iniciais do século XX. Com base nesses documentos, traçamos um perfil do sistema educacional capixaba, abordando temas como Recursos Educacionais, Prédios Escolares, Assistência Escolar, Educação nas colônias Estrangeiras e o perfil dos Inspectores Escolares. Além disso, ressaltamos a chegada do professor paulista Gomes Cardim no Estado e, com isso, as principais medidas adotadas no Espírito Santo na perspectiva de progresso da Instrução Pública no início do século XX: a Reforma do Ensino Capixaba, em 1908, e o Congresso Pedagógico Espírito-santense, em 1909.

No terceiro capítulo, *Uma análise dos Saberes Matemáticos contidos nas avaliações de duas Escolas Normais capixabas na década de 1930*, apresentamos algumas provas das matérias de Desenho, Geometria, Aritmética e Álgebra realizadas pelos alunos do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e da Escola Normal Municipal de Alegre, no período de 1934 a 1936. Embora Desenho não fosse considerado um campo de saber da Matemática, suas atividades estavam diretamente interligadas com a área da Geometria. Por meio dessa análise, identificamos as atividades propostas aos alunos, os procedimentos de resolução e os critérios de avaliação dos professores. A partir das provas, nos foi possível estabelecer inferências a respeito

¹⁵ Tivemos a oportunidade de entrevistar um ex-professor de Matemática e duas ex-alunas da Escola Normal do município de São Mateus, mas ao contatar um ex-aluno, este preferiu responder um questionário a uma entrevista. Conferimos às entrevistas o caráter de semiestruturadas, neste modelo, conforme descreve Manzini (1990), as perguntas principais são estabelecidas por um roteiro, porém são complementadas por outras questões que emergem livremente durante a entrevista e as respostas não estão condicionadas a um padrão.

dos Métodos de Ensino de Matemática adotados à época e da autonomia do professor diante das políticas educacionais vigentes.

No capítulo quatro, intitulado *Periódicos acessíveis ao professorado capixaba em meados do século XX*, destacamos, de maneira geral, a composição e as finalidades da Revista de Educação, editada em Vitória nas décadas de 1930 e 1950. Embora fosse destinada aos professores, as suas publicações enalteciam as ações políticas em detrimento das práticas pedagógicas. Também são apresentados três Manuais Pedagógicos, localizados no município de São Mateus-ES e editados em outros estados brasileiros, como Rio de Janeiro e São Paulo. Os Manuais se configuravam como um auxílio para professores, com esclarecimentos acerca de Métodos e Processos de Ensino e sugestões de atividades específicas para cada disciplina, em particular para a Matemática.

Por fim, no capítulo 5, *À guisa de compreensões*, buscamos retomar os objetivos da pesquisa a fim de delinear esclarecimentos para a questão inicial que motivou o estudo. Apontamos, ainda, possibilidades de futuras pesquisas acerca do tema por nós escolhido.

- 2 UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA INSTRUÇÃO PRIMÁRIA BRASILEIRA NAS PRIMEIRAS DÉCADAS DO SÉCULO XX: A PRESENÇA DAS ESCOLAS NORMAIS -

Com o fim do Império, em 1889, a Instrução Pública passou a assumir um caráter de modernidade e progresso e, de acordo com Saviani (2009), intensificou-se a preocupação, de forma explícita, com o preparo dos professores. Com esse propósito, importantes movimentos foram iniciados em São Paulo e, posteriormente, disseminados para os outros estados brasileiros, tal como descreve Carvalho (2010, p. 225): “[...] a escola paulista é estrategicamente erigida como signo do progresso que a República instaurava; signo do moderno que funcionava como dispositivo de luta e de legitimação na consolidação da hegemonia desse estado na Federação”.

Cartolano (1994) destaca que, após a proclamação da República, Benjamin Constant¹⁶ assumiu a posição de Primeiro Ministro do recém-criado Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos no governo de Marechal Deodoro da Fonseca. Como medida desse governo foi assinado, juntamente com o ministro, o decreto n. 981 de 8 de novembro de 1890, que aprovava o Regulamento da Instrução Primária e Secundária em âmbito nacional.

No que se refere à formação de professores, destacamos o parágrafo inicial do artigo primeiro: “Para exercer o magisterio particular bastará que o individuo prove que não soffreu condemnação judicial por crime infamante, que não foi punido com demissão, [...]”. Podemos inferir a partir da leitura dessa legislação a carência de professores nesse período, haja vista a omissão da exigência de qualquer tipo de capacitação dos profissionais. Nesse sentido, bastaria que a pessoa fosse “um cidadão de bem” para ser professor (possivelmente a desvalorização da profissão que ainda vivenciamos no Brasil tenha vestígios desse passado). Ainda de acordo com o decreto n. 981, para ser professor primário do ensino público era exigido que o candidato fosse aluno ou graduado por uma Escola Normal.

¹⁶ Benjamin Constant Botelho de Magalhães nasceu em 18 de outubro de 1836 no município de Niterói. Seguiu carreira militar, formou-se em bacharel em Ciências Físicas e Matemática em 1860 e foi professor de Matemática da Escola Militar. Faleceu em 22 de janeiro de 1891, no Rio de Janeiro (CARTOLANO, 1994).

O referido decreto instituíu a implantação das Escolas Normais, cada uma delas anexa a uma escola primária modelo¹⁷. Costa (2010) caracteriza essa medida como a concretização da crença da necessidade da formação dos professores para a renovação da escola pública. A existência de um *locus* para a formação prática dos normalistas possibilitava a aprendizagem dos novos processos de ensino, em especial, do método intuitivo. Valente (2011) ressalta que esse método caracterizava-se pela proposta de um ensino concreto, ativo, com base na experimentação. Materiais de ensino como gravuras, coleções e objetos variados de madeira deveriam ser utilizados.

Saviani (2009) afirma que podemos considerar que o padrão de organização e funcionamento das Escolas Normais foi estabelecido pela Reforma da Instrução paulista no ano de 1890. São Paulo tornou-se referência para os outros estados brasileiros, de forma que os professores paulistas viajavam para as várias regiões do país para divulgar as ações educacionais empreendidas na Reforma. De acordo com Carvalho (2006, p. 225), o ensino paulista passa a ter “força exemplar [...] nas iniciativas de remodelação escolar de outros estados”.

Segundo Schaffrath (2008) o projeto das Escolas Normais surgiu na Europa, no início do século XIX, no bojo das discussões sobre a substituição do ensino privado e religioso pela escola gratuita, laica e obrigatória. De acordo com a autora, no Brasil, a primeira Escola Normal foi criada em Niterói, na província do Rio de Janeiro, em 1835. No início, seu currículo era parecido com o das escolas primárias da época, acrescentado apenas por noções de didática e leitura:

A formação oferecida pela Escola Normal compreendia: ler e escrever pelo método Lancasteriano; realizar as quatro operações matemáticas e proporções; conhecimentos da língua nacional; elementos de Geografia e princípios de moral cristã (SCHAFFRATH, 2008, p. 146, 150).

Após sua criação, Tanuri (2000) destaca que a experiência foi repetida pelas outras províncias, embora tenha sido comum, em todas elas, as Escolas Normais apresentarem uma trajetória atribulada, sofrendo um processo contínuo de criação e extinção. Segundo Saviani (2009), o presidente da província do Rio de Janeiro, Couto Ferraz, fechou a escola em 1849, pelo fato de considerá-las onerosas e

¹⁷ Escolas primárias que possibilitavam práticas de ensino para o preparo dos futuros professores que frequentavam a Escola Normal. A criação dessas escolas foi vista como a principal inovação da reforma paulista (SAVIANI, 2009).

ineficientes, por formarem um número pequeno de professores. Entretanto, foi reaberta em 1859.

De acordo com Villela (2010, p. 105) “A Escola Normal de Niterói foi uma importante instituição de formação de professores no Império [...]” e enquanto esteve desativada, as pessoas habilitavam-se professores à medida que atuavam como ajudantes do regente de classe, por meio da prática de ensino. Uma ideia semelhante ao que ocorria em anos anteriores, quando os professores aprendiam a profissão nas Escolas de Primeiras Letras. Com essa regressão a métodos ultrapassados, verificamos a resistência dos governantes em investir na formação dos professores. Segundo a autora, em todas as províncias, faziam parte das exigências para a admissão de alunos na Escola Normal a moralidade e os bons costumes, que deveriam ser comprovados por atestados passados por autoridades locais e, posteriormente, analisados pelo presidente da província.

Martins (2009, p. 6) relata que, em detrimento da formação intelectual, a intenção era formar professores que pudessem disseminar a civilidade e a ordem, e “[...] impregnar a sociedade com uma espécie de moral universal”. As exigências eram ainda mais severas com relação ao gênero feminino, atingindo sua vida privada. De acordo com Barreto (2005, p. 4), no Espírito Santo, por volta dos anos 1920, as normalistas capixabas carregavam consigo alguns estereótipos característicos da mulher submissa, aparentando serem “amáveis e dóceis”.

As Escolas Normais permaneceram, por várias décadas, as principais responsáveis pela formação de professores no Brasil. De acordo com Saviani (2005), o sistema educacional brasileiro passou por reformas a partir do Golpe Militar em 1964. Com a aprovação das Leis nº 5.540¹⁸, de 28 de novembro de 1968, e nº 5.692¹⁹ de 11 de agosto de 1971, emergiu uma nova estrutura: em lugar de um curso primário e de um ensino médio subdividido em curso ginásial e curso colegial, com duração respectivamente de 4 anos, 4 anos e 3 anos, organizou-se um ensino de primeiro grau com oito anos de duração e um ensino de segundo grau de três a quatro anos.

¹⁸ Reformulou o Ensino Superior, fixando normas de organização e funcionamento. Essa modalidade de ensino, futuramente, iria exercer a função até então desempenhada pelas Escolas Normais: diplomar professores.

¹⁹ Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º grau. Modificou o Ensino Primário e Médio, alterando sua denominação para primeiro grau e segundo grau.

As Escolas Normais, de acordo com a Lei de Diretrizes e Base - LDB 5692/71, foram substituídas pela instituição da Habilitação Específica de 2º grau para o exercício do magistério de 1º grau.

2.1 MÉTODOS E PROGRAMAS DE ENSINO

De acordo com o decreto n. 981 do ano de 1890, a Instrução primária era dividida em duas categorias: escola primária do 1º grau e escola primária do 2º grau. O ensino de primeiro grau seria subdividido em três níveis: elementar, médio e superior. O Programa de Matemática para esses três cursos previa o estudo de: “contar e calcular. Arithmetica pratica até regra de tres, mediante o emprego, primeiro dos processos espontaneos, e depois dos processos systematicos. Systema metrico precedido do estudo da geometria pratica (tachymetria)”. O Método de ensino deveria ser o Intuitivo e o livro, um simples auxiliar.

Nas escolas primárias do 2º grau, o estudo de Matemática compreendia: “Arithmetica (estudo complementar). Algebra elementar. Geometria e trigonometria”. O certificado da escola de 1º grau seria suficiente para o aluno ingressar nas instituições de ensino secundário. Para a matrícula na Escola Normal, também bastaria o certificado da escola de 1º grau, ou ainda, na ausência deste, a aprovação no exame de admissão das seguintes matérias: “leitura, dictado, grammatica portugueza, arithmetica pratica até regra de tres inclusive, systema metrico decimal e morphologia geométrica” (BRASIL, 1890).

De acordo com Machado (2002) os exames de admissão compreendiam as provas realizadas pelos alunos para ingresso no ensino secundário. Eles foram criados com o decreto nº 4.468 de 1870 constituindo, inicialmente, uma exigência para o ingresso no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Algum tempo depois se tornaram de caráter nacional pelo decreto nº 19.890 de 18 de abril de 1931²⁰, com a reforma Francisco Campos. Os Exames de admissão consistiam em um obstáculo para a continuidade do processo educacional, de forma que alguns estados brasileiros chegaram a criar

²⁰ O Decreto n. 19.890, de 18 de abril de 1931, estabelecia em seu artigo 18: “O candidato à matrícula no 1º ano de estabelecimento de ensino secundário prestará exame de admissão na segunda quinzena de Fevereiro” (BRASIL, 1931).

um Curso de Admissão para preparar os alunos para realizarem os testes (PESSANHA e DANIEL, 2002).

Acerca das Escolas Normais, o decreto nº 981 de 1890, destacava o estudo das seguintes matérias:

Quadro 1 – Currículo da Escola Normal em 1890

Portuguez, noções de litteratura nacional e elementos de lingua latina	Matematica elementar
Francez	Mechanica e astronomia
Geographia e historia, particularmente do Brazil	Physica e chimica
Biologia	Sociologia e moral
Noções de agronomia	Desenho
Musica	Gymnastica
Calligraphia	Trabalhos manuaes (para homens) e trabalhos de agulha (para senhoras)

Fonte: Decreto nº 981 de 1890.

No Estado do Espírito Santo, em 1892, no governo de Moniz Freire (1892-1896), por meio do Decreto nº 2 de 4 de junho, teve início a reorganização do ensino primário e a criação da primeira escola normal do Estado, cujos cursos se distinguiram para os sexos masculino e feminino, isto é, podemos constatar, de acordo com o Decreto, que além da composição do currículo, o tempo de duração também se diferenciava, de cinco anos para os homens e de quatro para as mulheres, conforme segue:

Quadro 2 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1892 para a seção masculina

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano
Língua Nacional	Língua Nacional	Geografia e História Universal	Física, Química e Biologia	Física, Química e Biologia
Língua Francesa	Língua Francesa	História Natural	Pedagogia e Metodologia (Curso teórico e prático)	Sete categorias fundamentais: Matemáticas, Astronomia,

				Física, Química, Biologia, Sociologia e Moral
Geografia e História Universal	Matemáticas Fundamentais: Aritmética, Álgebra, Geometria, Noções Gerais de Mecânica Terrestre e Celeste	Matemáticas Fundamentais: Aritmética, Álgebra, Geometria, Noções Gerais de Mecânica Terrestre e Celeste	----	Pedagogia e Metodologia (Curso teórico e prático)

Fonte: Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892.

Quadro 3 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1892 para a seção feminina

1º ano	2º ano	3º ano	4º ano
Língua Portuguesa	Língua Portuguesa	Aritmética	Geometria
Língua Francesa	Língua Francesa	História Natural	Pedagogia
----	Geografia	---	---

Fonte: Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892.

O Decreto não apresenta quais saberes deveriam ser estudados em cada uma dessas matérias, de forma que as possíveis distinções entre os termos *Matemática Elementar* e *Matemáticas Fundamentais* (Quadro 2) não estão claramente expostas. Possivelmente, ambas eram constituídas pelos mesmos conteúdos, apresentando apenas nomenclaturas diferenciadas. No Programa de Ensino do curso normal do Estado do Espírito Santo, também de 1890, a rubrica *Matemáticas Elementares* é apresentada como uma cadeira composta por Aritmética, Álgebra e Geometria.

Vale ressaltar que, em geral, também havia orientações distintas no cumprimento dos Programas Masculino e Feminino. Tomemos como exemplo, os estudos compreendidos as cadeiras de Língua Nacional e de Língua Portuguesa:

Quadro 4 – Programa de Língua Nacional e de Língua Portuguesa

Língua Nacional – Seção Masculina	Língua Portuguesa – Seção Feminina
Estudo prático e teórico de seu gênio e de sua gramática. Estudo dos prefixos e dos sufixos, da formação e das afinidades etimológicas da Língua. Exercícios de composição, de boa dicção, de exposição, da análise e recitação decorada de bons trechos. Estudo da Evolução da Língua.	Com o programa já especificado, cumprindo ao professor desenvolver mais a parte estética do mesmo programa.

Fonte: Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892.

Com relação ao curso primário, as diferenças entre o currículo, segundo o sexo, são mais amenas. Um único programa é apresentado, porém, com a seguinte instrução: “Art. 27. As escolas do sexo feminino ensinarão o mesmo ensino das do outro sexo, consultadas apenas as aptidões especiais da mulher e seu destino social” (ESPÍRITO SANTO, 1892). Sobre esse aspecto Almeida (2006) destaca que ao longo dos séculos XVIII e XIX a finalidade da educação para as meninas era prepará-las para o serviço doméstico e o cuidado com o marido e com os filhos. Possivelmente, esse era o “destino social” que o artigo 27 se referia. Dessa forma dava-se preferência ao estudo de matérias como Trabalhos Manuais e Prendas Domésticas em detrimento da Aritmética ou Gramática. A autora ressalta que esses ideais permaneceriam por um longo tempo durante décadas do século XX.

O decreto nº 2 não determina de forma explícita, o método de ensino a ser praticado, entretanto, prescreve em seu artigo 26 orientações de como o professor deveria proceder:

O professor deverá tornar o ensino tão pratico quanto possivel, procurando sempre fazer conhecido o objecto e suas qualidades, antes de formular qualquer versão abstracta, prescindindo de perturbar com as regras o processo de apreciação natural dos phenomenos, usando de linguagem clara, precisa e despretenciosa, e preferindo sempre a sua prelecção oral aos compêndios (ESPÍRITO SANTO, 1892).

Podemos observar, ainda, ao longo de sua redação, termos como “intuição inicial”, “partindo sempre do empirico para o abstracto” e “preferindo sempre a intuição à regra”, os quais denotam a indicação do processo de ensino intuitivo ao

professorado capixaba. Nesse contexto, Souza (1998) destaca que a presença do ensino intuitivo foi consolidada pela Reforma da Instrução Pública paulista em 1890.

Oliveira (2015) nos diz que a sistematização do *Método intuitivo*, que pode ser resumido como *experiências do sentido*, é atribuída à Pestalozzi. Segundo o autor, tais experiências levariam a criança a fazer uso dos sentidos de modo que a aquisição do conhecimento seria mediada por sua própria curiosidade. Leme da Silva (2015) enfatiza que o método intuitivo considera a aprendizagem da criança a partir da observação das coisas e sinaliza que a revista pedagógica *A Eschola Publica*, tornou-se um veículo de divulgação dos métodos de ensino e, na conclusão de uma de suas edições, apresentou os aforismos de Pestalozzi²¹ como a base do ensino intuitivo, dentre eles destacamos:

III – Começae pelos sentidos e nunca ensineis a um menino o que elle puder descobrir por si.

IV – Reduzi cada assumpto a seus elementos. Uma dificuldade de cada vez é bastante para uma criança.

[...]

VIII – Procedei do conhecido para o desconhecido; do particular para o geral; do concreto para o abstracto; do mais simples para o mais complicado. (A ESCHOLA PUBLICA, 1895, p. 357,358).

Anos mais tarde, o Método Analítico passou a ser divulgado pelos educadores brasileiros, conforme descreve Valente (2011), pelo diretor da Escola Normal do Estado de São Paulo, Oscar Thompson, que ao retornar de uma viagem feita aos Estados Unidos, em 1904, assumiu posição em favor do Método do Analítico. Não obstante, o Método Intuitivo continuava presente nos discursos educacionais.

Os métodos *intuitivo e analítico* passaram a ser divulgados no Brasil, de acordo com Mortatti (2000), inicialmente, para a alfabetização e depois se estendendo para todas as áreas do ensino. Em alguns Relatórios elaborados por pessoas que ocupavam cargos de chefia na Secretaria de Instrução Pública do Estado e encaminhados ao governo do Espírito Santo no início do século XX, sobre os quais falaremos mais adiante, nos deparamos com os termos *Método Intuitivo Analítico*, *Método Analítico* e *Processo intuitivo*, de forma que não nos está clara a distinção entre métodos e processos.

²¹ Johann Heirich Pestalozzi nasceu em Zurique (Suíça), em 12 de janeiro de 1746 e faleceu aos 81 anos, em 1827. Deixou um legado educacional que até hoje está em debate nos centros de pesquisa do conhecimento educativo (OLIVEIRA, 2015).

Retomando o programa de ensino da Escola Normal no Espírito Santo, nos adiantemos até 1908, ano em que o Decreto nº 109 de 4 de julho, estabeleceu o regulamento das Escolas Normal e Modelo e determinou um currículo bem diferente daquele definido em 1892. Exceto Exercícios Militares presente na seção masculina, não havia outra distinção de componentes curriculares entre os sexos.

Quadro 5 – Currículo da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1908 para a seção masculina

1º ano	2º ano	3º ano
Português	Português	Literatura Portuguesa
Francês	Francês	História Natural
Aritmética e Álgebra	Álgebra e Geometria	História Universal
Geografia e Cosmografia	História do Brasil	Pedagogia e Educação Cívica
Caligrafia e Desenho	Física e Química	Exercícios de Ensino na Escola Modelo
Trabalhos Manuais	Caligrafia e Desenho	Música
Ginástica	Trabalhos Manuais	Ginástica e Exercícios Militares
---	Ginástica e Exercícios Militares	

Fonte: Decreto nº 109, de 4 de julho de 1908.

Notadamente, o currículo para a seção feminina teve um aumento significativo de matérias, visto que em 1892, este estava muito aquém do que os homens estudavam. No programa apresentado para o Curso Normal capixaba no ano de 1910, ocorreram novas mudanças com relação ao currículo de 1908. O 1º ano permaneceu exatamente com a mesma composição de 1908 e no 3º ano houve apenas a inserção de Inglês para ambas as seções. No 2º ano, há outras alterações (Quadro 6): também ocorreu a inserção de Inglês para ambas seções, além disso, as mulheres não estudavam mais Álgebra e Geometria, em seu lugar estava previsto o estudo de Geografia e, no currículo masculino, a matéria de Álgebra e Geometria foi reduzida a Geometria:

Quadro 6 – Currículo do 2º ano da Escola Normal do Estado do Espírito Santo em 1910

Sexo Feminino	Sexo Masculino
Português	Português
Francês	Francês
Inglês	Inglês
Geografia	Geometria
História do Brasil	História do Brasil
Física e Química	Física e Química
Caligrafia e Desenho	Caligrafia e Desenho
Trabalhos Manuais	Trabalhos Manuais
Ginástica	Ginástica e Exercícios Militares

Fonte: Decreto nº 43, de março de 1910.

A distinção entre os currículos segundo o sexo tornou-se novamente evidente. Notamos que com o programa de 1910, o estudo de Matemática para as classes femininas apresentou-se apenas para o 1º ano com o ensino de Aritmética e Álgebra. Embora as classes masculinas também tenham sofrido redução no estudo das matérias de Matemática com o Programa de 1910, a elas ainda era garantido o estudo das três áreas da Matemática: Aritmética e Álgebra no 1º ano e Geometria no 2º ano. A esse respeito, Fernandes (2006) apresenta, historicamente, a existência dessas diferenças curriculares. Recorre ao século XVIII e cita pensadores com Kant e Rosseau que defendiam que o ensino de Matemática deveria ser reduzido para mulheres se comparado aos homens, afirmando ser desnecessário o conhecimento de geometria por conta de sua condição social. Segundo a autora a educação feminina em nível secundário tomou impulso com a criação da escola normal em Niterói, apesar de que, já no século XIX, as alunas, ainda, não estudavam álgebra e geometria.

A separação dos saberes matemáticos de acordo com o sexo prevaleceu durante décadas no Espírito Santo. No Quadro 7 apontamos essa distinção na matéria de Trabalhos Manuais do Curso Primário no final da década de 1920:

Quadro 7 – Programa da matéria de Trabalhos Manuais do Curso Primário em 1927

2º ano		3º ano	
Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
Dobramento de papel; tecidos de papel; alinhavos com cartão. Crochet de linha e lã. Primeiros elementos de costura: pontos, bainhas, etc	Dobramento de papel; fazer com papel objetos usaes, chapéus, caixinhas, etc; modelar sólidos geométricos [...] .	Continuação do programma do segundo anno. Exercícios de Marca sobre tecido [...]. Costuras. Bordados. Flores artificiais de papel.	Continuação do programma do segundo anno. Modelar sólidos geométricos e objectos usuaes. Objectos de madeira.

Fonte: Resolução n. 375 de 3 de março de 1927.

Os Programas de Ensino para o Curso Normal no Espírito Santo sofriam constantes alterações em curto espaço de tempo. A distinção de currículo para classes femininas e masculinas tornava-se oscilante, pois, ora o programa era o mesmo para ambas, ora estabeleciam-se diferenças. Embora nossa análise esteja voltada para o ensino de Matemática, identificamos que essas mudanças ocorriam também com outras matérias. A falta de clareza em torno da utilização do Método de Ensino também permeavam as ações pedagógicas dessas primeiras décadas de Escola Normal no Estado.

2.2 REQUISISTOS PARA ADMISSÃO AO MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO

Nas primeiras décadas do século XX, não havia no Estado professores habilitados pela Escola Normal em número suficiente para atender as Escolas Primárias. Diante disso, é possível identificar em alguns editais de concurso, abertura para a inscrição de candidatos denominados “leigos”, isto é, sem a diplomação do Curso Normal. O decreto nº 2841 de fevereiro de 1917 indica como era organizado o concurso para promoção de professores para o Ensino Primário e quais saberes eram necessários.

Sobre a realização de concurso, o artigo 132 preceitua que: “Logo que se verifique vaga em qualquer grupo escolar ou escola isolada do Estado, o director do ensino mandará publicar edital com o praso de trinta dias, declarando abertas as inscrições para os candidatos ao respectivo provimento”.

Dentre as exigências para o cargo, são assinaladas no artigo 133: idade mínima de 18 anos, moralidade, aptidão física e isenção de moléstia contagiosa, ter sido vacinado ou revacinado. De acordo com a referida lei, na ausência de inscrição de normalistas “as vagas serão preenchidas por concurso”, em outros documentos, esta expressão aparece como sinônimo de “professores leigos” ou “professores provisórios”.

Os candidatos para o magistério deveriam realizar uma prova com as matérias do programa de ensino da escola complementar²². Dentre essas matérias, destacamos os saberes matemáticos exigidos para o concurso de professores primários em 1917:

Quadro 8 – Programa de Ensino de concurso para professorado primário - Matemática (1917)

Aritmética	Geometria
Numeração decimal, mudança de bases nos sistemas de numeração.	Determinação da área do retângulo, do triângulo e dos polígonos.
Adição e subtração sobre números inteiros.	Ângulos, na sua classificação; triângulos, suas propriedades; casos de igualdade; construção de triângulos.
Multiplicação e divisão sobre números inteiros.	Perpendiculares e paralelas; ângulos de lados paralelos e de lados perpendiculares. Triângulos retângulos.
Decomposição de um número em fatores primos e múltiplos.	Circunferência. Linhas da circunferência.

²² No Estado do Espírito Santo, as Escolas Complementares foram criadas com a aprovação da Lei nº 642 de 21 de dezembro de 1909. A função dessas Escolas, que ofertavam o curso de um ano de duração, seria de completar o ensino primário e servir de intermediária entre o curso primário e o curso normal. O candidato com certificação de conclusão do curso complementar tinha direito à matrícula na Escola Normal, essa informação consta, inclusive, no Certificado do Curso Complementar (Anexos B e C). Note-se que há divergências da escola complementar paulista que tinha a função de diplomar professores, em função do baixo número de formandos da Escola Normal (VALENTE, 2011). Segundo Souza (1998), a formação nessas instituições era precária se comparada às Escolas Normais. Com um único professor polivalente para ministrar todas as matérias correspondentes a cada ano do curso, elas representavam um custo menor para o governo. As Escolas complementares formaram um número maior de professores do que as Escolas Normais, chamados de complementaristas.

Máximo divisor comum a dois ou mais números.	Medida dos ângulos centrais, inscritos e excêntricos.
Frações ordinárias e espécies. Redução de Frações a expressões mais simples.	Semelhança dos triângulos e dos polígonos.
Redução de frações ao mesmo denominador.	Inscrição de polígonos na circunferência.
Adição e subtração de frações.	Avaliação da circunferência e do círculo.
Multiplicação e divisão de frações.	Figuras no espaço em geral.
Conversão de frações ordinárias em decimais; dízimas periódicas.	---
Sistema métrico decimal; Relações entre as unidades do sistema métrico decimal e as do antigo.	---
Proporções.	---

Fonte: Decreto nº 2876, de março de 1917.

Notamos que os Saberes exigidos no Concurso estavam diretamente vinculados ao que o futuro professor iria ensinar. Em contrapartida, alguns dos Programas de Ensino das Escolas Normais continham o estudo de Álgebra, que, em muitos momentos não aparecia no Currículo do Ensino Primário.

Como destacado anteriormente, o candidato que fosse aprovado, poderia ser professor, mesmo não possuindo o diploma de normalista, ele exerceria o cargo de “professor leigo” à medida que comprovasse conhecimentos acerca de determinados conteúdos matemáticos que iriam compor a prova do concurso. Diante disso, cabe-nos refletir se as questões apresentadas no concurso seriam suficientes para “provar” que uma pessoa alheia à Educação pudesse atuar como professor no ensino primário. Em outras palavras, consideramos pouco provável, que os referidos conteúdos abrangidos pela prova do concurso, pudessem ser equiparados ao extenso programa de ensino da Escola Normal, o qual era considerado adequado para a preparação do futuro professor.

Inferimos, mediante a leitura de determinados documentos, que “os professores de concurso” correspondiam aos candidatos que não possuíam o curso normal, mas que conseguiram a aprovação na avaliação utilizada para seleção de professores.

A partir de 1928, a avaliação para a admissão desses professores foi denominada “Exame de capacidade técnica do professorado provisório do Estado”. Com a Lei nº 1.693 de 19 de dezembro de 1928, os professores de concurso ganharam maior estabilidade:

Art. 7º - Os professores de concursos nomeados com carácter provisório que foram aprovados no exame de capacidade técnica não poderão ser dispensados a requerimento de professores normalistas, dentro dos três anos seguintes à aprovação e, quando completarem 5 anos de exercício, serão titulados (ESPÍRITO SANTO, 1928).

Em uma nota, no periódico Diário da Manhã de 8 de julho de 1930, foram divulgadas as instruções para o exame de capacidade técnica: os candidatos deveriam realizar uma prova escrita de Português e de Aritmética. O conteúdo da prova estaria em acordo com o Programa das escolas de Ensino Primário do Estado. Na segunda etapa, haveria uma prova “prática” para avaliar a postura do candidato como professor. Os critérios de avaliação foram detalhados na publicação:

Arithmetica - Dentro do programma adoptado nas escolas primarias, o examinando mostrará como proceder com o ensino, a começar do primeiro anno, tendo em vista torna-lo quanto possível concretizado de modo a ser verificada a sua aptidão no manejo do material didactico, usado para a explicação desta materia, como sejam:

- a) escolha do objeto ou cousas, que despertem no espirito da creança maior interesse pela lição e que possam servir para dar uma noção concreta do numero e contagem de 1 a 10, 20 a 50 a 100 e assim por diante;
- b) applicação de tornos, no estudos das 4 operações;
- c) manejo do contador mechanico;
- d) exercicios na carta de Parker;
- e) unidades do systema metrico e calculos sobre as medidas e suas divisões;
- f) relógio e conhecimento das horas, minutos e segundos.

Os materiais concretos tinham grande importância no ensino de Aritmética, características do método intuitivo. Essa orientação é ainda mais evidente na prova da matéria denominada *Morphologia Geometrica*:

Devendo-se fazer o ensino pelo methodo intuitivo e tanto quanto possível concretizado, torna-se necessario que se lance mão de tudo quanto rodeia a creança, começando-se pelo material da classe, extendendo-se ao predio e a area dos recreios [...]. Assim teremos bem orientado o estudo das linhas, dos angulos, das extensões lineares, quadradas, cubicas, etc.

As exigências de conhecimentos acerca dos métodos e programas de ensino, possivelmente, consistiam em uma tentativa do governo em selecionar os

candidatos que, mesmo não possuindo o diploma do Curso Normal, tivessem clareza do sistema e das práticas educacionais da época.

Apesar do número insuficiente de normalistas no Espírito Santo, os documentos analisados transparecem certo otimismo das autoridades em relação à contratação de professores. Existia a preferência de que os candidatos aos concursos fossem os normalistas e previa-se que seria cada vez maior sua inserção nas escolas. No entanto, observando a Tabela 1, verificamos que esse objetivo foi postergado por décadas seguintes, pois ainda era grande o número de professores leigos no Estado.

TABELA 1 – PROFESSORES NORMALISTAS E LEIGOS NO ESPÍRITO SANTO (1947-1953)

Ano	Professores Normalistas	Professores Leigos	Total
1947	850	1.242	2.092
1948	947	1.269	2.216
1949	988	1.286	2.274
1950	1.071	1.442	2.513
1951	1.086	1.318	2.404
1952	1.406	1.082	2.488
1953	1.579	1.077	2.656

Fonte: Neves (1954).

Havia 1615 professores leigos a mais do que normalistas de 1947 a 1951, o que se alterou em 1952-53 quando o quadro se inverteu passando a ter 826 normalistas a mais.

No âmbito municipal, tivemos acesso a um edital de concurso para professores primários referente à Prefeitura de São Mateus, datado de 12 de fevereiro de 1937²³.

²³ Este documento foi encontrado em meio aos arquivos da Biblioteca Pública Municipal de São Mateus. Com base em recortes de jornais disponíveis nos arquivos, acreditamos que o edital tenha sido publicado no periódico *O Norte* na data de 12 de Fevereiro de 1937.

Os candidatos ao concurso municipal deveriam apresentar os seguintes documentos:

- a) Atestado de sanidade, fornecido por médico devidamente registrado no Departamento de Saúde Pública do Estado;
- b) Atestado de idoneidade moral fornecido pelo juiz Distrital do distrito corresponde á residência do candidato;
- c) Prova de que ha mais de um ano reside neste Estado;
- d) Um talão da Tesouraria da Prefeitura, provando que foi paga a taxa de 15\$000 relativa á inscrição ao presente concurso.

Em relação aos requisitos teóricos, eram exigidos conhecimentos de Português, Aritmética, Geografia, História Pátria, Ciências Naturais, Geometria (noções) e Pedagogia (noções). As provas de Português, Aritmética e Geografia eram de caráter eliminatório. O concurso era composto por provas escritas e orais.

Não foi apresentado no edital um detalhamento dos saberes que seriam avaliados em cada uma dessas matérias. Além disso, não há apontamentos de possíveis pré-requisitos para a assunção do cargo de professor, o documento apenas descreve que seriam nomeados os candidatos que se classificassem entre os seis primeiros lugares. Em caso de empate, teriam preferência aqueles que eram diplomados por Institutos Oficiais e os que tivessem exercendo ou já haviam exercido o magistério primário.

Embora esse concurso municipal tenha acontecido no ano de 1937, percebemos que as medidas para suprir a falta de professores normalistas adotadas em 1917, no âmbito estadual, ainda eram necessárias. Provavelmente, por não haver professores habilitados em número suficiente, não faria sentido, à época, a exigência de pré-requisitos, como o curso normal, para o provimento do cargo de professor.

2.3 ASPECTOS GERAIS DOS RELATÓRIOS GOVERNAMENTAIS DO INÍCIO DO SÉCULO XX

Os Relatórios, aos quais fizemos menção eram documentos encaminhados ao governo do Estado, esclarecendo a situação em que se achava a Instrução Pública capixaba. Consideramos serem fontes valiosas, pois possibilitaram compreender e elucidar outros aspectos dos caminhos percorridos pela educação espírito-santense,

tais como a adoção de Métodos de Ensino, a situação dos prédios escolares, o funcionamento das escolas nas colônias estrangeiras, dentre outros. Com base nesses textos, tivemos acesso às leis e decretos, métodos de ensino recomendados pelo Estado, estatísticas escolares, dentre outros elementos inerentes à Educação à época.

Para nossa análise, utilizamos um quantitativo de sete relatórios referentes ao período de 1908 a 1927, arquivados no acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Os Decretos e Leis desse período determinavam a escrita desses relatórios, como por exemplo, o Decreto nº 4.325 de abril de 1921, que dispõe em seu artigo 5º:

Art. 5. O Secretario da Instrução é o auxiliar immediato do Presidente do Estado na administração da respectiva Secretaria, competindo-lhe:
[...]
16. apresentar ao Presidente do Estado até o dia 15 de Agosto de cada anno, relatório circunstanciado sobre os negocios a seu cargo (ESPÍRITO SANTO, 1921).

Entretanto, essa atribuição dada ao Secretário da Instrução poderia ser delegada a outros funcionários, como Diretor da Instrução e Inspetor geral do Ensino.

Assim posto, foi possível traçar um perfil do funcionamento do curso primário e da formação de professores no Estado.

No relatório apresentado em 1909, pelo, então, Inspetor Geral Gomes Cardim, foi mencionada a realização do Congresso Pedagógico Espírito-Santense, no salão da Escola Modelo (Figura 1), em Vitória, cujas atividades foram iniciadas em 5 de junho e finalizadas no dia 14. Com temas recorrentes como Método de Ensino, a postura do professor, a moral e civismo, o Congresso foi dividido em 7 sessões, cada uma correspondendo a um dia de atividades. Verificamos ainda no referido relatório a existência de uma Ata (1909a) apresentada, também, por Gomes Cardim, descrevendo, detalhadamente, as palestras proferidas por professores, secretários, diretores e outros convidados.

Figura 1 – Escola Modelo em Vitória no ano de 1908



Fonte: Monteiro (1913).

No primeiro dia do Congresso, o professor Gomes Cardim discursou sobre o Ensino Analítico de leitura, exaltando suas vantagens sobre o método sintético. Segundo ele, o Método Analítico era natural e lógico: “natural porque [...], com ele, imitamos a natureza [...]; logico, porque, partindo da sentença para o fonema, conserva uma correlação racional, estabelecendo a generalidade decrescente” (1909a, p. 7). Citou o educador brasileiro João Köpke, como sendo um defensor do Método Analítico e, que após uma conferência no estado de São Paulo, apresentou argumentos irrefutáveis de suas vantagens. A partir disso, passou a considerar o ensino analítico em geral, especialmente no ensino da linguagem, caligrafia, desenho e história. Gomes Cardim encerrou seu discurso solicitando ao professorado presente que divulgasse os benefícios do Método Analítico.

Dentre as medidas adotadas na Reforma do Ensino do ano de 1908, existia a orientação de que o Método Analítico fosse aplicado a todas as matérias. No entanto, Cardim (1909a) apresentou, no Congresso e em seu relatório, seu emprego na alfabetização, somente. Dessa forma, não temos indicativos de como os professores das outras áreas de ensino deveriam proceder na utilização do método. Anos mais tarde, em 1931, durante uma palestra nas Escolas Reunidas na cidade de Vila Velha-ES, a professora Laura Pacheco Pimenta destacou que não

concordava com a adoção de um único método para o ensino de todas as áreas de estudo. Ela descreveu o uso dos Métodos de acordo com a matéria:

O methodo analytico é empregado com grande proveito nas seguintes disciplinas: Geographia, Historia Natural, Lições de Cousas. O segundo methodo, o synthetico [...] é mais efficiente para o estudo da historia geral e pátria. O methodo inductivo confunde-se com o synthetico. O deductivo desce das verdades geraes ao factos parciaes, pelo raciocinio. Confunde-se com o analytico, sendo applicado ao estudo da mathematica e outras sciencias que dependam essencialmente de raciocínio (PIMENTA, 1931).

Com relação à Matemática, há indícios da inserção do Método Analítico nos Programas de Ensino de 1908 e 1910, de forma implícita ao longo do seu texto, mas não há esclarecimentos de como seriam realizadas as tarefas sob a orientação do método em voga (SIQUEIRA FILHO, 2014). É perceptível nas palavras de Cardim (1909b, p. 5) que o professor deveria obedecer aos Métodos impostos sem questionamentos:

O papel do educador consciente é procurar o methodo de ensino que a evolução da pedagogia apontar. Dar liberdade aos professores seria implantar a confusão no ensino, por isso que cada cerebro é um capitolio e cada cabeça uma sentença.

Cardim (1909b) defendia, veementemente, o Método Analítico de ensino e no intuito de expor “provas convincentes” de sua funcionalidade, apresentava os números de aprovações dos alunos na Escola Modelo.

Tivemos acesso a um termo de visita (Figura 2) e percebemos que, anos após a passagem de Gomes Cardim pelo Estado, mantinham-se os ideais por ele disseminados. Por meio desse documento os inspetores escolares deveriam verificar se o professor estava ensinando de acordo com o Método adotado. Após visitar uma escola em São Mateus, o inspetor Bodart Junior (1918) ressaltou: “O ensino da leitura é feito de accordo com o methodo analytico e as disciplinas que são ministradas oralmente, pelo processo intuitivo”, como podemos ler no trecho em destaque do documento a seguir:

Figura 2 – Termo de Visita a uma escola de São Mateus (1918)

Cópia.
 Termo de visita.

Em visita de inspeção a esta escola publica que está a cargo da professora normalista D. Claudina C. Barbosa, encontrei os serviços a seu cargo em franco desenvolvimento em face do programma. Em algumas aulas verifiquei que as alumnas vão se desenvolvendo com grande aproveitamento, pois os seus trabalhos escriptos são feitos com muito capricho e o aproveitamento em cada uma das outras disciplinas torna-se bem patente pela maneira prompta

O ensino da leitura é feito de accordo com o metodo analytico e as disciplinas que são ministradas oralmente pelo processo intuitivo.

A disciplina vai sendo feita a contento, havendo muita ordem, respeito e attenção em classe.

A regente reclama a falta do mobiliario, pois o existente está precisando de reforma. É muito estorçada como prova pelo resultado dos seus serviços, porem estando em difficuldades pela deficiencia do material.

É necessario se providenciar urgentemente para a remessa de novo mobiliario. Verificam-se presentes 14 alumnas das 37 matriculadas.

Ha pouca frequencia devido ao estado sanitario da cidade.

S. Mateus, 25 de Maio de 1918.
 O Inspector Escolar
 Bodart Junior.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Novamente os termos “Métodos” e “Processos” aparecem em documentos sem esclarecimentos de suas características. As palavras do Inspetor indicam que somente a alfabetização seria realizada de acordo com o Método Analítico,

enquanto o ensino de outras matérias, inclusive o de Matemática, seguiria o processo intuitivo.

Retomando as atividades desenvolvidas no Congresso Pedagógico, no dia 7 de junho, iniciou-se sua 2ª sessão, com as palavras do lente²⁴ Dr. João Lordello dos Santos Souza, que falou sobre o tema: “Educação moral e cívica na Escola”. Também na 4ª sessão, do dia 9 de junho, o professor Amâncio Pereira discursou sobre “Educação Cívica”, citando a importância do patriotismo nas escolas e do culto à bandeira do país. Destacamos que esse tema é bem recorrente quando se busca na história vestígios das vivências educacionais do século XX, ou seja, livros didáticos, as revistas pedagógicas, e demais materiais impressos traziam, explicitamente, estímulos ao patriotismo.

No dia 8, iniciaram-se os trabalhos da 3ª sessão com o discurso do professor João Sarmet, cujo tema foi “A palavra”. O palestrante falou da importância da linguagem e das classificações das palavras na Língua Portuguesa, citando verbos, figuras de linguagem, substantivos *etc.* Ressaltou a importância da compreensão, no sentido de que não se deveria exigir que a criança decorasse muitas coisas.

Em seguida, passou-se a palavra para o professor José Nunes que discorreu sobre a “Educação Escolar”. O orador tratou da importância da Educação no meio social e ressaltou que ela se dividia em quatro classes: a educação infantil, a primária, a secundária e a superior. Também relatou que além dessa divisão, a educação era moral, portanto, função da família, e sistemática, função da escola. Reforçou a importância da adoção do método de ensino em vigor, que deveria ser ministrado do simples para o complexo, passando em seguida para o abstrato.

Na abertura da 4ª sessão, no dia 9, discursou sobre “Marcha do ensino entre nós” a professora Maria Virginia de Freitas Calazans. Ao iniciar sua fala, destacou a importância da obediência e citou a religião para comprovar suas ideias, mencionando o Livro de Gênesis da Bíblia. Ao se restringir ao ensino no Espírito Santo, a professora mencionou a criação do Colégio Nossa Senhora da Penha e do Ateneu Provincial, como ações grandiosas e benéficas para a educação no estado.

²⁴ Bittencourt (1993) explica que no século XIX e início do século XX no Brasil, havia uma distinção no emprego da palavra professor, relacionada ao nível de ensino que ele ocupava: professor secundário e professor primário. O termo “lente” era utilizado frequentemente em textos oficiais para designar o professor secundário concursado e eram chamados “mestres” os assistentes de tais professores.

Sobre a educação primária, a palestrante ressaltou o método João de Deus²⁵, divulgado no Espírito Santo em 1882, pelo Dr. Silva Jardim sob a iniciativa do Presidente da Província e, segundo ela, o método foi adotado inicialmente como oficial, depois se tornou facultativo nas escolas públicas. Algumas edições do jornal de circulação à época, *A Província do Espírito Santo*, publicaram as conferências de Silva Jardim no Estado. Em um trecho, o redator do jornal descreve que o Método apresentado respeita o processo da inteligência humana “[...] desprezando os métodos da soletração e syllabação [...] e filliara-se ao da palavração”. De acordo com Gontijo e Gomes (2013) o Método João de Deus era contrário ao Método Sintético e valorizava o uso dos sentidos na construção do aprendizado.

Destacamos ainda, na última sessão, a palestra dedicada à Matemática, proferida pelo Dr. Andrade Silva. Em seu discurso, estabeleceu o desdobramento da matéria em Aritmética e Geometria, considerando a primeira muito simples e a segunda com uma complexidade crescente. Demonstrou a facilidade que representava o Método Indutivo no estudo da Matemática, citando Kepler, que por meio da indução chegou às suas leis. Citou, também, o Método dedutivo mencionando Picard e Newton. Seguindo sua palestra, o orador pontuou as seguintes questões:

- 1) Terá a matemática tão grande valor dedutivo que compense o esforço de transformar o método que é próprio, para adaptá-lo ao ensino infantil?
- 2) Terá a matemática valor educativo?
- 3) Prestar-se-á ao desenvolvimento da natureza da criança?

Respondendo a essas questões, o palestrante considerou a Matemática como sendo a melhor ginástica mental. Parafraseando Sócrates, afirmou que a ciência é virtude, e a Matemática exerce influência sobre o caráter do indivíduo. Ao mencionar a Geometria, buscou na história sua apreciação desde os tempos da antiguidade. Ainda na perspectiva histórica, comentou sobre a utilização da matemática na idade média, na época dos gregos e romanos.

²⁵ João de Deus nasceu em Portugal em 8 de março de 1830. Publicou em 1877 a obra *A Cartilha Maternal*, na qual divulgava pela primeira vez o seu método de ensino (OLIVEIRA, 1998).

O discursista falou do complicado ensino mnemônico e destacou o moderno ensino intuitivo. Sobre as relações entre educador e aprendiz recorreu à mulher, na figura de mãe, como primeira mestra das crianças.

Essa imagem a respeito da mulher, ainda, estava extremamente ligada àquela que se dedica apenas à família. Constatamos que esse assunto já havia sido explorado na palestra intitulada “A linguagem, estudo crítico sobre os processos de ensino, ensino analítico”, ministrada pelo professor Carlos Mendes, dias antes, durante a 5ª sessão, com a qual ressaltou que a família é a primeira escola do indivíduo e que a mulher é “mestre por excellencia da disciplina mental. [...] Nosso guia [a mãe] desde o berço até a escola” (1909a, p. 28).

Essa questão reaparece, com certo radicalismo, no relatório apresentado pelo Secretário Pimentel em 1924, no qual comenta, de forma extensa, sobre o descaso com que alguns professores tratavam o magistério, “abusando” das licenças. Destacamos alguns trechos da explanação do secretário:

Em beneficio da Instrucção reclamo uma lei que estude bem as licenças em favor dos professores. Quando elaborei o Regulamento da Instrucção, dominado pela preocupação de constituir um professorado que só cuidasse do magisterio, cogitei de afastar as senhoras casadas dessa profissão e considerava o casamento como motivo para ser decretada a vacancia do cargo. Não logrou aprovação a minha ideia [...]. Continuo convencido de que a medida por mim apontada cedo ou tarde, terá de ser posta em execução. A professora casada por um dos dous sacerdocios tem que se sacrificar: ou trata dos filhos, ou cuida da escola (PIMENTEL, 1924, p. 32).

Acrescentou, ainda, os “prejuízos” que causaria para o exercício da profissão a docente que porventura estivesse grávida:

[...] a mulher gravida está sujeita a uma serie enorme de serias e diversas perturbações. Torna-se irritadiça frequentemente; perde a paciencia e a bondade, qualidades tão preciosas á boa preceptora; enfim as grandes alterações por que ella passa se reflectem todas no mau desempenho do cargo pelo tempo que durar seu estado anormal. Essa é a verdade que não permite refutação (1924, p. 33)²⁶.

Com base na análise dos discursos proferidos no Congresso Pedagógico, percebemos, em geral, e, sobretudo, a preocupação com a divulgação dos Métodos

²⁶ Não encontramos em nenhum outro relatório ou regulamento posterior, menção a essa ideia proposta por Pimentel.

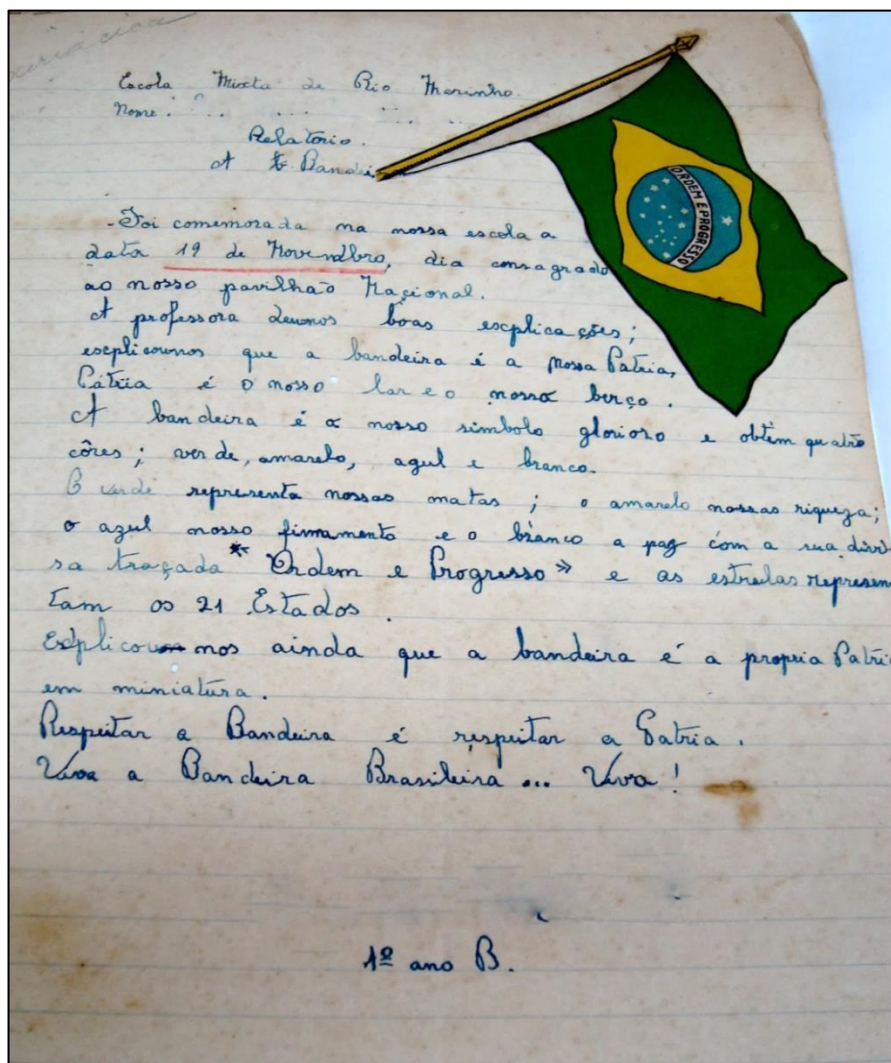
de Ensino e com os resultados da Reforma no Ensino, iniciada no segundo governo de Moniz Freire (1904-1908), mas que ganhou força com a chegada de Gomes Cardim no governo seguinte, de Jeronimo Monteiro (1908-1912). Concordamos com Simões e Salim (2008) ao afirmarem que a preocupação precípua dos educadores, durante o Congresso Pedagógico, refletiam as questões teórico-metodológicas do ensino.

A Educação Cívica também era um assunto muito abordado pelas autoridades educacionais, tanto no Congresso quanto em documentos escritos. As atividades escolares realizadas em comemorações cívicas eram mencionadas com frequência nos relatórios. Segundo o relato de Gomes Cardim, em 1909, em todas as escolas eram realizadas sessões cívicas para relembrar os principais momentos da história nacional. Ele descreveu que as sessões deveriam ser realizadas em duas partes:

[...] **na primeira o professor dá uma explicação clara e vibrante do acontecimento** e em seguida os alumnos recitam poesias, [...] cantam os hymnos Nacional, da Bandeira e da Republica e canções patrióticas; **na segunda parte a commemoração é escripta**. Os alumnos, de acordo com a sua classe, copiam trechos, pequenas composições, e, ou escrevem um resumo da historia do facto, dictado pelo professor, ou uma composição livre sobre a data homenageada (CARDIM, 1909b, p. 4, grifos nossos).

Tal recomendação é perceptível em um trabalho realizado por um aluno, disponível no Arquivo Público do Espírito Santo (Figura 3). Não sabemos informar a data precisa, mas segundo catálogos do Arquivo, possivelmente, foi realizado na década de 1930. É provável que as recomendações de Gomes Cardim tenham orientado as práticas escolares por décadas após a Reforma do Ensino promovida por ele.

Figura 3 – Trabalho realizado por aluno em comemoração ao dia da Bandeira



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Transcrição do documento

Quadro 9 – Trabalho realizado por aluno em comemoração ao dia da Bandeira

Escola Mixta de Rio Marinho

Nome:

Relatório
A Bandeira

Foi comemorada na nossa escola a data 19 de Novembro, dia consagrado ao nosso pavilhão Nacional.

A professora deu-nos boas explicações; explicou-nos que a bandeira é a nossa Pátria, Pátria é o nosso lar e o nosso berço.

A bandeira é o nosso símbolo glorioso e obtém quatro cores; verde, amarelo, azul e branco.

O verde representa nossas matas; o amarelo nossas riqueza; o azul nosso firmamento e o branco a paz com a sua divisa traçada “Ordem e Progresso” e as estrelas representam os 21 Estados.

Explicou-nos ainda que a bandeira é a própria Patria em miniatura.

Respeitar a Bandeira é respeitar a Patria.

Viva a Bandeira Brasileira... Viva!

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Anos mais tarde, Pimentel (1922) confirmava em seu relatório a importância da Educação Cívica defendida por Cardim em 1909, destacando que um dos principais fins da escola é fortalecer o sentimento da nacionalidade. Mais adiante, na década de 1940, identificamos a predominância dessa recomendação com base em um trabalho realizado por um aluno do 3º ano do Ensino Primário de uma escola do Estado, por ocasião da comemoração da Proclamação da República:

Comemora-se hoje em todo o Brasil a gloriosa data da proclamação da Republica. [...] O periodo republicano tem trasido para a nossa Patria muitos melhoramentos e progresso. Atualmente o Brasil sob a direção do eminente Dr Getulio Vargas, tem passado pela melhor fase de progresso e de fatos importantes como o “estado Novo” o novo regime que vem trazendo aos brasileiros grande satisfação. [...] Muito gratos devemos ser ao Dr. Getúlio Vargas.

Conforme o relato de Pimentel (1922), as escolas do Estado respeitavam o senso de moralidade e civismo, de forma que eram realizadas nas escolas públicas as festas consagradas às datas importantes.

2.3.1 Recursos educacionais, prédios escolares e assistência escolar – propostas da Reforma no Ensino Capixaba

2.3.1.1 Recursos Educacionais

Vivacqua (1929, p. 10), secretário da Instrução, descreveu o estado do Espírito Santo como sendo pioneiro na utilização do rádio e cinema, como recursos educacionais. Ressaltou, em entrevista concedida a um jornal do Estado, que as vantagens da aplicação desses recursos para a educação eram incalculáveis, afirmando que “[...] são os melhores professores do momento”. Destacou ainda

benefícios educacionais alcançados pelo cinema, como a integração da criança com o clima social e político; auxílio no ensino de Geografia, História, Ciências Naturais e Físicas; estímulo ao patriotismo. Além dessas ferramentas, os materiais concretos eram, predominantemente, citados nos relatórios, o que não ocorreu com a utilização dos livros didáticos, os quais raramente foram mencionados.

Entretanto, consta na Ata da *Primeira Sessão da Congregação dos lentes e professores da Escola Normal do Estado do Espírito Santo*, que em 15 de fevereiro de 1910, reuniram-se os lentes da Escola Normal juntamente com o Inspetor Geral do Ensino, Deocleciano Nunes de Oliveira, com o objetivo de escolher e aprovar os compêndios que seriam utilizados na Escola Normal naquele ano (Quadro 10). No registro da Ata não estavam descritas quais seriam as opções de livros e quais os critérios utilizados na seleção.

Quadro 10 – Compêndios aprovados pelos lentes da Escola Normal do Espírito Santo no ano de 1910.

Portuguez	Pedagogia	Inglez		Historia		Matemáticas
		Parte theorica	Parte pratica	Historia do Brazil	Historia Geral	
Curso de Portuguez – João Ribeiro	<i>Pedagogie</i> – Carré e Liquier	Grammatica – F. da Motta;	Mestre Popular – Gonçalves Pereira	Compendio para uso das escolas normais – Sá e Benevides	História Geral – Annibal Mascarenhas	Arithmetica de Vianna;
Leitura-Patria – Coelho Netto	---	Primeiros Passos – Jaymes Hervit	---	---	---	Algebra de Cardim;
Litteratura – Silvio Romero	---	---	---	---	---	Geometria FIC ²⁷ .

Fonte: Ata da Primeira Sessão da Congregação dos lentes e professores da Escola Normal do Estado do Espírito Santo (1910).

²⁷ A sigla FIC - Frères de l'Instruction Chrétienne – corresponde a congregações católicas da França, que elaboravam, principalmente, por meio de seus frades-professores, livros didáticos em várias campos do saber (VALENTE, 1999, 2000).

No ano seguinte, em 6 de março de 1911, novamente, os professores se reuniram para aprovar os compêndios que deveriam ser utilizados:

Quadro 11 – Compêndios aprovados pelos lentes da Escola Normal do Espírito Santo no ano de 1911

Portuguez	Pedagogia	Inglez		Historia			Matemáticas
		Parte theorica	Parte pratica	Historia do Brazil	Historia Geral	Historia Natural	
Curso de Portuguez – João Ribeiro; Grammatica – Alfredo Gomes	<i>Pedagogie</i> – Carré e Liquier	Primeiros Passos – Jaymes Hervit	Mestre Popular – Gonçalves Pereira	Compendio para uso das escolas normais – Sá e Benevides	História Geral – Annibal Mascarenhas	Zoologia – Langlebert	FTD ²⁸
Lusíadas – Camões; Historia da Litteratura Brasileira – Sylvio Romero	---	---	---	---	---	Botanica – Maciel	---

Fonte: Ata da Primeira Sessão da Congregação dos lentes e professores da Escola Normal do Estado do Espírito Santo (1911).

Além desses, há também, livros destinados às matérias de Química, Física e Música. Houve algumas alterações na escolha dos livros em 1911 com relação ao ano de 1910, mas o texto da Ata não nos indica qual seria o motivo. Mais adiante, no ano de 1916, os seguintes livros didáticos para o ensino de Matemática foram aprovados pela Congregação para o ensino na Escola Normal: “*Arithmetica de Arthur Thiré (curso gymnasial); Exercicios de Arithmetica (livro do alumno) – Ramon Rocca; Algebra de Gomes Cardim; Geometria FIC e F. Cabrita para o 2º anno*” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1916, p. 2).

²⁸ As iniciais da Editora FTD são uma homenagem ao Irmão Superior-Geral do Instituto Marista de 1883 a 1907, Frère Théophane Durand. Em 1897, ele determinou a vinda dos primeiros Irmãos Maristas para o Brasil, e com eles vieram também os livros da FTD. Em 1902, foi publicado o primeiro livro da FTD no Brasil: *Exercícios de Cálculo sobre as Quatro Operações* (FTD Educação, 2015).

Em 1924, o secretário Mirabeau da Rocha Pimentel fez menção aos livros utilizados nas escolas capixabas em seu relatório, criticando aqueles disponíveis nas escolas por apresentarem “defeitos graves” como não possuir gradação no processo de ensino e não estar em concordância com o método de ensino adotado no curso primário. Críticas sobre os livros didáticos adotados no Estado também são encontradas no prefácio da obra *Quando o Penedo falava...*²⁹, publicada em 1927, de autoria do professor capixaba Elpídio Pimentel³⁰:

No Espírito Santo é evidente a carência de manuais didáticos para a mocidade estudiosa. Da cartilha alfabetica aos livros do curso secundário, tudo nos vem de fora... De São Paulo, Minas e Rio de Janeiro. E quase sempre, essa importação é indesejável... (PIMENTEL, 1927, p. 6 apud PIROLA, 2008, p. 87)

De acordo com Silva (2000), o incentivo à aquisição de livros didáticos nacionais teve início a partir da década de 1930, quando os livros estrangeiros ficaram mais caros.

Diante da escassez de livros adequados, o secretário Pimentel (1924) sugeriu que o governo do Espírito Santo incentivasse aos professores do estado a publicarem obras didáticas. Mortatti (2000) apresenta situação semelhante no estado de São Paulo no início do século XX. Segundo a autora, para acompanhar as alterações dos métodos educacionais o professor normalista revelou-se como um tipo específico de escritor didático profissional. Possivelmente, Pimentel almejava por em prática no Espírito Santo a mesma experiência. Embora essa condição de professor-autor tenha sido intensificada com os normalistas em São Paulo, Silva (2000) destaca que desde os anos 1800, quando foi criada a Academia Militar do Rio de Janeiro, o governo incentivava os Lentes a redigir seus próprios Manuais. Entretanto, na prática, os professores se limitaram, durante décadas, a traduzir obras de autores recomendados para o ensino no Brasil.

²⁹ O Livro apresenta a história do Espírito Santo contada do presente para o passado por um avô ao seu neto (Busatto, [s.d.])

³⁰ Nasceu no município da Serra, no Estado do Espírito Santo em 14 de setembro de 1894. Foi o editor, em Vitória, do jornal *O Diário da Manhã* e dirigiu a revista *Vida Capixaba*. Foi professor de Português e Literatura na Escola Normal Pedro II. Em 1939, já residindo no Rio de Janeiro, passou a fazer parte, mediante concurso, do corpo docente do Colégio Pedro II, como professor de Português. Faleceu no Rio de Janeiro em 19 de outubro de 1971, com 77 anos de idade (ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DA SERRA).

A revista *Vida Capichaba* apresentou em 1930, em sua seção *Bibliographia*, a indicação da *Cartilha Analytica* de autoria do professor e ex-inspetor escolar Bodart Júnior, cujo prefácio se constituía com as seguintes palavras:

As nossas escolas resentem se da falta de livros apropriados ás creanças, que se iniciam na aprendizagem da lingua maternal; os adoptados são raros e quando chegam á praça é por preço exorbitante e difficil aos pobres a sua aquisição; por isto foi que fiz, pretendendo preencher essa lacuna (VIDA CAPICHABA, 1930, p. 42)

De acordo com notas publicadas nos periódicos *Vida Capichaba* e *Diário da Manhã*, a *Cartilha Analytica* teria sido aprovada pelo Conselho Superior do Ensino³¹, sendo, portanto, adotada nas escolas do Estado.

Foram apresentados no relatório de Pimentel (1924) alguns requisitos que um bom livro didático deveria possuir: propriedade do assunto; linguagem correta, elegante e clara; desenvolvimento metódico do assunto. Este último foi veementemente defendido pelo secretário, que argumentou: “O methodo na escola é tudo”. Nesse sentido, alegou que o desenvolvimento metódico do assunto deveria seguir a marcha do conhecido para o desconhecido, do concreto para o abstrato, características do Método Analítico.

2.3.1.2 Prédios escolares

A estrutura física das escolas no Espírito Santo era assunto recorrente. Em geral, os prédios para funcionamento das escolas eram alugados e não tinham estrutura que atendesse aos seus fins. Em alguns casos, as escolas eram adaptadas às casas dos professores, conforme descreveu o Diretor da Instrução Lima em 1908: “É necessário que a escola seja escola, e casa de professor casa de professor”, com essa frase o Diretor relatou a necessidade de que o estado adquirisse prédios apropriados para sediarem as escolas.

³¹ O Conselho superior do Ensino foi criado pelo Decreto nº 8.659, de 5 de Abril de 1911, que dentre outras competências, deveria “resolver [...] com plena autonomia, todas as questões de interesse para os institutos de ensino”. O Decreto estadual nº. 7994, em seu Artigo 70, dispunha que “os livros didacticos, para o curso das escolas primarias, serão os adoptados pela Secretaria da Instrucção, mediante parecer do Conselho Superior do Ensino”.

Devido à falta de espaços físicos apropriados para os prédios escolares, muitos professores recebiam auxílio pecuniário para o aluguel de um imóvel, mas acabavam cedendo a sala principal de sua moradia para que nela ocorressem as aulas. Era um fato preocupante, pois quase sempre não havia conforto para os alunos. Verificamos, com base na análise dos relatórios, que o governo do estado justificava essa situação alegando falta de recursos financeiros para construir estruturas destinadas às escolas. Nesse sentido, o Diretor da Instrução Lima (1908) destacou que “naturalmente” a verba destinada à Instrução deveria ser acrescida, caso contrário a Reforma do Ensino Público primário não alcançaria resultados positivos.

O Diretor informou, ainda, que os poucos prédios escolares existentes encontravam-se em situação precária. Segundo ele, faltavam móveis indispensáveis tais como mesas e cadeiras: “ha escolas nas quaes o professor para dar aula senta-se n’uma cadeira de pao e os alumnos em caixas vazias de kerozene” (LIMA, 1908, p. 6). Nesse sentido, os professores foram por ele elogiados, pois em sua maioria, venciam todos esses obstáculos para cumprir seu dever.

Em 1909, Gomes Cardim descreveu, em seu relatório, que em algumas localidades do Estado do Espírito Santo, as escolas estavam sendo reunidas em único edifício, o que ele avaliou como sendo vantajoso, pois as escolas ficavam com salas vastas e higiênicas e realizavam economia para os cofres públicos. Dentre essas localidades, Cardim cita São Mateus, que possuía quatro escolas e que, em breve, elas seriam reunidas em um “predio magnifico”.

Algumas questões decorrem dessas afirmações de Gomes Cardim, quais sejam: percebemos frequentemente, nos relatórios, a dificuldade do estado em disponibilizar prédios para escolas, como se reuniriam todas as escolas em um mesmo prédio, ainda, com salas vastas? De que forma este imóvel seria adquirido? Seria essa alternativa, um modelo transitório para o grupo escolar? Fica essa impressão, quando descreve a construção em São Mateus como prédio magnifico. E, ainda, provavelmente, as escolas estariam localizadas com certa distância entre si, atendendo comunidades diferentes, ao reuni-las em um só prédio não estaria desfavorecendo os alunos que ficariam distantes da escola? Enfim, caberiam, à

época, muitas questões em um assunto no qual o Inspetor não apontou mais esclarecimentos e afirmou ser vantajoso.

Segundo o secretário Pimentel, à época em que escreveu seu relatório, no ano de 1922, os prédios escolares, realmente apropriados para o ensino, somavam um número muito pequeno no Estado, sendo destacado por ele, apenas os edifícios onde funcionavam as escolas normais e anexas. Ressaltou as más condições do prédio onde estava instalado o grupo escolar Gomes Cardim, em Vitória:

[...] **conforme já disse em relatório anterior**, absolutamente, não satisfaz aos fins para que está sendo aproveitado. As salas desse predio sobre serem acanhadissimas, não têm luz suficiente, como também, pela sua posição, recebem diminutissima quantidade de ar. Os alumnos ali se acham completamente desconfortados, em condições que são, positivamente, repelidas pela hygiene e pela pedagogia (1922. p. 5, grifo nosso).

Destacamos duas questões neste trecho escrito pelo secretário: 1) a frase em destaque denota que já era de conhecimento do governo a situação precária em que se encontravam as escolas do Espírito Santo, e que nenhuma providência a esse respeito havia sido tomada. 2) Verificamos, com base nos outros relatórios que as escolas do interior não acompanhavam os passos das escolas da capital³², diante disso, nos perguntamos: se o grupo escolar citado no trecho que estava localizado na capital estava nessa situação, em que condições se achavam as escolas do interior?

Na sequência, o secretário discorreu sobre as escolas do interior e considerou que elas, também, apresentavam condições ruins, constituindo uma situação ainda pior que o grupo escolar Gomes Cardim, citado anteriormente, pois essas escolas não funcionavam em prédios construídos para seus fins específicos, mas em casas comuns aproveitadas para as classes escolares, situação já mencionada no ano de 1908. Fica evidente a crítica feita pelo secretário Pimentel às ações do governo quando descreveu que essas casas necessitavam de consertos que eram realizados com frequência, mas que no decorrer do tempo, essa verba desprendida para

³² Em seu relatório apresentado em 1908, o Diretor da Instrução Lima, destacou que as escolas do interior eram regidas pelo regulamento n. 2 de 4 de junho de 1892, o qual ainda não havia sido adaptado ao novo sistema de ensino adotado na capital. Não obstante, Lima (1908) escreveu: “até no interior devem funcionar [as escolas] em edificios exclusivamente destinados a ellas”.. Percebemos a distância que havia entre as medidas destinadas à Capital e as escolas do município, pois diante da observação do Diretor “até no interior”, é possível verificar que nem todas as ações empreendidas nas grandes cidades eram estendidas para o interior.

pequenas reformas serviria para a construção de novos edifícios. Segundo o relato, as mais de trezentas escolas isoladas do estado eram as que estavam em piores condições.

Posteriormente, em 1924, o secretário Pimentel apresentou outro relatório e destacou que a situação das escolas estava precária e que não havia mudado em quase nada em relação ao ano de 1922:

A maioria das escolas do Estado está installada em casas sem o menor conforto, que contrariam, em absoluto, os mais comensuráveis princípios da hygiene pedagogica. Verdadeiros cubiculos, negação flagrante dos mais rudimentares requisitos architectonicos, pedagogicos e hygienicos, as casas que occupamos com escolas, no interior do Estado, nada têm que possa recomendar-as (PIMENTEL, 1924, p. 8).

Além da estrutura física, Pimentel teceu críticas em relação aos professores. Segundo o secretário as escolas isoladas do estado não estavam correspondendo às expectativas da Secretaria da Instrução e destacou como principal fator o despreparo dos professores, somando-se a isso, a falta de “gosto” pela profissão e o alto número de licenças solicitadas. De acordo com Pimentel, no primeiro semestre do ano de 1924, 45% dos profissionais pediram licença de suas atividades. Diante disso, o secretário concluiu: “os abusos são desoladores”.

Outro trecho transparece sua insatisfação diante das providências do Estado: “Por mais de uma vez já expuz a necessidade de se fazer o deslocamento de varias escolas para pontos mais povoados” (PIMENTEL, 1922, p. 13). No relatório do ano de 1924, o secretário informou que o horário das aulas nas escolas isoladas era de 10 às 15 horas, mas que por orientação do Presidente do estado teria sido substituído pelo horário de 8 as 12 horas. O secretário solicitou que seria mais adequado à realidade das escolas isoladas que o horário anterior fosse retomado, por conta dos pais que necessitavam que seus filhos ajudassem na lavoura.

2.3.1.3 Assistência Escolar

Embora já houvesse legislação referente ao trabalho infantil no Brasil, era comum que os filhos de agricultores trabalhassem para auxiliar no sustento da família. Possivelmente, associado às dificuldades financeiras, seria esse um fator que

contribuía para a baixa frequência dos alunos às escolas. Nesse sentido, a *Assistência escolar* surgiu como uma proposta para garantir a permanência dessas crianças na escola. Entretanto, de acordo com o que é apresentado nos relatórios, podemos inferir que essa ideia não representou grandes conquistas.

Com o propósito de auxiliar as famílias mais pobres a manter seus filhos na escola, tiveram início ações para que a Assistência Escolar fosse de fato efetivada: em 22 de outubro de 1915, foi apresentado o Projeto nº 17 ao Congresso Legislativo do Espírito Santo, o qual criava a *Caixa Escolar*, destinada a custear materiais escolares para os alunos pobres das escolas do Estado.

De acordo com o texto do projeto, as quantias em dinheiro para essa finalidade seriam arrecadas das multas impostas a funcionários da Diretoria de ensino ou aos professores e dos valores deduzidos dos salários desses profissionais por motivo de licença, faltas ou pena de suspensão. O Projeto foi aprovado, resultando na Lei nº 1013 de 4 novembro de 1915. Possivelmente, questões das quais não temos conhecimento, tenham dificultado a execução dessa lei, haja vista, que os relatórios apresentados, após 1915 ainda, solicitavam a criação das Caixas Escolares.

O secretário Pimentel, também esclareceu em seu relatório a importância dessa medida para manter a frequência dos alunos nas escolas:

A caixa escolar é o anjo tutelar da infancia desvalida. [...] Quantas e quantas crianças deixam de frequentar as escolas por lhes faltarem os livros, o calçado e até a roupinha necessaria? A assistência a esses desvalidos da fortuna pela caixa escolar é medida acertada e de apreciaveis resultados (PIMENTEL, 1924, p. 20).

Nossa inferência a respeito da dificuldade em se implantar as Caixas Escolares se comprova quando encontramos em relatórios posteriores aos de 1924, semelhantes argumentos de “convencimento” da sua importância. Anos mais tarde, em 1929, em uma entrevista concedida por Attilio Vivacqua, Secretário da Instrução à época, ao periódico *Diário da Manhã*, praticamente, as mesmas alternativas apresentadas anteriormente por Pimentel (1924) são sugeridas para angariar fundos para composição das Caixas Escolares:

- a) Arrecadando multas impostas aos pais das crianças em idade escolar que não estariam frequentando a escola;

- b) Arrecadando a importância de descontos dos salários de professores por faltas ou suspensões;
- c) Multas aos professores e demais funcionários da Secretaria de Instrução por infrações;
- d) Criação de impostos sobre “factores da degeneração social”: bebidas, fumo, jogo, loteria *etc.*

Em meio às aparentes tentativas dos secretários em consolidar a Assistência Escolar, encontramos, dois anos antes da entrevista de Atílio Vivacqua, nas palavras do secretário Ramalhete (1927), relatos das consequências da falta da Assistência e, com isso, certa compreensão com a frequência insatisfatória nas escolas das comunidades mais pobres. Ressaltou que havia escassez dos recursos mínimos necessários a vida escolar: roupa para frequentar a escola, lanche para a hora do recreio, livros, papel e tinta para os trabalhos escolares. Apontou, como sugestão, que o governo fornecesse livros e objetos escolares aos alunos pobres; e também que fossem criadas *Caixas Escolares*.

Segundo uma nota publicada no jornal *O São Matheus*, foi criada uma Caixa Escolar no grupo escolar da cidade mateense no ano de 1928. Conforme o jornal, em tal solenidade o Inspetor Escolar Flavio Moraes

[...] salientou eloquentemente, os benefícios que produzem as caixas escolares aos pequeninos que não têm quem lhes dê o de que precisam para, nos bancos escolares, [...] não lhes faltarem os objectos indispensaveis aos trabalhos escolares.

Trecho do jornal *O São Matheus*. Edição nº 22 de 27/3/1928
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Ramalhete (1927) destacou que esse era um assunto que exigia muita atenção da administração do ensino, considerando que não seria possível exigir obrigatoriedade de frequência escolar se as famílias não tivessem as mínimas condições financeiras para que os filhos fossem assíduos à escola.

2.3.2 A educação nas colônias estrangeiras

Cardim relatou, em 1909, que o Estado possuía colônias estrangeiras que conservavam seus usos, costumes, religião, língua e tradições do país de origem. O Inspetor ressaltou que em uma de suas visitas, deparou-se com uma escola com cerca de cinquenta alunos, dirigida por um pastor, a qual possuía nas paredes quadros bíblicos e históricos da Alemanha. Nessa escola só havia um aluno que falava português, e quando questionado sobre seu local de nascimento e nacionalidade respondeu: “nasci no Rio Fundo, (território espírito-santense) e sou alemão”. Citando outros exemplos, Cardim descreveu seu sentimento de mágoa e decepção diante desses fatos.

Na busca por tornar todas as escolas adeptas aos costumes e métodos de ensino do Brasil, o Inspetor Gomes Cardim explicou que foram criados os cargos de professores ambulantes que deveriam percorrer as escolas das colônias propagando a Língua Portuguesa e os costumes brasileiros. Anos mais tarde, nos relatórios de 1920 e 1922, verificamos que, ainda, constavam os mesmos entraves com relação à instrução nas colônias de estrangeiros do Estado do Espírito Santo, quais sejam, o predomínio da língua estrangeira; o estudo da História do país de origem das colônias; a ausência do civismo e nacionalismo brasileiro, considerados cruciais nos programas de ensino da época.

A instrução nessas colônias foi descrita como uma questão de preocupação para o governo Bernardino Monteiro em 1920: “Ha entre nós colonias inteiras de individuos descendentes de estrangeiros, em completa ignorancia da lingua portuguesa, conservando os costumes, lingua e tradições dos paizes de origem” (1920, p. 98). Segundo Monteiro, no intuito de resolver essa questão, fora decretada a fiscalização das escolas particulares, tornando o ensino da Língua Portuguesa, da Geografia, da História da Pátria e da Educação Cívica obrigatório nessas escolas. Diante dessa medida, algumas instituições escolares foram impedidas de funcionar por não acatar a orientação do governo. Dessa forma, Monteiro ressaltou que a maneira mais eficiente de impor o conhecimento da língua portuguesa seria proporcionar a essas colônias a instrução gratuita.

O secretário Pimentel, em 1922, também apontou que em alguns municípios havia certa dificuldade em disseminar o ensino primário por conta do predomínio da população estrangeira, citou como exemplos os municípios de Santa Izabel³³, Santa Leopoldina e Santa Teresa.

A resistência dos colonizadores estrangeiros em educar seus filhos, seguindo a língua e a cultura brasileira, prevaleceria por algumas décadas. De acordo com o secretário da Educação Fernando Rabelo (1939), a partir do decreto nº 9.255 de 13 de abril de 1938, fora iniciada a *Campanha da Nacionalização* para disseminar o patriotismo brasileiro no seio das escolas estrangeiras. Dentre as medidas dessa campanha destacamos: um criterioso processo seletivo para professores que atuavam nas colônias, a instituição do culto cívico à Pátria e a Bandeira do Brasil, o banimento do idioma estrangeiro das escolas primárias e complementares e a substituição dos materiais didáticos estrangeiros por outros brasileiros.

Castelluber (2014) destaca a utilização de livros didáticos de matemática escritos em alemão nas escolas do Município de Santa Leopoldina. Em uma análise a essas obras, o autor afirma que o ensino de Matemática era baseado no cálculo mental na resolução de problemas, uma orientação difundida nos países da Europa no século XIX.

De acordo com o secretário Fernando Duarte Rabelo (1939), a Campanha da Nacionalização já vinha apresentando bons resultados no ano seguinte à sua implantação, no entanto, seria necessária uma ampliação das medidas e apoio do governo federal, especialmente para a construção de novas escolas.

2.3.3 O perfil dos Inspectores Escolares

Em seu artigo 10, o decreto nº 6501 de dezembro de 1924 que regulamentava a Secretaria da Instrução, designava a função dos Inspectores Escolares:

[...] Os inspectores escolares são auxiliares immediatos do Secretario da Instrucção, encarregados da inspecção e fiscalizaçãõ do ensino primario e da execuçãõ de quaesquer serviços relativos ao mesmo ensino, de accordo com as exigencias da organizaçãõ escolar.

³³ Atual Domingos Martins.

§ 1º Os inspectores escolares serão de livre nomeação e demissão do Governo do Estado e escolhidos dentre professores de reconhecida competencia.

§ 3º Ao inspector escolar compete;

[...]

3º servir de vehiculo de propaganda dos methodos e processos modernos de ensino;

4º fiscalizar todos os estabelecimentos de ensino, officiaes, municipaes, e particulares, [...] (ESPÍRITO SANTO, 1924).

Além das funções citadas acima, o decreto nº 6501 apresentava muitas outras, atribuídas aos Inspetores, como verificar condições higiênicas das escolas, os programas e métodos adotados, número de alunos matriculados, dentre outras.

Diante dos variados itens que deveriam ser analisados em suas visitas às escolas, alguns relatórios indicam que o número de inspetores era insuficiente, e que algumas escolas passavam um ano inteiro sem ser inspecionadas. Em 1922, o secretário Mirabeau Pimentel, ressaltou a carência dos Inspetores de Ensino no Espírito Santo e em 1927 o secretário Ubaldo Ramalhete, também, apresentou essa questão e acrescentou que os profissionais atuantes, à época, tinham quase nenhum conhecimento de pedagogia.

Novamente, em 1924, Pimentel expôs o número reduzido de Inspetores Escolares no Estado e alegou que por esse motivo, eles não conseguiam executar de forma integral seu trabalho, se limitando a constatar matrícula escolar e a assiduidade do professor. O secretário advogou que o cargo de inspetor exigia requisitos especiais de competência e que “o inspector tem, muitas vezes, que ser o professor do professor” (1924, p. 22). Diante dessa colocação e da falta de saberes relacionados à pedagogia, conforme expôs Ramalhete em 1927, nos perguntamos: como exercer tal cargo sem ter conhecimentos relacionados aos Métodos de Ensino? Percebemos que, pelo menos durante a década de 1920, esta questão permaneceu sem solução, pois as alegações dos secretários são muito parecidas entre si.

2.4 AS ESCOLAS NORMAIS NO ESPÍRITO SANTO

Por ora, apresentaremos alguns aspectos extraídos dos discursos de inspetores e secretários da instrução pública capixaba em seus relatórios sobre as escolas modelo e normal.

Ao mencionar a Escola Modelo, dirigida pelo professor Gomes Cardim e anexa à Escola Normal, o diretor da Instrução Henrique Cerqueira Lima ressaltou que suas condições estruturais eram boas, no entanto, sugeriu a criação de grupos escolares e escolas noturnas, pois havia um grande número de alunos matriculados, conforme verificamos no Quadro 12.

Quadro 12 – Frequência da Escola Modelo anexa à Escola Normal em 1908

PRIMEIRO ANNO			SEGUNDO ANNO			TERCEIRO ANNO			QUARTO ANNO			Matricula Geral
SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO	TOTAL	
52	57	109	46	54	100	46	56	102	32	44	76	387

Fonte: Lima (1908).

De acordo com o regulamento em vigor, o número máximo de alunos em cada classe seria de 42. Mas, foi admitido um número excedente pela falta de grupos escolares.

Retomando o relatório de Cardim (1909b), o inspetor elogiou o corpo docente da escola modelo que, a seu ver, empregava de modo completo o Método Analítico e o Processo intuitivo obtendo ótimos resultados. Também, salientou a assiduidade de professores e alunos e descreveu as boas condições da mobília moderna e da estrutura física do edifício onde funcionava a escola.

A Escola Modelo Jeronymo Monteiro consistia num campo de experiência para os futuros professores. Nela, eles tinham a oportunidade de assistir aulas dos respectivos professores e lecionar sob a designação do professor de pedagogia. Além dos normalistas, os candidatos ao magistério público, após aprovação, tinham a oportunidade de adquirir prática na Escola Modelo. Esta instituição, também, era dividida em seções masculinas e femininas.

De acordo com o relatório de Oliveira (1910), Inspetor Geral do Ensino, a Escola Modelo era destinada a ministrar o ensino primário e servir como espaço de prática

para os alunos do 3º ano do Ensino Normal, que, com essa experiência, deveriam aprender os Métodos e Processos pedagógicos adotados pelo Estado.

No ano de 1922 foi mencionada, no relatório de Pimentel, a Escola Isolada Modelo, também, destinada à prática de ensino do futuro professor. Sob a direção da professora normalista Suzette Cuendet, a escola servia de padrão para as demais escolas isoladas do estado. No presente ano contava com matrícula de 47 alunos e frequência média de 31.

Coutinho (1993) relata que, inicialmente, o Curso Normal no Estado do Espírito Santo acontecia no “Colégio Normal Nossa Senhora da Penha”, criado a partir do Decreto nº 674 de 06 de dezembro de 1869, cuja finalidade era habilitar professores para o Ensino Primário.

Segundo o relatório apresentado pelo Diretor da Instrução Henrique Cerqueira Lima, em 1908, a instalação de cursos nas Escolas Normais do Estado ocorreu em 14 de julho de 1892. Após a proclamação da República, as rendas do estado aumentaram de forma significativa, representando, portanto, segundo o diretor da instrução, uma época propícia para uma reforma da Instrução Pública. Vislumbrando prosperidade, o Estado possuía planos de realizar tal reforma.

Como medida da possível reforma do Ensino público capixaba e no intuito de capacitar os profissionais da educação, foi criada a cadeira de Pedagogia, onde um pedagogo com vencimentos de 9:000\$000³⁴ anuais deveria acompanhar os alunos de escola em escola para transmitir-lhes ensinamentos práticos. Mas, na prática, Lima (1908) destaca que este plano não foi efetivado. Segundo ele “circumstancias eventuaes” que escapavam à sua competência analisaram e obstaram a realização da Reforma do Ensino. De forma que, os cursos normais seguiram sem a prática necessária e “preparava mais bachareis em sciencias phisicas e naturaes, que professores habilitados e praticos” (LIMA, 1908, p. 8). Somando-se a isso as dificuldades financeiras às quais enfrentava o Estado (embora tenha afirmado em linhas anteriores que as rendas do estado haviam aumentado), o Diretor relatou que a Escola Normal foi desativada em 1898, sendo reestabelecida no quadriênio seguinte, no governo de José de Mello Carvalho Moniz Freire [1900 a 1904].

³⁴ 9 contos de réis.

Ao ser retomado o funcionamento da Escola Normal, Lima (1908) relatou que permaneceram as mesmas dificuldades monetárias e os professores tiveram que se submeter a uma nova tabela de vencimentos. O Lente de Pedagogia teve seus vencimentos reduzidos a 3:600\$000³⁵, por isso, a prática pedagógica só ocorria na escola primária. Tal fato prejudicava aos professores que iam se formando no curso normal, pois não tinham a oportunidade de aplicar de forma prática os métodos de ensino que aprendiam na teoria.

Além dessas medidas, o tempo de formação (duração em anos) que para homens era de 5 anos e para mulher 4 em 1892, passou para 3 anos, as matérias de História Natural, Física e Química teriam se unificado, bem como Português e Literatura. Entretanto, esse agrupamento de matérias parece não ter ocorrido efetivamente, haja vista que o próprio Lima descreve sua solicitação ao governador para que reconsiderasse o fato de desmembrá-las novamente, acrescentando que não seria possível um só professor desempenhar sua missão de forma satisfatória e reforçou o pedido informando que, ao ser consultado, o professor Gomes Cardim corroborava com essa percepção. Além disso, no prédio em que funcionava a Escola Normal não havia a possibilidade de instalação de gabinetes (laboratórios) de Física, Química e História Natural, que segundo o diretor eram necessários para tornar intuitivo e prático o ensino dessas matérias.

De acordo com Lima (1908) havia um grande desinteresse por parte dos alunos e muitos abandonavam o curso normal antes de concluí-lo. Por essas e outras razões, o diretor da instrução considerou que as escolas normais não preencheram, de fato, os seus fins e precisavam ser remodeladas para adaptar-se ao ensino primário.

Com um discurso contrário ao do diretor da Instrução, ao tratar de assuntos referentes à Escola Normal no ano de 1909, o inspetor geral do ensino Gomes Cardim afirmou que ela estava regularmente aparelhada, funcionando com ordem e disciplina e dispunha de um corpo docente com competência técnica, boa vontade e que seguia o programa de ensino em vigor. Sobre o ensino, destacou seu caráter prático. Gomes Cardim ressaltou o ensino das matérias do curso normal seguindo o Método Analítico. Sobre a Matemática e demais ciências, afirmou que os professores atribuíam às lições um cunho moderno, tornando-as atraentes e

³⁵ 3 contos e seiscentos mil réis.

proveitosas. As cadeiras de Português, Física e Química e História Natural não haviam sido preenchidas. Percebemos a escassez de profissionais que haviam no estado, mesmo com o pouco que se exigia de capacitação para ser professor.

O Inspetor geral informou que “por conveniência do ensino e da disciplina” a Escola Normal foi dividida em duas seções, uma masculina funcionando no térreo e uma feminina funcionando no primeiro andar. Segundo Cardim, essa organização influenciou no aumento da frequência escolar. Anos mais tarde, em 1920, O secretário Bernardino Monteiro ressaltou que o ensino profissional no estado era ministrado por apenas uma Escola Normal e pelo Colégio N. S. Auxiliadora. Além disso, Monteiro apresentou em seu relatório o quantitativo da frequência na Escola Normal:

TABELA 2 – FREQUÊNCIA DA ESCOLA NORMAL (1916-1919)

Ano	Matrículas	Frequência	Diplomados
1916	128	110	28
1917	122	111	18
1918	110	103	21
1919	129	111	24

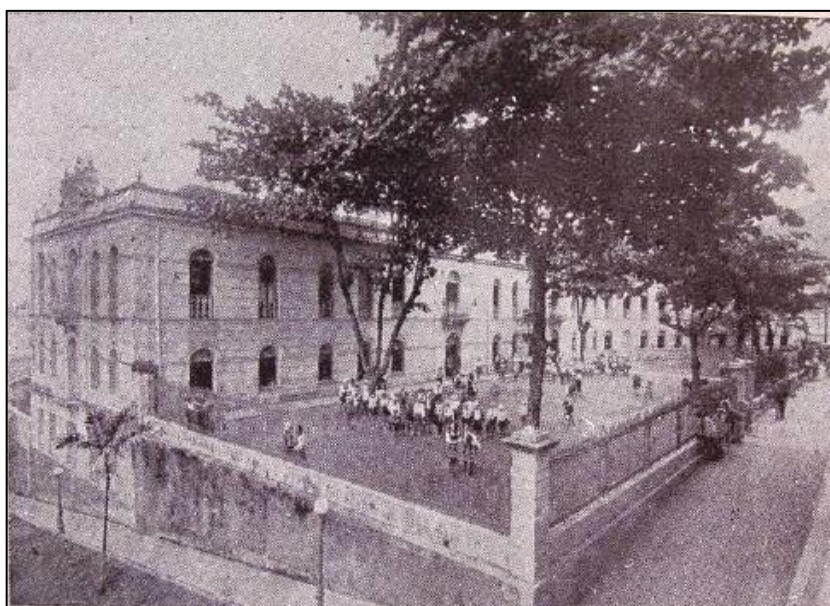
Fonte: Monteiro (1920).

Embora Monteiro (1920) tivesse afirmado que esses números ilustravam os benefícios que a Escola Normal propiciava à mocidade do estado, constatamos que o número de diplomados é muito inferior ao número de matrículas, sendo de aproximadamente 20%. Quais seriam as causas dessa redução? Provavelmente, assim como o Diretor Lima apresentou em 1908, um quantitativo significativo de alunos abandonava o curso antes de sua conclusão. Além disso, devemos considerar as possíveis reprovações. Referindo-se também a 1908, Gomes Cardim destacou, em seu relatório, que dos 34 alunos que cursavam o 1º ano do Curso Normal, apenas 19 conseguiram aprovação para o 2º ano. Esse foi um dos raros momentos em que essa questão foi mencionada. De maneira geral, o problema de reprovação escolar não era exposto nos relatórios, visto que, eles buscavam passar

a impressão de que a Reforma Educacional no Espírito Santo era próspera e sinônimo de desenvolvimento.

Segundo Ferreira (2002) a primeira Escola Normal do Espírito Santo foi criada em 1892, e passou a denominação Escola Normal Dom Pedro II em 1925, uma homenagem ao segundo imperador do Brasil, cujo centenário de nascimento era comemorado naquele ano. De acordo com Barreto (2007), o imóvel onde funcionava a Escola (Figura 4), foi adquirido por compra, por ação da Fazenda Provincial, e destacava-se por sua arquitetura neoclássica. Faria Filho e Vidal (2000, p. 24) destacam que, intencionalmente, as edificações escolares eram construídas visando a monumentalidade, “[...] valorizando uma simbologia estética, cultural e ideológica constituída pelas luzes da República”.

Figura 4 – Escola Normal D. Pedro II em 1930



Fonte: Barreto (2007).

Em 1910, Oliveira, inspetor geral do ensino, informou, em seu relatório, que o ensino no Espírito Santo estava perfeitamente organizado, com instituições que ofertavam ensino primário, complementar e Normal. Neste último, o aluno adquiria a educação científica e técnica que iria habilitá-lo para o exercício do magistério. Informou também que o Programa de ensino das escolas capixabas estava organizado e que predominava o Método Analítico Intuitivo.

Ainda em 1910, o Curso Normal no Espírito Santo era dividido em duas seções: masculina e feminina. Possuía três anos de duração e compreendia o estudo das seguintes matérias: Português e Literatura, geografia e cosmografia, história geral e do Brasil, aritmética, álgebra e geometria, história natural, física e química, pedagogia, caligrafia e desenho, ginástica e trabalhos manuais e exercícios de ensino na escola modelo. Provavelmente, a divisão do curso em seções femininas e masculinas se dava por questões morais e sociais da época. Embora o Inspetor não explique se houve diferenças de currículo para os sexos, acreditamos que não, pois, pelo decreto aprovado em 1908, elas praticamente já não eram tão evidentes. O inspetor sugeriu o acréscimo de mais um ano de duração no curso, tendo em vista a extensão do Programa.

Posterior à criação da primeira Escola Normal, as outras instituições desse modelo foram sendo implantadas, lentamente, em território capixaba, algumas mantidas pelo Estado e outras pela iniciativa privada. Ferreira (2002) afirma que de 1929 até 1935, o Espírito Santo possuía seis Escolas Normais, dessas, apenas uma era mantida pelo Estado e três estavam localizadas na capital. A lentidão na implantação de Escolas Normais, também, pode ser percebida em relação aos grupos escolares. De acordo com os relatórios de governo, entre 1908 e 1929, foram criados no estado, 4 grupos escolares, enquanto que no estado de São Paulo, por exemplo, Costa (2010) revela que no período de 1890 a 1920 foram construídos mais de 130 grupos escolares.

Em 1922, o secretário Pimentel apresentou em seu relatório que a Escola Normal contava com uma matrícula de 136 alunos e uma frequência média de 119. Ressaltou que no último ano receberam o diploma de professor 3 rapazes e 9 moças e reafirmou a necessidade de acrescentar mais um ano na duração do curso normal, que, à época, possuía 4 anos de duração. Sugeriu a criação das matérias: datilografia, escrituração mercantil e educação doméstica em substituição às outras que ele não mencionou, mas justificou que essas poderiam ser proveitosas para aqueles que quisessem seguir outra profissão que não fosse o magistério.

O secretário solicitou ao Presidente do Estado que pensasse em melhorias para o salário do corpo docente da Escola Normal e justificou:

[...] o magisterio é absorvente; exige uma assiduidade rigorosa; pede uma dedicação sem limites; reclama constantes estudos [...]. A consequencia da má remuneração vê-se todos os dias: o professor, em constante e afflictivas aperturas financeiras, divide sua atividade, prejudicando os seus alunos [...]. **Já não se encontra outro Estado na Republica**, onde o professor secundario receba tão pouco, quanto o nosso (1922, p. 35, grifos nossos).

No relatório de 1924, Pimentel reiterou sua opinião sobre o Programa de Ensino da Escola Normal. Ele informou a necessidade de diminuir o número de matérias do Curso Normal ou aumentar-lhe em um ano, pelo fato de que o programa era extenso e o tempo para cumpri-lo demasiado curto. De acordo com o secretário, o terceiro ano era o que mais acumulava matérias, por essa razão, por meio do decreto 5.779 de 24 de janeiro de 1924, foi suspensa a cadeira de Aritmética. O texto do decreto explica a razão da supressão da matéria:

A inclusão do ensino de Arithmetica no terceiro anno Normal se torna desnecessaria, visto que o estudo dessa disciplina pode ser feito, perfeitamente, em dous anos, dado que no curso primário o programma daquela parte das Mathematicas já attinge ás fracções decimaes. Considerando ainda que o programma de Arithmetica, em vigor, reclama uma reforma completa, dada a sua organização que não consulta os interesses do ensino na Escola Normal (ESPÍRITO SANTO, 1924).

Portanto, o conteúdo de aritmética que seria estudado no terceiro ano fora reorganizado nos programas dos 1º e 2º anos.

Em função da sobrecarga de matérias previstas para o curso normal, foi sugerido o desmembramento do curso complementar, que tinha duração de 1 ano. Sendo ministrado em 2 anos, haveria um aperfeiçoamento dos conhecimentos adquiridos no ensino primário e os candidatos à Escola Normal iniciariam seus estudos mais bem preparados. Dessa forma, o programa do Ensino Normal poderia ser diminuído sem prejuízos dos saberes.

Em relação à idade exigida para a matrícula nos diferentes níveis de ensino, Pimentel (1924) esclareceu que aos 7 anos a criança ingressava no ensino primário que possuía 5 anos de duração contando com o curso complementar. Sendo assim, com 12 anos o estudante poderia concluir o ensino primário, mas só poderia se matricular no curso normal com a idade mínima de 14 anos, o que acarretaria um espaçamento de dois anos. Esta é outra razão pela qual o secretário defendia o desmembramento do curso complementar em dois anos.

Pimentel também disponibilizou dados referentes aos alunos diplomados na Escola Normal (Tabela 3). Se estabelecermos uma comparação com a Tabela 2 (pag. 70), percebemos que no quadriênio 1916-1919 tínhamos uma média aproximada de 22 normalistas formados por ano, enquanto que no quadriênio 1920-1923 essa média cai para 17.

TABELA 3 – ALUNOS DIPLOMADOS NA ESCOLA NORMAL (1920-1923)

Ano	Alunos diplomados
1920	20
1921	12
1922	23
1923	16

Fonte: Pimentel (1924).

Em 1927, o secretário Ramalhete teceu críticas ao funcionamento da Escola Normal. Ele iniciou seu relato com a seguinte afirmação: “Ligada intimamente á organização do ensino primário, é a Escola Normal o centro de acção de que dependem todo o êxito [...] de nossas escolas de instrucção elementar”. Seguidamente, destacou que a Escola Normal não se encontrava em boas condições para desempenhar seu papel, que segundo Ramalhete era “ensinar a ensinar”. Dentre as falhas dessa instituição, ressaltou a falta de material para o ensino experimental das ciências naturais e a má orientação do curso de Trabalhos Manuais.

Alguns empreendimentos da Escola Modelo foram citados no relatório de Gomes Cardim em 1909: o batalhão infantil, a banda do batalhão infantil, o teatro infantil, as aulas de marcenaria e modelagem e a exposição de trabalhos. Este último ocorrido em 29 de novembro de 1908, contemplando trabalhos da Escola Normal, escola modelo, grupo escolar e escolar noturnas, somando 516 trabalhos, os quais foram destacados os trabalhos de agulha como pontos, pospontos, alinhavos, bainha *etc.* O inspetor geral do Ensino em 1910, Deocleciano de Oliveira ressaltou a segunda exposição de trabalhos das mesmas instituições que aconteceu em 26 de novembro de 1909 e transcreveu a Ata do evento na qual constam as autoridades que compareceram, dentre elas, o Presidente do Estado, que inaugurou a exposição.

Além da Escola Normal, o Espírito Santo contava com o Colégio particular Nossa Senhora Auxiliadora como instituição formadora de professores (Figura 5).

Figura 5 – Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (século XX)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

No relatório de 1909, Gomes Cardim descreveu a consulta que o governo lhe fez sobre a possibilidade desse Colégio ser equiparado à Escola Normal do Estado. O Inspetor teceu-lhe elogios, afirmando, dentre outros itens, que seus Programas eram organizados de acordo com os métodos modernos de ensino adotados pelo Estado e que possuía corpo docente competente. Diante disso, o Decreto n. 335, de 2 de abril de 1909, oficializou a equiparação.

Possivelmente, com base nos dados apresentados nos relatórios, nas primeiras décadas do século XX, grande parte dos professores do estado não possuía o curso normal ou qualquer outro curso específico da área em que fosse lecionar, fato, ainda, observado no relato de um professor de Matemática da Escola Normal de São Mateus³⁶ no período de 1957 a 1964:

O problema de São Mateus, especialmente na disciplina de Matemática é que não tinha professor. Havia um dentista, professor de ciência, que dava aulas de Matemática. Depois, um outro professor que dava aula também de Português e Matemática. Quando eu cheguei foi um alívio: “Puxa vida! Um professor de Matemática!” Em seguida, nesse período, a constituição estadual permitia que se nomeasse interinamente o funcionário, sem concurso. Logo em seguida, acho que um ano depois, a constituição mudou, exigindo que o acesso ao serviço público fosse através de concurso

³⁶ Entrevista ,previamente, acordada e realizada no local de trabalho do depoente em 13 de janeiro de 2015, pela pesquisadora na cidade de Vitória-ES.

público. Para fazer o concurso público precisava ter pelo menos o registro do MEC. Então o Colégio [Ceciliano Abel de Almeida – em São Mateus] solicitou ao Ministério a legalização dos professores que não tinham o devido registro. O MEC, em Vitória, contratou um professor de matemática da Faculdade de Filosofia, que deu um período de aulas e depois fez a avaliação para o MEC. E depois da prova do MEC, aqueles que foram aprovados obtiveram uma carteira de professor [documento expedido pelo MEC como comprovante de habilitação para o magistério] com registro de 1º Grau, naquele tempo de 1ª a 4ª série. Mas logo em seguida houve a exigência para fazer para o 2º Grau, então voltei para fazer outra vez um curso para o 2º Grau. E fiz e obtive a segunda carteira.

O depoimento do professor assinala a dificuldade em formar professores que o Espírito Santo enfrentava, especialmente, pelo fato de que o número de normalistas que se formavam não era suficiente para a quantidade de matrículas do ensino primário. Assim, cursos de curta duração, conforme citado nas palavras do professor entrevistado, eram propostos como uma alternativa para suprir a falta de professores capacitados. Uma mensagem encaminhada à Assembleia Legislativa Estadual pelo governador Carlos Fernando M. Lindenberg corrobora com essa situação:

Durante o ano de 1960, foram desenvolvidas as seguintes atividades:
[...]

Realização de Cursos de Treinamento para Docentes de Emergência Leigos nos municípios de Vitória, Colatina, São Mateus, Conceição da Barra, Linhares, Nova Venécia, Iúna, Ecoporanga, Mucurici, Mantenedópolis, Barra de São Francisco, Afonso Cláudio, Domingos Martins e distrito de Bananal com 558 participantes.

Elaboração das provas seletivas para Docentes de Emergência Leigos (LINDENBERG, 1961, p. 120).

Com os dados apresentados no trabalho de Ferreira (2002), verificamos a necessidade do investimento na formação de professores na cidade de São Mateus.

TABELA 4 – CORPO DOCENTE DO ENSINO PRIMÁRIO EM SÃO MATEUS

Ano	Professores Normalistas	Prof. não Normalistas	Total
1954	9	55	64
1955	6	51	57
1956	7	63	70

Fonte: Ferreira (2002).

Apresentamos na Tabela 1 (p. 43) o número de professores do estado do Espírito Santo no período de 1947 a 1953. Verificamos que, no patamar estadual, o número de professores normalistas era crescente a cada ano, sendo que nos últimos dois anos, 1952 e 1953, o número de normalistas já ultrapassava o quantitativo de

professores leigos. Entretanto, São Mateus demonstrava situação contrária, o número de professores normalistas era muito menor se comparado aos professores leigos. Possivelmente, essa característica se apresentava pelo fato de que, durante muito tempo, o estado do Espírito Santo contava com Escola Normal somente na capital do Estado.

Em outra entrevista, realizada com uma aluna do curso normal de São Mateus no período de 1969 a 1972, tivemos conhecimento da existência de um Programa no estado que visava formar professores, o HAPRONT – Habilitação de Professor não Titulado. De acordo com Stahl (1986), o programa teve início no Paraná em 1976, sendo desenvolvido também nos estados de Alagoas e do Espírito Santo. Costa (2012, p. 12) afirma que a habilitação ocorria por meio do Ensino à distância e que o objetivo do Programa “[...] era elaborar um modelo de curso para habilitação a distância de professores não titulados em nível de 2º grau onde estão em exercício de 1ª a 4ª série”.

Segundo Ferreira (2002) a expansão das Escolas Normais no Espírito Santo ocorreu a partir da década de 1940 e, principalmente, na década de 1950, no governo de Jones dos Santos Neves, discípulo da política de Getúlio Vargas.

Outrossim, o secretário da Instrução Attilio Vivacqua, em 1929, concedeu uma entrevista ao jornal *Diário da Manhã*, cujo cerne, fora alguns aspectos da Escola Normal. Nesse contexto, mencionou a relação existente entre a formação do professor e a organização da instrução pública, destacando que o papel principal estaria vinculado ao mestre:

A escola primaria, cuja finalidade é tambem a preparação da criança para a vida, só poderá attender á realização do seu objectivo, mediante um corpo docente capaz de satisfazer por sua competencia, dedicação e idealidade, ás exigencias da moderna pedagogia (1929, p. 27).

O secretário sugeriu que o Ensino Normal sofresse algumas alterações para atender a nova pedagogia, como por exemplo, o acréscimo e desmembramento de matérias. Afirmou que no ano de 1929, o estado possuía “[...] em exercício 874 (sic) professores, dos quaes 304 eram normalistas e 574 de concurso. Estes admittidos com o caráter de professores de emergência [...] (VIVACQUA, 1929,p. 29). Concluiu destacando a importância do envolvimento dos professores e dos pais dos alunos

para que as propostas de mudança na educação alcancem resultados positivos. Nesse sentido, um ano após a entrevista, em 24 de maio de 1930, Atilio Vivacqua assinou o decreto nº 10.171, que em seu artigo 1º tratava da finalidade da Escola Normal: “As escolas normaes devem ser, por sua propria natureza, centros de experimentação pedagogica, onde se ensaiem e appliquem os methodos e processos de ensino mais modernos”. Para atender essa exigência, o artigo 2º do referido decreto ressaltava que o ensino nas Escolas Normais deveria ser prático e ativo.

Em geral, os relatórios apresentam poucas informações acerca do funcionamento dos grupos escolares e escolas normais nas cidades do interior do estado. Como já mencionado, a implantação dessas instituições se deu de forma muito lenta em território capixaba. A Escola Normal passou a funcionar em São Mateus, denominada Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida³⁷, no ano de 1955, no governo de Francisco Lacerda de Aguiar. Ainda em 1961, São Mateus e Colatina eram os únicos municípios do norte do Estado que mantinham Escolas Normais (LINDEBERG, 1961). Para além de outros significados, a escola normal mateense, representou uma possibilidade de inserção da mulher no mercado de trabalho.

A primeira turma de normalistas de São Mateus colou grau em 18 de dezembro de 1958 (OLIVEIRA, 1994), a qual foi lembrada pelo Deputado Jorge Silva³⁸ no dia das mulheres, na Câmara dos Deputados no dia 07 de março de 2013, proferindo as seguintes palavras: “[...] enquanto a maioria das mulheres ainda estava restrita a viver dentro de casa, essas mateenses superaram preconceitos e abriram caminhos para dar à mulher o espaço a que ela tem direito através da educação”. Nesse contexto, Villela (2010, p. 108-109), lembra que quando surgiram as primeiras Escolas Normais no Brasil, já existiam as chamadas escolas de meninas, o que mostra que as mulheres não eram proibidas de irem a escola, no entanto, o currículo era diferenciado se comparado ao dos meninos:

³⁷ Ceciliano Abel de Almeida nasceu em 25 de novembro de 1878 na cidade de São Mateus-ES. Foi professor de Matemática, administrador, engenheiro, historiador e escritor. Coursou o ensino primário em São Mateus; no Rio de Janeiro cursou o ensino secundário e o curso de Engenharia. Ocupou cargos públicos, sendo Secretário de Agricultura, Terras e Obras; Prefeito de Vitória e reitor da Universidade Federal do Espírito Santo. Faleceu em 02 de junho de 1965 (AGUIAR FILHO, 2010).

³⁸ Nascido em São Mateus, em 3 de junho de 1952, Jorge Silva é médico e atualmente exerce o segundo mandato de Deputado Federal (CÂMARA DOS DEPUTADOS).

Elas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como o estudo de geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. Elas aprenderiam, em contrapartida, a coser, a bordar e os demais 'mistérios próprios da educação doméstica'.

Atualmente, permanece em funcionamento, no mesmo local onde foi instalada a Escola Normal em São Mateus (Figura 6), a Escola de Ensino Médio Ceciliano Abel de Almeida.

Figura 6 – Prédio onde funcionava a Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida



Fonte: Nardoto e Oliveira (2001).

Diante do que foi exposto nos relatórios acerca da contribuição das escolas normais para a formação de professores capixabas, percebemos que as medidas tomadas no sentido de alavancar o número de professores normalistas não atingiam resultados satisfatórios. Fica evidente a dificuldade do Estado em expandir o número dessas instituições e, conseqüentemente, ampliar o número de vagas. Durante as três primeiras décadas do século XX, o Espírito Santo contou com apenas uma escola normal como instituição pública formadora de professores, a saber, a Escola Normal Pedro II, situada na capital. Mesmo após esse período, a expansão dos cursos normais foi caminhando muito lentamente, pois o Estado apresentava um grande percentual de professores leigos ainda nos anos 1950.

- 3 UMA ANÁLISE DOS SABERES MATEMÁTICOS CONTIDOS NAS AVALIAÇÕES DE DUAS ESCOLAS NORMAIS CAPIXABAS NA DÉCADA DE 1930 -

Para nosso estudo, as atividades das provas escritas consistem em uma possibilidade de nos aproximarmos das práticas escolares dos alunos do curso normal capixaba no período estudado. Concordamos com Chervel (1990, p. 204) ao afirmar que: “Se os conteúdos explícitos constituem o eixo central da disciplina ensinada, o exercício é a contrapartida quase indispensável. [...] De fato, se chama de exercício toda atividade do aluno observável pelo mestre”. O autor considera a avaliação como um dos elementos constituinte de uma disciplina, considerando o peso que as provas e exames exercem sobre os alunos e sobre o desenvolvimento da disciplina.

No catálogo, denominado “Fundo de Educação” do Arquivo Público do Espírito Santo, estão disponíveis, para consulta, avaliações escritas de Matemática referentes às seguintes escolas normais no Estado, ambas equiparadas à Escola Normal Pedro II:

- Escola Normal Municipal de Alegre, localizada no município de Alegre³⁹;
- Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, localizado em Vitória⁴⁰.

Todas as provas consultadas foram aplicadas na década de 1930 e correspondem às matérias de Desenho, Geometria, Aritmética e Álgebra. Outrossim, ressaltamos que não encontramos, em todo o acervo de avaliações de Matemática do referido Arquivo, provas de outras instituições, além das duas mencionadas acima.

3.1 AVALIAÇÕES DE DESENHO

Desde os primeiros programas curriculares apresentados para a Escola Normal do Espírito Santo, no final do século XIX, constatamos a presença da matéria de Desenho. Na década de 1930, ela aparece com a designação de *Desenho* e

³⁹ Equiparada à Escola Normal Pedro II pelo Decreto n. 3.416 de 21 de dezembro de 1933.

⁴⁰ Conforme dito anteriormente, essa instituição foi equiparada à Escola Normal Pedro II pelo Decreto n. 335, de 2 de abril de 1909.

Calligraphia e compõe os programas de ensino dos 1º e 2º anos do Curso Normal, de um total de quatro anos de duração.

Sobre os exames referentes a essa matéria o Decreto nº 10.171 de 24 de maio de 1930 esclarece que “A prova de Desenho será apenas Graphica”. Verificamos, com base na análise de provas e outros documentos, que, na maioria das vezes, a matéria de Desenho estava relacionada com o estudo de sólidos geométricos. O estudo de Desenho previsto no Programa de Ensino para Curso Primário no Espírito Santo, de 1927, corrobora com essa ideia:

Quadro 13 – Programa de Ensino de Desenho para o Curso Primário Capixaba em 1927

CURSO PRIMÁRIO ELEMENTAR	Primeiro anno	---
	Segundo anno	Primeiras Noções. Desenho faceis de folhas, fructas, objectos usuaes, a lapis preto e de côr ou a giz de cores.
	Terceiro anno	Desenho do natural, dando-se mais ou menos liberdade aos alumnos. Copias de contornos de objetos collocados em presença dos alumnos, como um solido geometrico , uma cadeira, uma mesa, etc. [...].
	Quarto anno	Continuação dos estudos do terceiro anno.
CURSO PRIMÁRIO COMPLEMENTAR	Desenho de animaes, folhas, plantas, flores, paisagens, etc. Reprodução de grupos de sólidos geométricos.	

Fonte: Resolução nº 375 de 3 de março de 1927.

Leme da Silva (2014, p. 72) afirma que, ao ingressar nos programas do curso primário, a matéria de Desenho “[...] impulsiona, estimula e contribui para a permanência e consolidação da Geometria no ensino primário”. Não obstante, a autora destaca que diante das críticas relativas ao método de se ensinar Desenho por meio de traçados geométricos, essa dependência entre os saberes se rompe a partir do início do século XX. Observamos, com base no Quadro 13, que a Geometria não ocupava muito espaço no programa do ensino primário, entretanto, veremos adiante, que para o curso normal capixaba, essa ruptura entre Geometria e Desenho não havia alcançado grandes proporções.

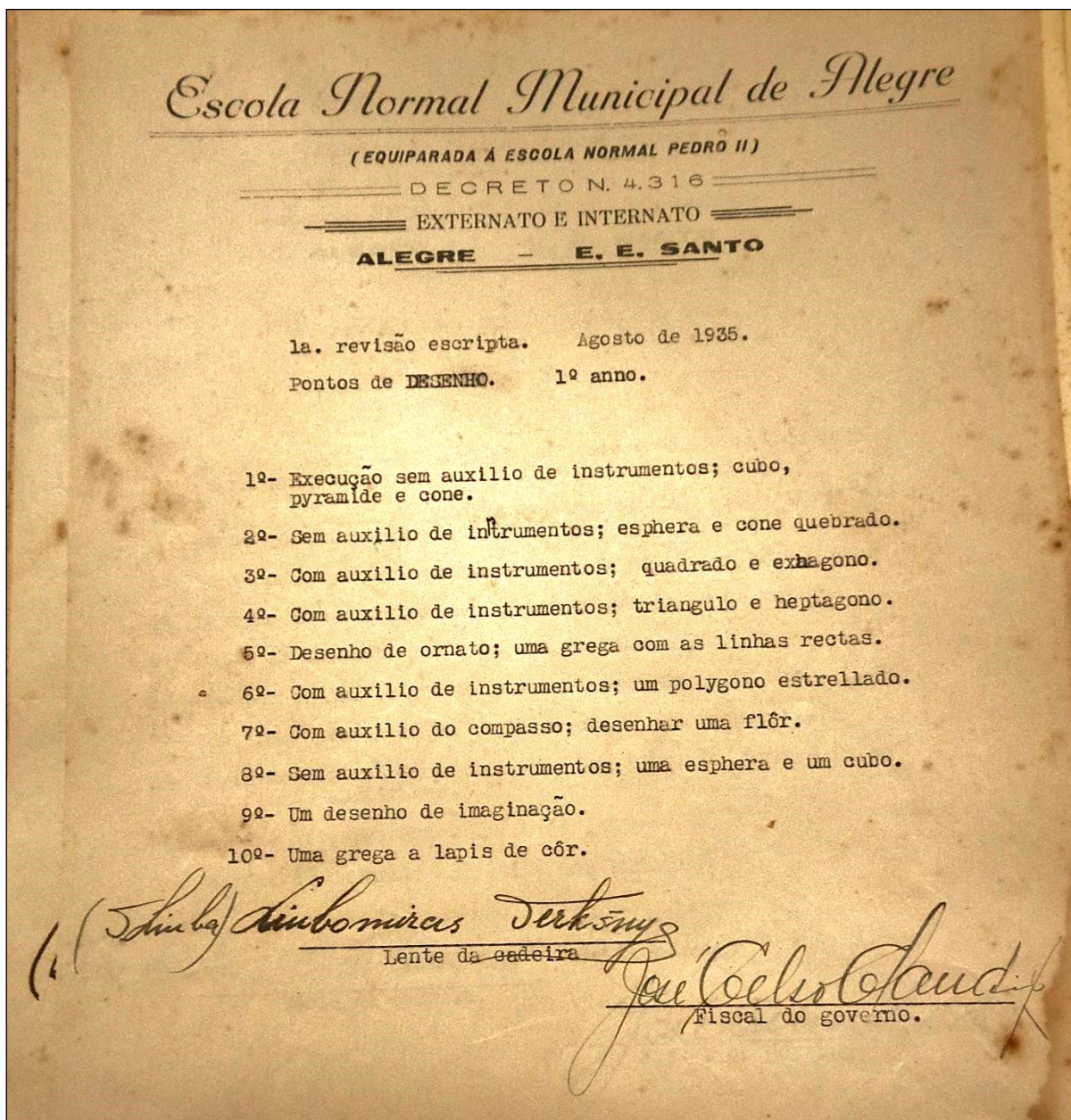
3.1.1 Escola Normal Municipal de Alegre

Além das provas que tivemos acesso, há outro documento referente à Escola Normal de Alegre, que nos possibilita a constatação dos conhecimentos exigidos dos alunos para fins de avaliação: a listagem de pontos, elaborada para cada avaliação a ser aplicada e assinada pelo lente da cadeira e por um fiscal do Estado. A assinatura deste último sugere o reconhecimento e a aprovação do documento por parte do governo. Entretanto, não sabemos se cada Escola Normal tinha autonomia para configurar sua própria lista de pontos, ou seria uma sequência padronizada que deveria ser seguida pelas Escolas Normais equipadas à Escola Normal Pedro II.

3.1.1.1 Prova do 1º ano

A prova de Desenho referente ao 1º ano da Escola Normal Municipal de Alegre foi realizada pelos normalistas da turma de 1935. A prova era composta por uma única questão: “Sem o auxílio de instrumentos, [desenhe] uma esfera e um cubo”, que correspondia ao 8º ponto dentre os dez que eram assim delineados:

Figura 7 – Pontos para prova de Desenho para o 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935)

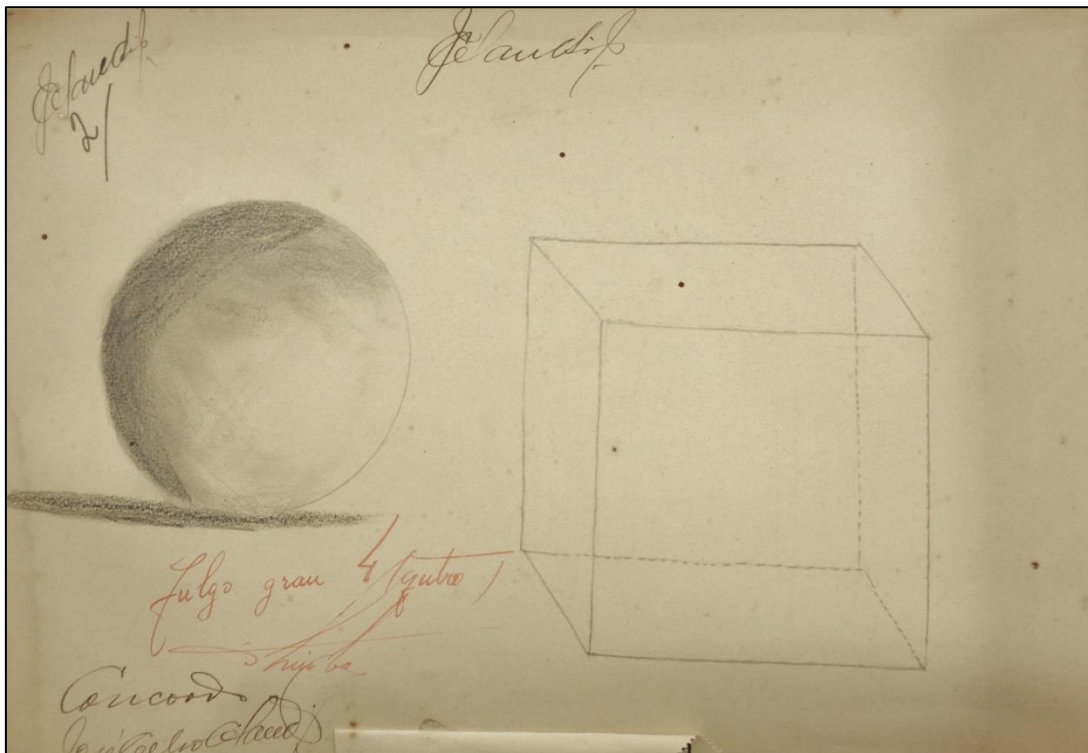


Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A maioria das questões dessa prova de Desenho estava relacionada à Geometria. Não há indicações de quais seriam os instrumentos permitidos ou não para a execução dos desenhos, porém, com base nas construções propostas, inferimos que seriam materiais, tais como régua, compasso, esquadro etc.

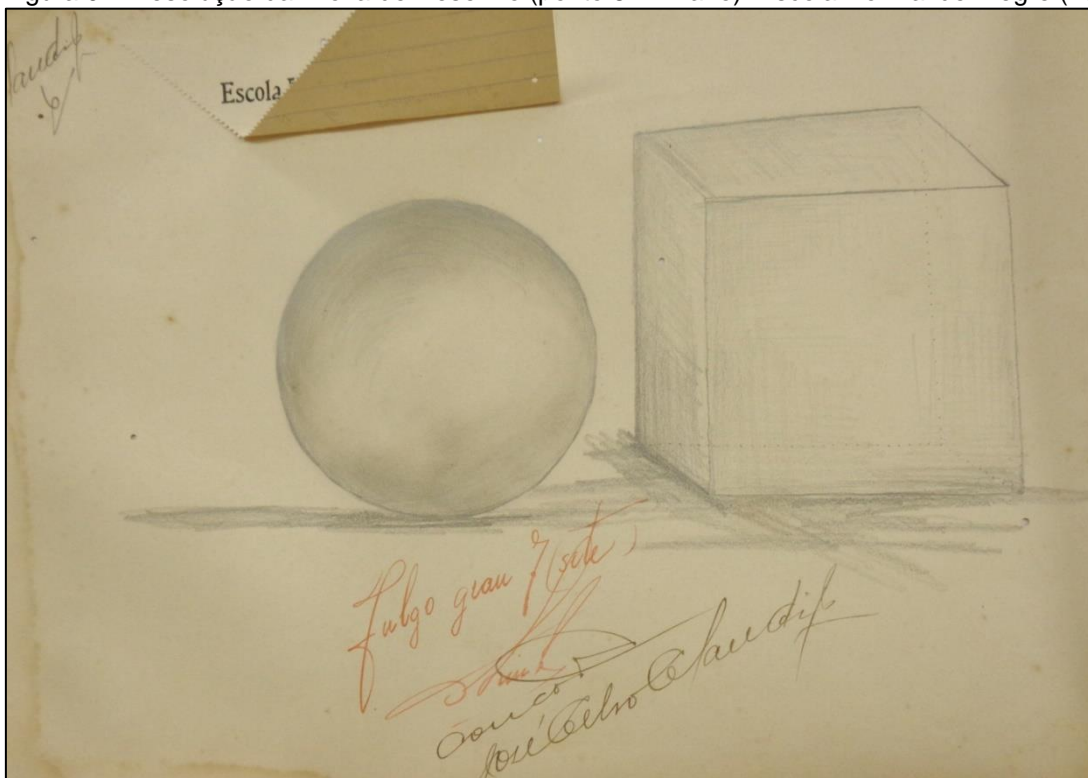
Embora esse ponto, em particular, não permitisse o uso de instrumentos, os traçados dos desenhos elaborados possuíam uma precisão razoável, conforme verificamos nas figuras 8 e 9.

Figura 8 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 8 – 1º ano). Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 9 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 8 – 1º ano). Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

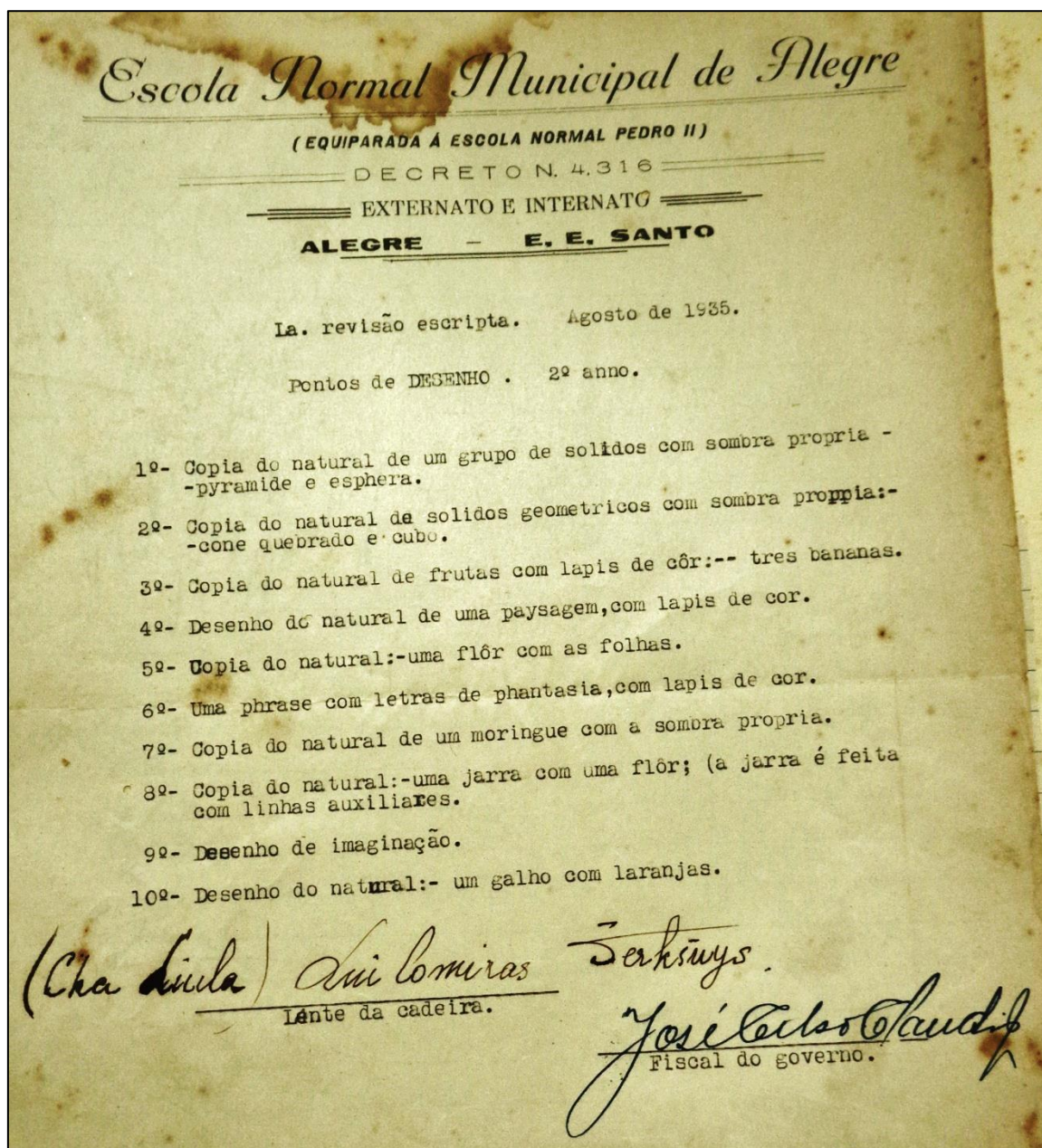
Não sabemos quais critérios eram considerados pelos professores para a avaliação, visto que não há apontamentos ou observações descritos nas provas. No entanto, podemos constatar que para determinar a nota do aluno, o lente responsável pela cadeira, atribuía o valor e logo abaixo o fiscal de governo, o mesmo que “aprovava” a Listagem de pontos, registrava sua assinatura acompanhada da palavra: “Concordo”.

Como se vê, o professor responsável pela matéria não tinha total autonomia para elaborar as questões que iriam compor a prova, tampouco para corrigi-las. Essas medidas de vigilância e fiscalização do Estado foram características enfatizadas pela Reforma Gomes Cardim, em 1908, na imposição de Métodos de Ensino e na submissão dos professores.

3.1.1.2 Prova do 2º ano

Fora aplicada em 10 de agosto de 1935, para os alunos do 2º ano da Escola Normal de Alegre. Assim como as provas do 1º ano, era composta por uma única questão: “Cópia Natural de um grupo de solidos com sombra propria – pyramide e esfera”, relativa ao 1º ponto entre os dez elencados:

Figura 10 – Pontos para prova de Desenho para o 2º ano da Escola Normal de Alegre (1935)

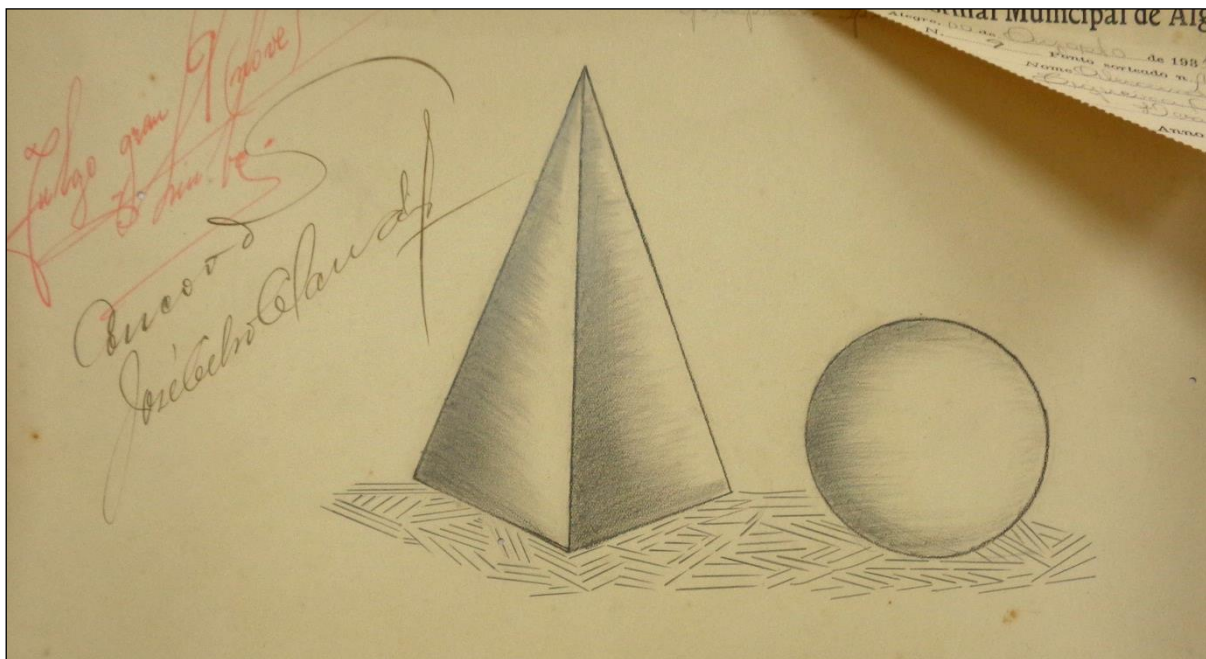


Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A partir dos pontos que poderiam ser sorteados para a prova do 2º ano, identificamos que eram valorizados os desenhos “naturais e de imaginação” e que não estavam tão relacionados com a Geometria quanto os do 1º ano (Figura 7). Para o 2º ano, somente os pontos 1 e 2 mencionavam o desenho de sólidos geométricos, enquanto que no 1º ano, quase todos estavam vinculados às figuras geométricas e suas especificidades, sendo apenas os pontos 9 e 10 referentes a desenhos “livres” das propriedades geométricas.

Verificamos na Figura 11, a resposta de um aluno para a questão proposta. A orientação com relação à utilização ou não de instrumentos não foi registrada para a execução da atividade.

Figura 11 – Resolução da Prova de Desenho (ponto 1 – 2º ano). Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O procedimento de avaliação seguiu o mesmo padrão do 1º ano: o professor responsável atribuía uma nota e o fiscal do governo assinava em concordância com o valor determinado.

Possivelmente, os pontos sugeridos para cada nível de ensino eram comuns às Escolas Normais do Estado. Pois, como veremos a seguir, reconhecemos nas provas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, realizadas em 1934, a presença do ponto 8º da Figura 10.

3.1.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

As provas de Desenho do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, também, assinalavam a presença da Geometria nas atividades, por vezes, de forma implícita. Apresentaremos duas provas distintas entre si, ambas datadas de 1934. A primeira, denominada Prova escrita do Exame de Admissão ao Curso Normal, foi aplicada em 27 de fevereiro e a segunda, Exame de Desenho do 1º ano do Curso de

Adaptação⁴¹, em 18 de maio. Não tivemos acesso às Listas de pontos dessas avaliações.

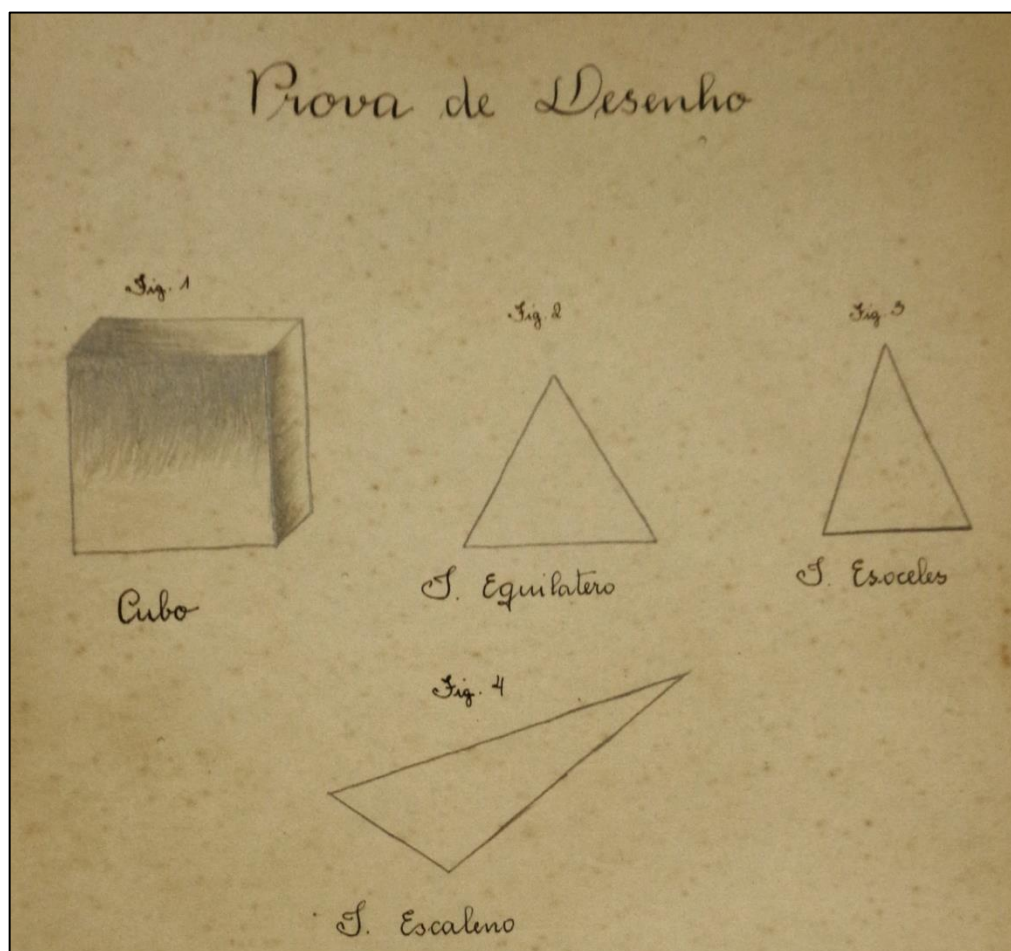
3.1.2.1 Prova de Admissão ao Curso Normal

Com base nos programas de ensino da Escola Normal e do Curso Primário capixaba de anos anteriores, percebemos, em uma perspectiva histórica, que o estudo da Álgebra e da Aritmética era priorizado em detrimento da Geometria, principalmente, nas seções femininas. No entanto, a Geometria tinha espaço garantido em outras matérias: em Desenho, conforme evidenciam os temas das provas aplicadas aos normalistas, e em Trabalhos Manuais, no curso primário, como foi apresentado, anteriormente, no Quadro 7.

Nesse sentido, as atividades da matéria de Desenho não se limitavam ao simples ato de desenhar. Para que o aluno reproduzisse figuras geométricas, eram necessários conhecimentos de suas propriedades e definições. Percebemos essa condição na Prova de Desenho para admissão do Curso Normal no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora no ano de 1934:

⁴¹ De acordo com as notas publicadas no jornal “Diário da Manhã” ao longo da década de 1930, o Curso de Adaptação substituiu o chamado Curso Complementar e tinha duração de dois anos. Segundo o periódico, a transição de Curso Complementar para Curso de Adaptação teria ocorrido em 1932 na gestão de Fernando Rabello, como secretário do Interior e da Justiça.

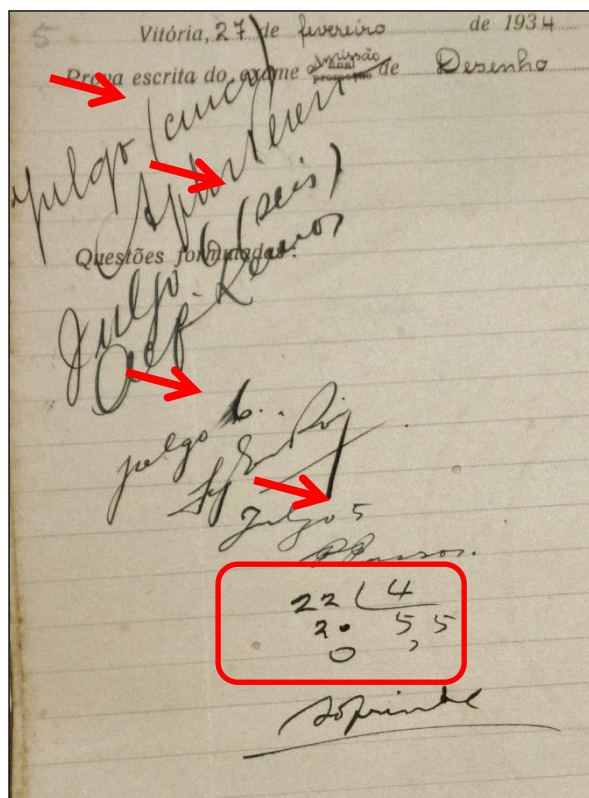
Figura 12 – Resolução da Prova de Desenho. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Observando os traçados dos alunos nas provas de Admissão, inferimos que, provavelmente, não era permitido o uso de instrumentos para a construção das figuras. A correção das provas era realizada por quatro professores distintos, e a nota, determinada a partir da média aritmética dos valores, como exemplo, apresentamos a Figura 13, na qual os professores julgaram as atividades com as notas 5; 6; 6 e 5, respectivamente. Portanto, a nota do aluno foi fixada em 5,5.

Figura 13 - Cálculo da nota atribuída à prova de Admissão (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Dentre as provas analisadas, só encontramos esse procedimento de correção nas provas de Admissão. Provavelmente, buscava-se a maior imparcialidade possível por parte dos avaliadores.

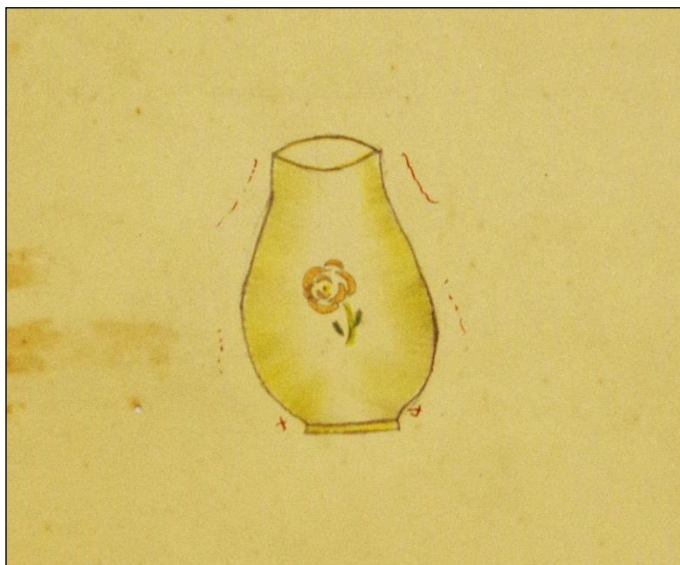
3.1.2.2 Prova do 1º ano do Curso de Adaptação

A questão da prova era sucinta: "Desenho de uma jarra". Apesar de não conhecermos a lista de pontos dessa prova, a questão proposta muito se assemelha ao ponto 8º referente ao 2º ano do Curso Normal da Escola de Alegre em 1935: Cópia do natural: - uma jarra com uma flôr; a jarra é feita com linhas auxiliares (Figura 10).

Embora não fosse indicado que os alunos deveriam utilizar recursos geométricos, ao corrigir as provas, muito provavelmente, os professores valorizaram o uso da Geometria, considerando as linhas retas na base e no topo da jarra e, também, a simetria dos lados. As figuras 14 e 15 apresentam indícios desses elementos nas

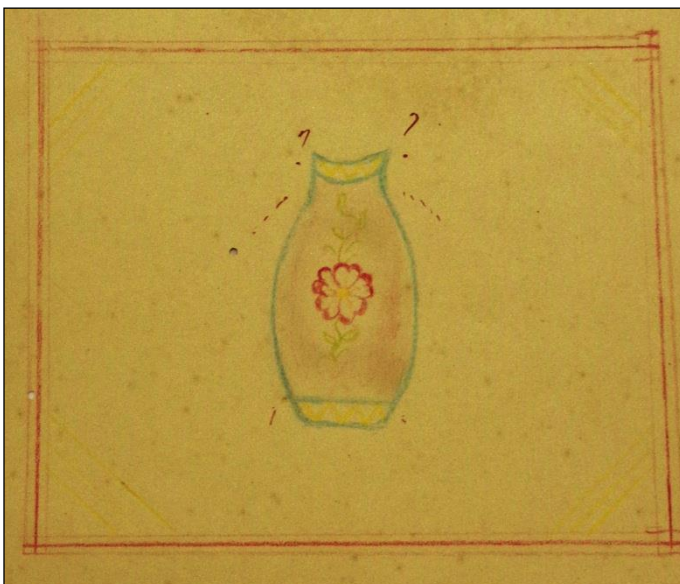
marcações feitas pelos professores: pontos de interrogação e a letra “x” indicando erros nas bases e nos topos desenhados pelos alunos de forma convexa; traçados pontilhados nas laterais da jarra sugerindo a verificação da simetria em torno do eixo central.

Figura 14 – Resolução da Prova de Desenho – 1º ano. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 15 – Resolução da Prova de Desenho – 1º ano. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Para esta avaliação, a correção foi executada por dois professores, obtendo-se a nota a partir da média aritmética dos valores atribuídos por eles.

3.2 AVALIAÇÕES DE GEOMETRIA

As avaliações de Geometria que tivemos acesso correspondem aos anos de 1934 a 1936. Relativas à Escola Normal Municipal de Alegre, apresentaremos provas do 1º e 3º ano do Curso Normal, realizadas, respectivamente em 1936 e 1935.

Do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, dispomos das avaliações aplicadas ao 1º ano do Curso de Adaptação e, também, de provas referentes ao Curso Normal, porém sem série definida. Ambas as avaliações ocorreram em 1934.

3.2.1 Escola Normal Municipal de Alegre

A prova do 1º ano possuía como tema “Quadriláteros”. O cabeçalho indica que esse seria o ponto de número 4, porém não tivemos acesso à listagem de pontos.

Composta por três questões, a prova possuía natureza teórica, sem a necessidade de cálculos ou raciocínio lógico. Verificamos, no Quadro 14, que a avaliação privilegiava somente os conhecimentos relativos às definições.

Quadro 14 – Questões da Prova de Geometria do 1º da Escola Normal de Alegre (1936)

- 1) O que são Quadriláteros?
- 2) Como se dividem os quadriláteros?
- 3) Desenhar e definir um trapesio.

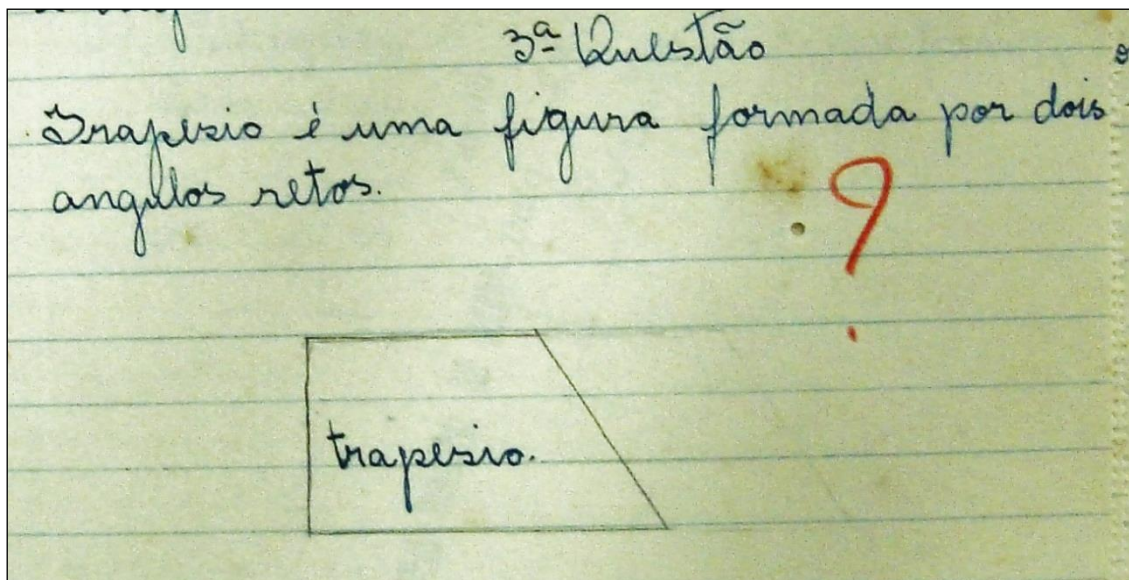
Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Em uma prova específica que analisamos, as respostas para essas questões são bastante objetivas e sucintas. Com um procedimento análogo a outras provas, esta foi corrigida por três professores, estabelecendo-se como nota a média aritmética.

Não constam observações feitas pelos avaliadores na prova, com exceção da 3ª questão, na qual um ponto de interrogação sugere algo errado. Nela, o aluno

desenha um trapézio retângulo e define trapézio como “uma figura formada por dois ângulos retos”.

Figura 16 - Resolução da Prova de Geometria – 1º ano. Escola Normal Municipal de Alegre (1936)

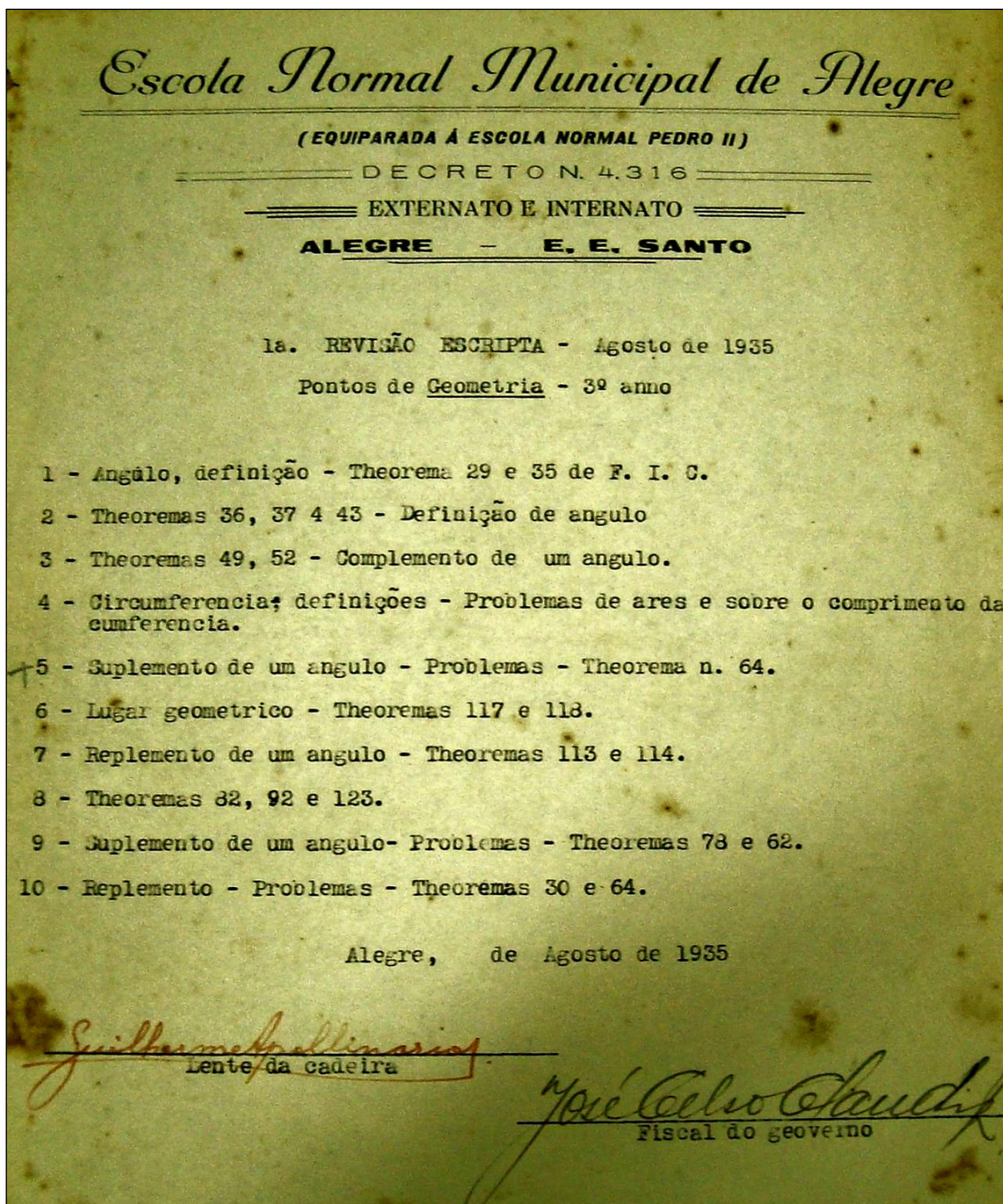


Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Sabemos que, de acordo com a definição matemática, trapézio é um quadrilátero que possui dois lados paralelos. O equívoco do aluno consistiu em apresentar um caso particular do trapézio

A prova realizada pelo 3º ano, em 1935, tinha as questões elaboradas de acordo com o seguinte tema: “Suplemento de um ângulo – Problemas – Theorema n. 64”. Sendo este o 5º ponto da listagem organizada para a prova:

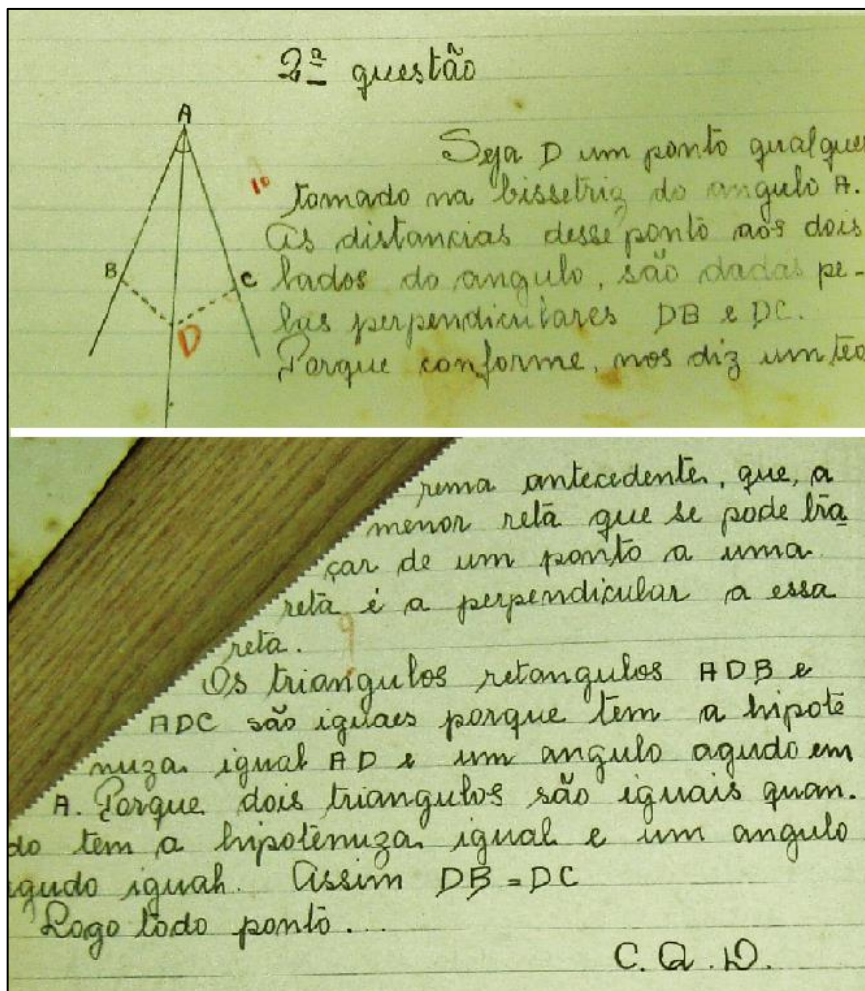
Figura 17 – Pontos para prova de Geometria para o 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Na avaliação, o aluno deveria solucionar três questões propostas, das quais, duas referiam-se ao cálculo do suplemento de determinado ângulo. A terceira questão tratava-se de uma demonstração matemática em que o aluno deveria demonstrar o teorema: “Todo ponto da bissetriz de um ângulo é equidistante dos dois lados desse ângulo”.

Figura 18 – Demonstração de teorema na prova de Geometria do 3º ano do Curso Normal (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O aluno utilizou um desenho para auxiliar sua demonstração. Também, mencionou outro teorema estudado, anteriormente, e o conceito de congruência de triângulos, embora tenha usado, equivocadamente, o termo “triângulos iguais”.

De acordo com os pontos que seriam sorteados para a prova (Figura 17), os alunos do 3º ano da Escola Normal tinham contato com um número significativo de Teoremas no estudo de Geometria. Assim como na prova do 1º ano, na qual predominava as definições e conceitos geométricos, identificamos o predomínio das questões teóricas em detrimento da aplicabilidade e contextualização da Matemática. Diante disso, observamos modelos de avaliação que valorizavam os processos de memorização e repetição.

3.2.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

Na prova analisada do Curso Normal, do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, realizada em 28 de fevereiro de 1934, sem série definida, também, verificamos o tema “Ângulos”. Assim como o caso analisado anteriormente, as questões possuíam caráter discursivo, sem cálculos e sem figuras geométricas:

Quadro 15 – Questões da Prova de Geometria do Curso Normal do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)

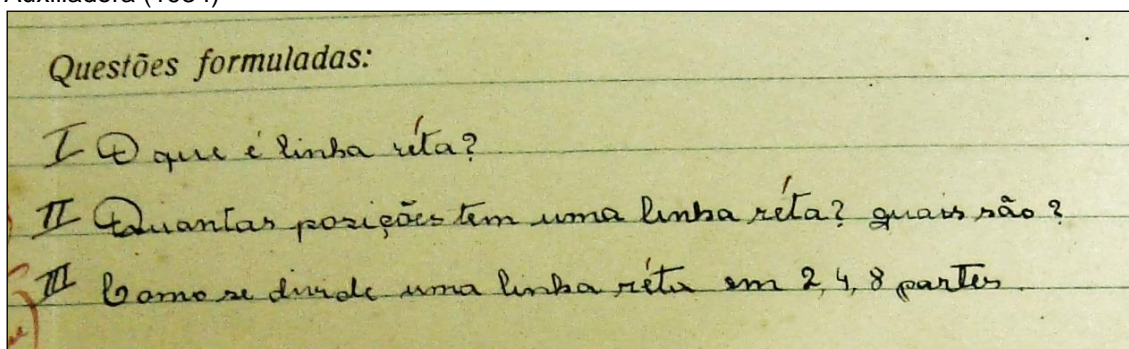
- 1) O que é ângulo?
- 2) O que é ângulo recto, agudo e obtuso?
- 3) O que são ângulos opostos pelo vértice e complementares?

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Nas respostas, o aluno reproduz as definições e em cada questão apresenta uma figura utilizando semirretas para exemplificar o tipo de ângulo. A prova foi corrigida por quatro professores, característica observada nas provas de Admissão ao Curso Normal na matéria de Desenho do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Essa semelhança indica que, provavelmente, esta prova seria para a admissão de alunos ao Curso.

A outra prova de Geometria do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que tivemos acesso, foi realizada pelo 1º ano do Curso de Adaptação, em 19 de maio de 1934. O ponto sorteado para a prova possuía como tema: “Dividir uma reta em 2, 4, 8 partes iguais”. Dessa forma, as questões foram assim delineadas:

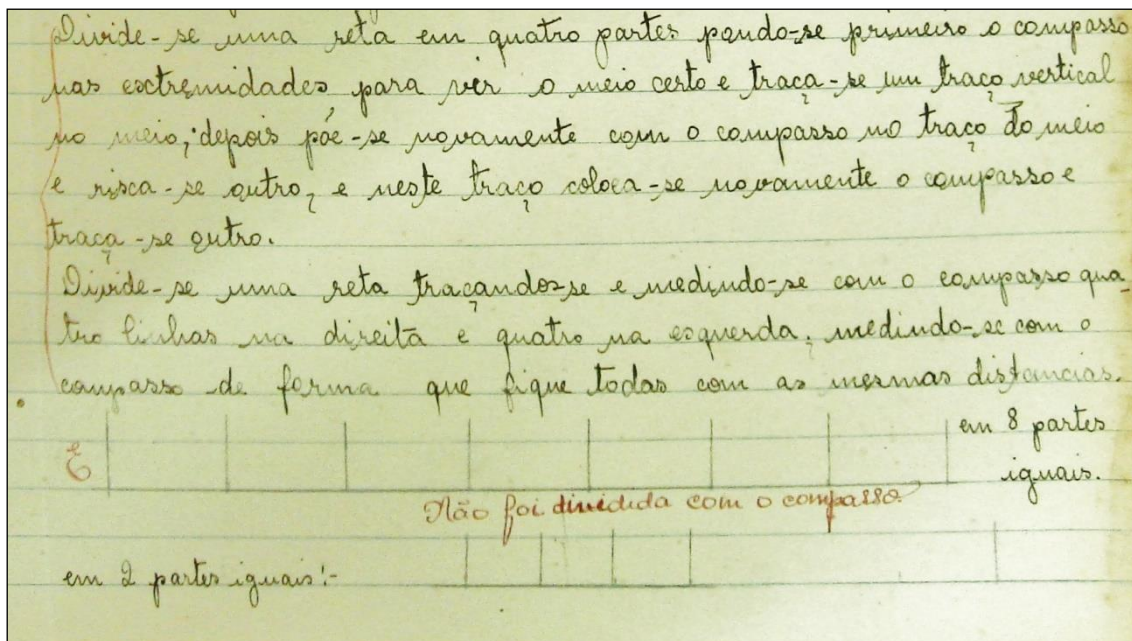
Figura 19 - Questões da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

A 3ª questão era denominada, como parte prática da resolução. Em uma das provas, a solução foi extensa descrevendo, passo a passo, o que deveria ser feito:

Figura 20 – Resolução da 3ª questão da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Transcrição do documento:

Quadro 16- Resolução da 3ª questão da Prova de Geometria do Curso de Adaptação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (1934)

Divide-se uma reta em quatro partes pondo-se primeiro o compasso nas extremidades para ver o meio certo e traça-se um traço vertical no meio; depois põe-se novamente com o compasso no traço do meio e risca-se outro, e neste traço coloca-se novamente o compasso e traça-se outro.

Divide-se uma reta traçando-se e medindo-se com o compasso quatro linhas na direita e quatro linhas na esquerda, medindo-se com o compasso de forma que fique todas as mesmas distancias.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Observamos, pela própria descrição do aluno, que seria necessário o uso de compasso para a execução dessa atividade. Os avaliadores, dois professores distintos, julgaram errada a questão, justificando-se com a seguinte afirmação: “Não foi dividida com o compasso”.

Considerando as atividades de Geometria propostas, como avaliação aos alunos do Curso Normal, e, também, do Curso de Adaptação, verificamos que elas não possuíam dimensão prática e ou de aplicabilidade. Questões abordando definições e teoremas ou que exigiam argumentação exemplificam essa percepção. Provavelmente, era nas atividades da matéria de Desenho que os alunos utilizavam a Geometria de maneira menos teórica. Nesse sentido, inferimos que os estudos dessas duas matérias mantiveram-se articulados nos Cursos Normais do Espírito Santo na década de 1930.

3.3 AVALIAÇÕES DE ARITMÉTICA

Estão disponíveis, para consulta no Arquivo Público do Espírito Santo, provas de Aritmética, referentes ao período de 1934 a 1936. A maior parte, de todo o acervo de provas que encontramos no Arquivo, se refere à Aritmética; portanto, para melhor entendimento das provas consultadas, as sintetizamos, segundo a data e a especificação por escola.

TABELA 5 – RELAÇÃO DE PROVAS DE ARTIMÉTICA DO CURSO NORMAL DA ESCOLA MUNICIPAL DE ALEGRE

1º ano	3º ano
6 ago. 1935. Operações Fundamentais e sua divisão. Problemas sobre as quatro operações	18 fev. 1936. Porcentagem
18 fev. 1936. Multiplicação e divisão. Problemas.	---

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Quadro 17 – Relação de provas de Aritmética do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

1º ano
23, 26 e 27 fev. 1934. Frações
17 mai. 1934. Caracteres de divisibilidade

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

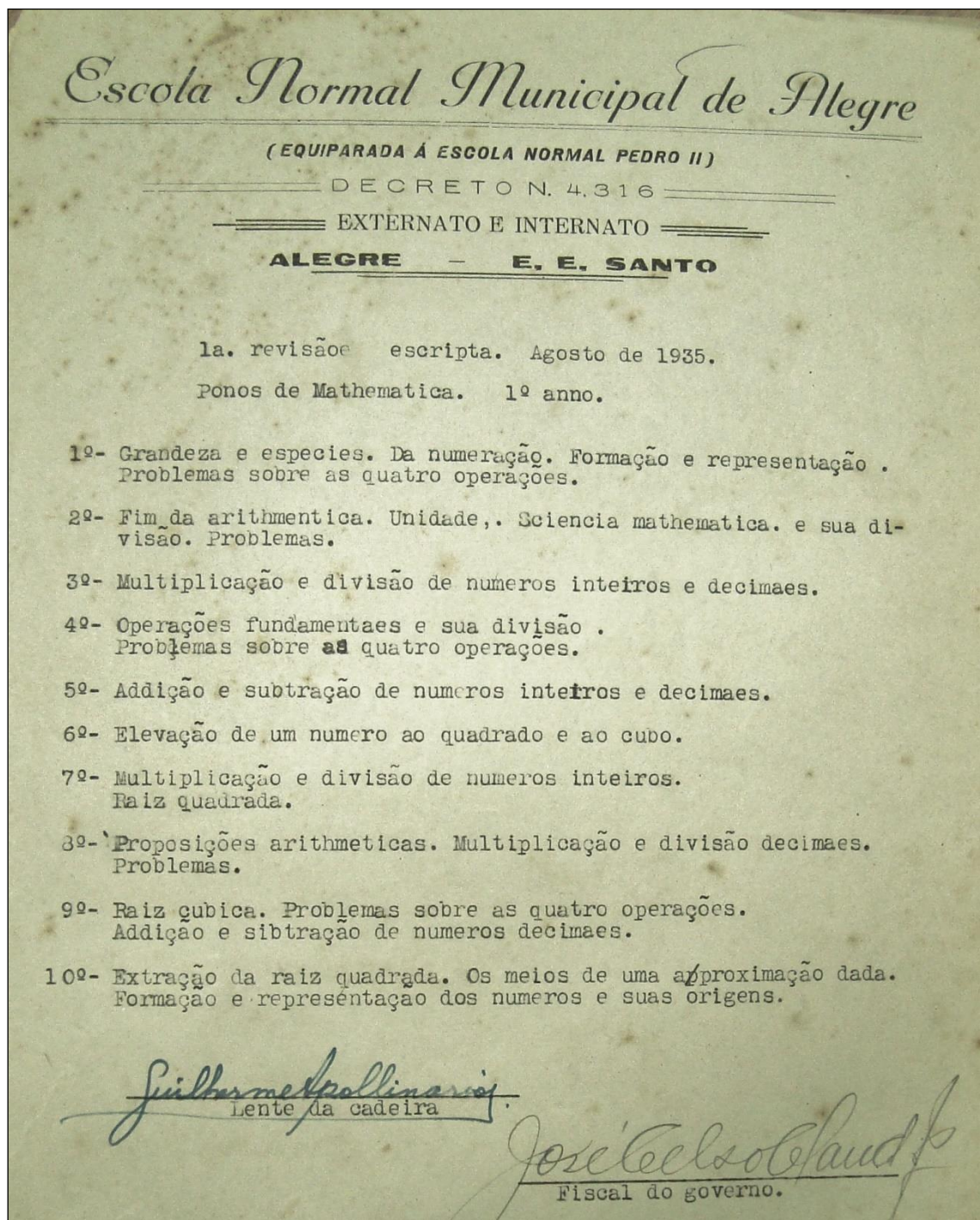
3.3.1 Escola Normal Municipal de Alegre

3.3.1.1 Provas do 1º ano

A relação de pontos para a prova de Aritmética do 1º ano, em 1935, foi denominada “Pontos de Mathematica⁴²” (Figura 21) e, em geral, tratava das operações fundamentais da matemática: adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação e radiciação. Alguns tópicos indicam para o estudo de definições e aspectos teóricos, como por exemplo, o 2º: “Fim da arithmetica. Unidade. Scienza mathematica. e sua divisão. Problemas”.

⁴² A disciplina Matemática no Brasil foi criada, oficialmente, em 1929, a partir de uma reorganização curricular no Colégio Pedro II, iniciada pelo então diretor e professor de matemáticas desse colégio, Euclides Roxo. O novo programa de ensino buscava uma fusão entre os conteúdos da aritmética, álgebra e geometria (VALENTE, 2005, 2008). Não temos registro de quando ocorreu a fusão desses saberes no Programa das Escolas Normais capixabas. Conforme os documentos apresentados, pelo menos até 1936, as três áreas – aritmética, álgebra e geometria – eram estudadas separadamente.

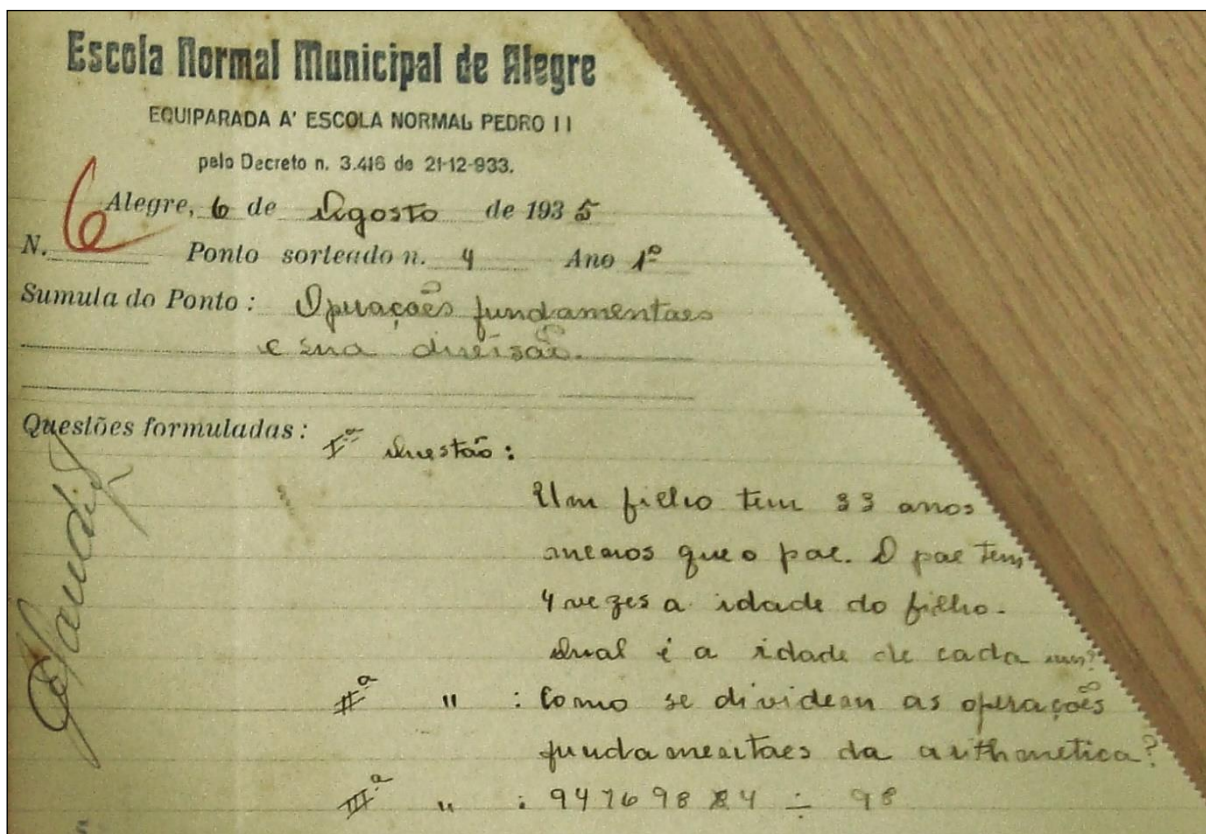
Figura 21 – Pontos para prova de Aritmética para o 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O ponto sorteado para a prova de 1935 foi o 4º dessa listagem: “Operações Fundamentais e sua divisão. Problemas sobre as quatro operações”. Com base nesse tema, veremos a composição das questões para a prova:

Figura 22 – Questões da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Transcrição do documento

Quadro 18 – Questões da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1935)

Iª Questão: Um filho tem 33 anos a menos que o pai. O pai tem 4 vezes a idade do filho. Qual é a idade de cada um?

IIª Questão: Como se dividem as operações fundamentais da arithmetica?

IIIª Questão: $94769884 \div 98$.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Assim como acontecia com as provas de Desenho do 1º ano da Escola Normal de Alegre, as provas de Aritmética eram corrigidas pelo professor responsável pela matéria e assinada pelo Fiscal do governo, em um indicativo de revisão da prova e concordância da nota atribuída pelo professor.

Dispomos de duas provas, uma de cada aluno. A primeira questão não foi solucionada por um deles e o outro esboçou sua resposta utilizando operações aritméticas aleatórias, não condizentes com o raciocínio correto, manipulando dos dados numéricos fornecidos pelo problema.

Verificamos, por meio da resolução da terceira questão, que os professores julgavam necessário que todos os cálculos efetuados fossem descritos na prova, sendo este um fato crucial para a determinação da nota. Um indício de que eram valorizados os procedimentos de construção dos algoritmos.

Na prova realizada também pelo 1º ano, em 1936, havia três questões, sendo a primeira e a segunda, operações de multiplicação e divisão, respectivamente. A terceira questão apresentava um problema:

Figura 23 - Resolução da 3ª questão da Prova de Aritmética do 1º ano da Escola Normal de Alegre (1936)

Problema

Compreei 5,60 de panno por 67#200. O vendedor não me pôde entregar se não 4,75. Quanto lhe devo?

Solução:

67#200	560	4#75
112	120	x 120
000		9500
		+ 475
		57#000

Resposta - devo 57#000.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

O raciocínio estruturado pelo aluno para a solução está correto: dividir o valor total da compra pela quantidade de metros de panno, encontrando, assim, o custo por metro. Em seguida, multiplicou-se o valor de cada metro pela quantidade que

poderia comprar que seriam 4 metros e 75 centímetros, uma solução análoga ao procedimento utilizado na Regra de três. Embora tenha desenvolvido um pensamento correto, ao compararmos essa resposta com a de outra prova, identificamos que o aluno errou na notação da moeda, o que fez com que a questão tenha sido considerada toda errada. Com isso, inferimos que o rigor matemático, a importância da simbologia e da precisão eram valorizados em detrimento do processo de assimilação do conhecimento e da construção do raciocínio lógico.

3.3.1.2 Prova do 3º ano

Na prova realizada pelo 3º ano do Curso Normal da Escola Normal de Alegre, em 18 de fevereiro de 1936, o ponto sorteado foi Porcentagem. Não havia questões que valorizavam as definições e conceitos de forma descritiva.

A prova continha três problemas matemáticos, sendo corrigida, também, por três professores. Os problemas não exigem interpretação dos alunos, de forma que a solução era obtida por meio da aplicação direta de fórmulas, como exemplo citamos a questão 2 dessa prova: “Qual o rendimento anual de 300 ações de 500\$000 a 12%?”

3.3.2 Colégio Nossa Senhora Auxiliadora

As provas realizadas pelo 1º ano em fevereiro de 1934 tinham como tema “Frações”. Apresentavam questões relacionadas às definições em detrimento dos cálculos. Vejamos no quadro abaixo algumas questões propostas nas provas e as respectivas respostas dos alunos:

Quadro 19 – Questões/resoluções das provas de Aritmética dos 1º anos do Curso Normal do Colégio N. S. Auxiliadora (1934)

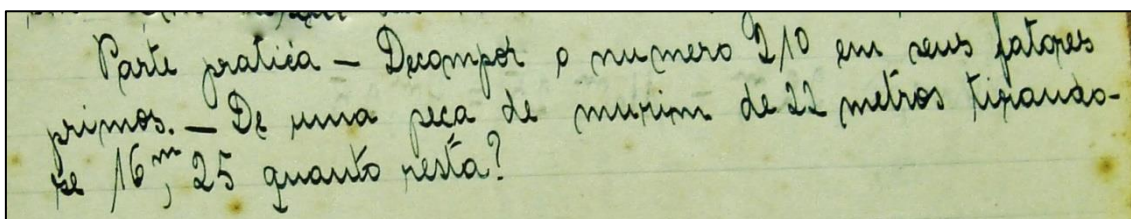
23 de fevereiro de 1934	I) O que é simplificar uma fração e em que princípio se baseia a simplificação de uma fração?
	Simplificar uma fração é reduzi-la em termos menores, mas com o mesmo valor. Se baseia multiplicando ou

	dividindo ambos os termos de uma fração.
27 de fevereiro de 1934	II) De que se compõe a fração ordinária?
	A fração ordinária se compõe por um traço horizontal tendo o de cima que se chama numerador e o de baixo o denominador.

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Esta é uma característica predominante no período em que as provas aconteceram. Novamente, verificamos que se acentua a necessidade de memorização e a preferência por questões discursivas. Raramente, aparecem questões com cálculos. No caso das provas do 1º ano que tivemos acesso, há poucas exceções:

Figura 24 - Questões das provas de Aritmética do 1º ano do Curso Normal do Colégio N. S. Auxiliadora (1934)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Havia questões contidas nas provas de Aritmética do 1º ano do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, que eram denominadas “parte prática” e não estavam diretamente relacionadas com o tema da prova.

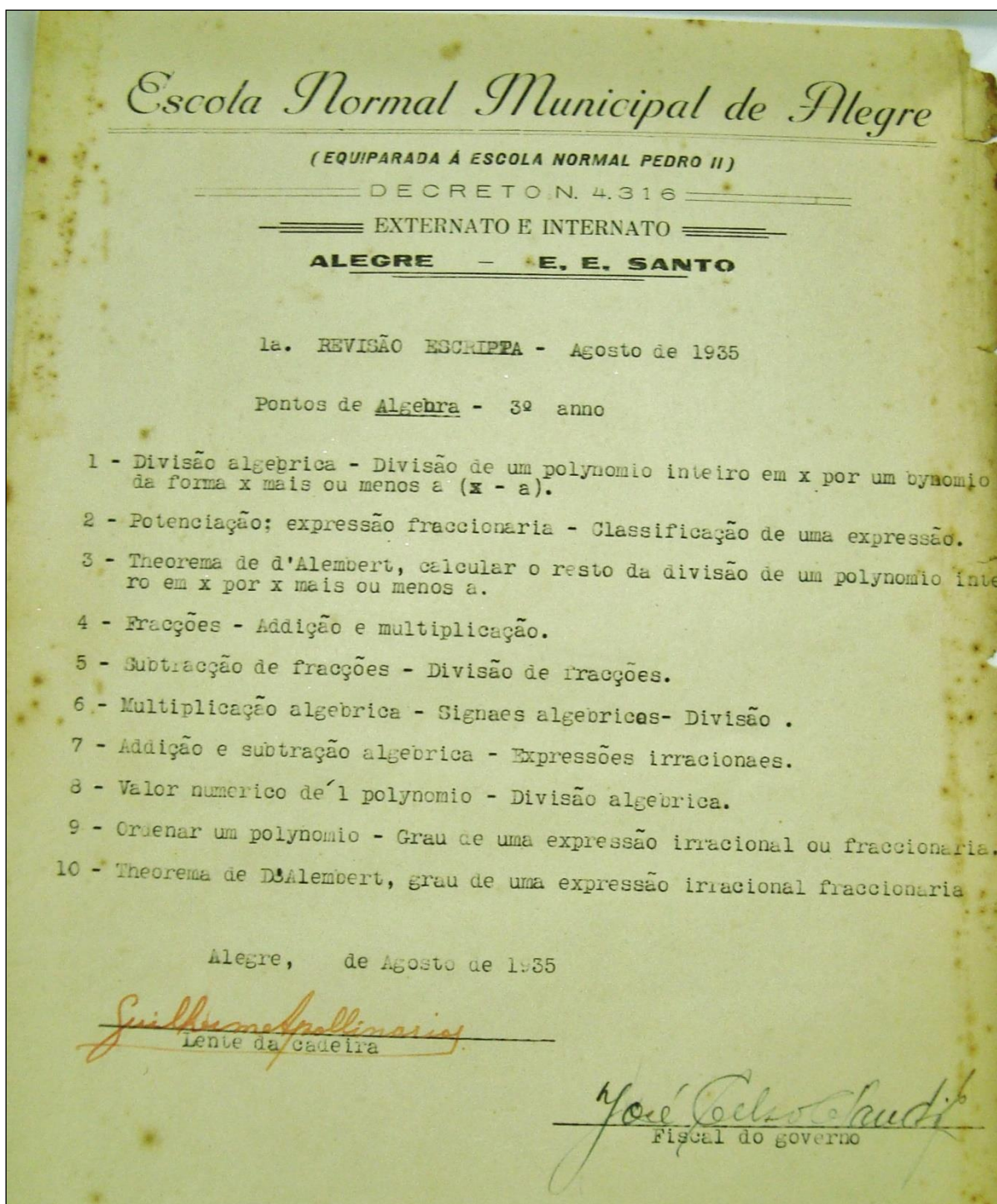
As provas realizadas em maio de 1934, com o tema Caracteres de divisibilidade, seguiam o mesmo padrão: havia três questões discursivas e dois problemas na “Parte Prática”.

3.4 AVALIAÇÕES DE ÁLGEBRA

As provas de Álgebra as quais tivemos acesso datam de 7 de agosto de 1935 e foram realizadas pelos alunos do 3º ano da Escola Normal de Alegre. De acordo

com o cabeçalho, o ponto sorteado para a composição das questões havia sido o 3º: “Theorema de d’Alembert⁴³, calcular o resto da divisão de um polynomio inteiro em x por x mais ou menos a” dentre os seguintes:

Figura 25 – Pontos para prova de Álgebra para o 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)

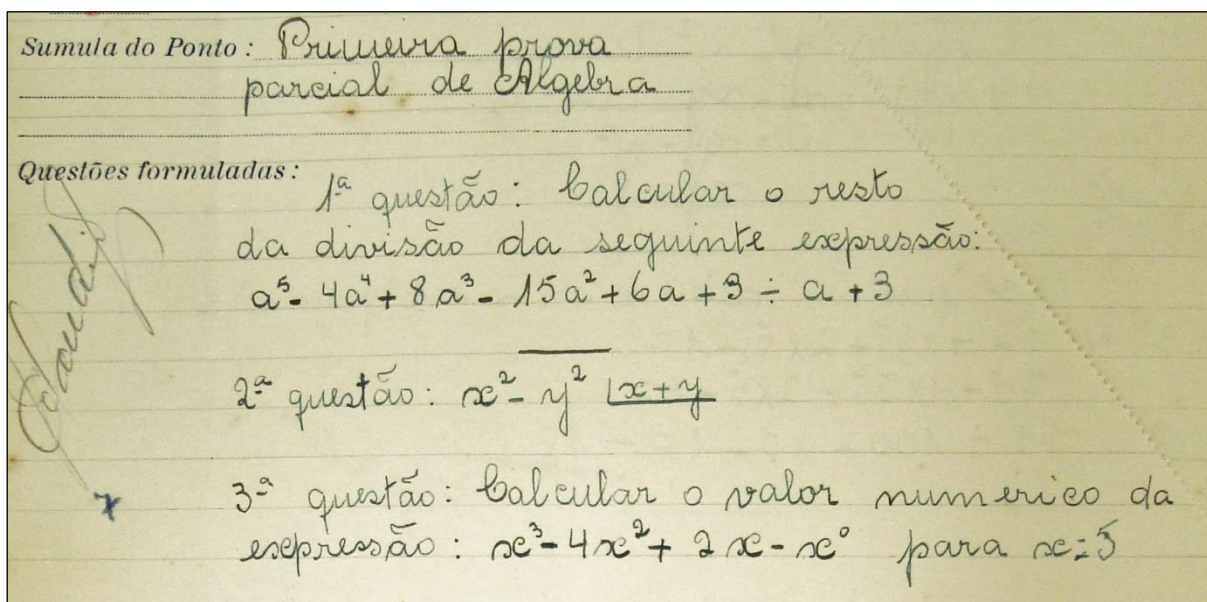


Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

⁴³ O teorema diz que um polinômio $G(x)$ dividido por um binômio $x - a$ terá resto R igual a $P(a)$, para $x = a$.

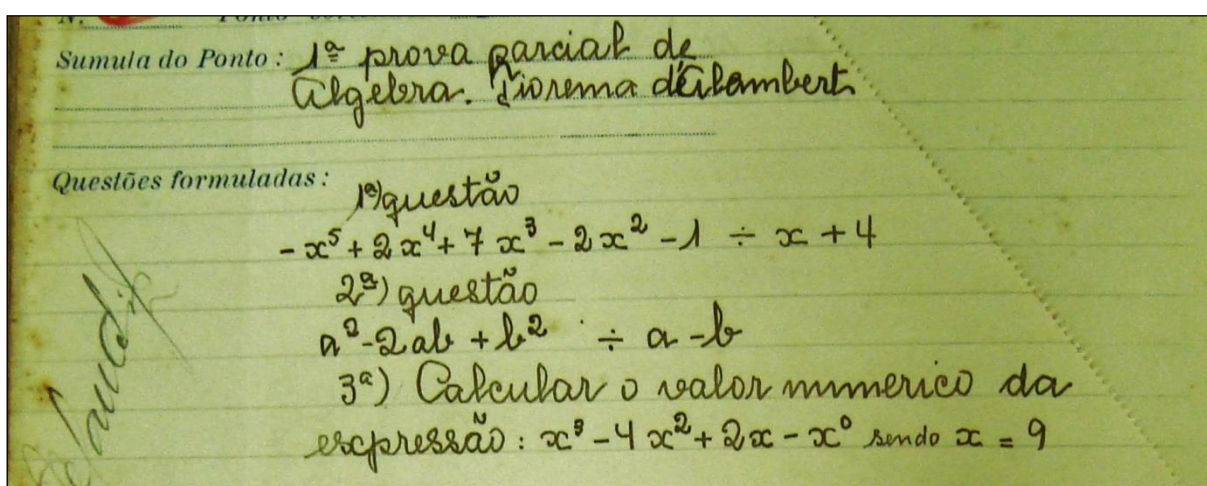
Em geral, os pontos para sorteio da prova de Álgebra do 3º ano estavam relacionados às operações entre polinômios. As questões dessa prova não eram contextualizadas e, também, não assumem o caráter teórico e descritivo que observamos nas provas de Geometria e Aritmética. Vejamos nas Figuras 26 e 27, questões referentes ao 3º ponto:

Figura 26 – Questões da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Figura 27 – Questões da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Na resolução das questões, identificamos anotações feitas pelos professores na correção: “como fez?; “Como está seria isso”. Elas indicam que, análogo às outras

provas, os rascunhos feitos pelos alunos deveriam ser entregues juntamente com a solução (Figura 28).

Figura 28 – Correção da 1ª questão da Prova de Álgebra do 3º ano da Escola Normal de Alegre (1935)

8

1ª questão

$$\begin{array}{r} x^5 + 2x^4 + 2x - x^0 \\ -x^5 + 2x^4 + 7x^3 - 2x^2 - 1 \\ \hline 7x^3 - 2x^2 - 1 \end{array} \div x + 4$$

$R = 1024 + 512 + 448 - 32 - 1$
 $R = 1055$

Como está seria isso:
 $+ 1024 - 32$
 $+ 512 - 1$
 $+ 448$
 $\hline + 1984$
 $- 33$
 $\hline 1951$

2ª questão

$$\begin{array}{r} a^2 - 2ab + b^2 \\ -a^2 + ab \\ \hline -ab + b^2 \\ ab - b^2 \\ \hline \end{array} \quad | \quad \begin{array}{l} a - b \\ a - b \end{array}$$

Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Nos anos de 1920, começaram a chegar ao Brasil as ideias do movimento Escola Nova, provocando discussões sobre as questões pedagógicas. Dentre os ideários desse movimento citamos o princípio de introduzir na escola situações da vida real. Entretanto o Movimento da Escola Nova não atingiu, inicialmente, o curso secundário que permaneceu ligado aos princípios tradicionais (MIORIM, 1998).

O currículo com base no positivismo⁴⁴, defendido pela reforma Benjamin Constant em 1890, deixou marcas que perduraram após o advento da Escola Nova no Brasil. Essas considerações referem-se ao ensino secundário, no entanto, com base nas provas analisadas, podemos estendê-las, também, para o Ensino Normal. As

⁴⁴Augusto Comte elaborou uma hierarquia dos conhecimentos para o estudo da filosofia positiva: Matemática, Astronomia, Física, Química, Fisiologia e Física social. Em relação à Matemática, afirmava que ela representava o instrumento mais poderoso que o ser humano dispunha para compreender as leis e os fenômenos naturais. Considerava que a Matemática era constituída por duas grandes ciências: “a matemática abstrata ou o cálculo e a matemática concreta” (VALENTE, 2000). Motta e Brolezzi (p. 4668) destacam que, na educação brasileira, o ensino, em decorrência da visão racionalista do positivismo, estruturava-se “com a preocupação de manter a reprodução da sociedade e concebe o aluno como quem recebe, processa e devolve informações”.

questões as quais os alunos eram submetidos, em geral, não apresentavam situações do cotidiano, pelo contrário, eram questões que priorizavam a memorização e repetição de conceitos matemáticos.

Possivelmente, o currículo do Curso Normal Capixaba, em uma tentativa de se propor questões teóricas para os alunos, buscava desvencilhar do caráter positivista. Provas inteiras compostas por questões do tipo “O que é um número misto?” poderiam permitir que o aluno utilizasse suas próprias palavras na elaboração da resposta, possibilitando que, por meio de um processo de apropriação, o saber se tornasse conhecimento. Dessa forma, as questões não estariam restritas aos algoritmos matemáticos. Porém, esse tipo de questão não contempla a ideia de aproximar a matemática escolar do cotidiano do aluno. Nesse sentido, Valente (2011) ressalta que o ensino de Matemática no Brasil, prevalece por alguns anos como ideário das Lições de coisas em detrimento do método ativo da matemática defendido pelos escolanovistas.

- 4 PERIÓDICOS ACESSÍVEIS AO PROFESSORADO CAPIXABA EM MEADOS DO SÉCULO XX -

Apresentamos uma análise de publicações voltadas para a educação disponíveis para os professores do Estado do Espírito Santo no período referente ao nosso estudo. As fontes, por nós utilizadas, foram os fascículos da *Revista de Educação*⁴⁵ das décadas de 1930 e 1950 e exemplares de *Manuais Pedagógicos*⁴⁶ referentes às respectivas datas e edições: 1945 – 6ª ed.; 1948 – 5ª ed.; 1958 – 4ª ed.

Concordamos com Silva (2000) ao afirmar que a análise de obras didáticas nos permite conhecer muito sobre o ensino de Matemática de determinada época, de forma que essas publicações consistem em um meio de preservar os conhecimentos escolares considerados importantes para a educação em séculos passados. Por meio dessas particularidades, podemos, também, inferir aspectos da formação de professores, visto que durante muito tempo, o livro didático aparecia como principal instrumento para a formação do professor (BITTENCOURT, 1993).

4.1 A REVISTA DE EDUCAÇÃO

A *Revista de Educação* era editada em Vitória, no Espírito Santo, mas, de acordo com informações inseridas nos exemplares, a publicação contava com correspondentes em diversos estados brasileiros e até em outros países: São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Goiás, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Estados Unidos e Portugal. Nos municípios do interior do Estado, os diretores dos grupos escolares eram seus representantes, embora não tenhamos encontrado evidências da circulação de suas publicações nessa região. Estava vinculada ao Departamento de Ensino Público e abordava aspectos gerais da educação.

De forma esporádica, apresentavam um ou outro artigo específico de uma área de ensino, como *O Ensino da Mathematica*⁴⁷ de autoria do professor da Escola Normal da cidade de Cachoeiro de Itapemirim Luiz Derenzi. No referido artigo o autor alerta

⁴⁵ Disponíveis em <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105307>>.

⁴⁶ Disponíveis na Biblioteca Pública Municipal da cidade de São Mateus.

⁴⁷ Edição n. 14 de maio de 1935.

para a distinção que deveria existir nos Programas de Matemática relativos ao Curso Normal e ao Ginásio, devendo ser observadas as finalidades que os competiam, sendo um de formar professores e outro de caráter propedêutico, respectivamente (PEZZIN e SIQUEIRA FILHO, 2015).

Nos exemplares publicados na década de 1930 consta uma mensagem, em sua primeira página, que a designava como “destinada à valorização de métodos e processos contemporâneos de ensino”.

Figura 29 – Capa da Revista de Educação de 1937/ Texto do cabeçalho



Fonte: <http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130357>

No entanto, apresentam-se muitos textos e notas descrevendo ações políticas para a educação e para o progresso do Estado. Poucos artigos parecem ser de fato destinados aos professores e demais profissionais da educação. Como uma exceção dessa característica, destacamos o artigo *Lição de cousas*⁴⁸, escrito pela professora normalista Jacy Leão Castello. Análogo a um plano de aula, o artigo apresenta uma “Aula de Projeto”, que objetivava o aprendizado dos alunos sobre a existência, a utilidade e a composição do ar. A professora descreveu com detalhes os materiais didáticos que deveriam ser utilizados e os possíveis questionamentos que seriam destinados aos alunos. Citou a utilização dos Métodos de observação e experimentação que, segundo ela, colaboravam para o Método Analítico de Ensino.

Tivemos acesso a uma única edição da década de 1950, publicada no ano de 1956. Diferentemente dos exemplares da década de 1930, esta era vinculada à Secretaria de Educação e Cultura. Verificamos, também, mudanças em seu *layout*, apresentando muitas ilustrações sobre os festejos e comemorações escolares (Figura 30). Em geral, os artigos publicados mantiveram-se no mesmo padrão das edições anteriores.

Figura 30 – Alunas da Escola Normal Pedro II juntamente com o Secretário de Educação Moreira Camargo nas comemorações do dia da Árvore



Fonte: Revista Pedagógica (1956).

⁴⁸ Edição n. 30-31 de jun./jul de 1937.

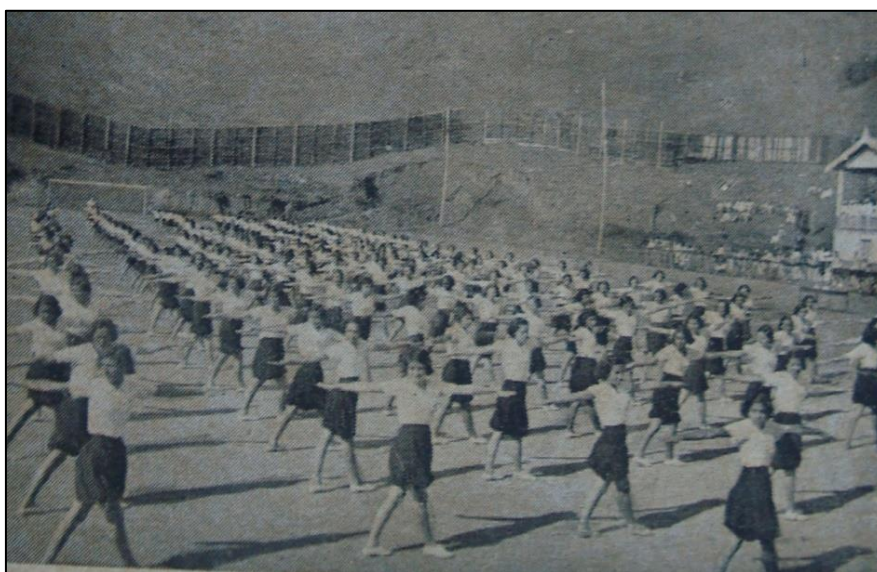
Destacamos nessa edição, o artigo *A Evolução da Escola*, escrito pela professora Iracema Pinto Vieira, no qual é relatada a importância da escola acompanhar a evolução da sociedade e se adequar às suas necessidades. Nesse sentido, a autora afirma que a escola tradicional, em que os alunos “decoravam a lição que o professor passava”, estaria desaparecendo em função do desaparecimento de “velhas sociedades”. Por fim, defende que os alunos deveriam se libertar das velhas atitudes de submissão e medo, admitindo uma postura ativa no âmbito escolar.

A década de 1950 foi importante para a Educação no Estado: foram aprovadas as Leis Orgânicas do Ensino Primário, do Ensino Normal e do Ensino Agrícola e em 1954 foi criada a Universidade Federal do Espírito Santo (COUTINHO, 1993).

Alguns dos assuntos mencionados pelos secretários em seus relatórios governamentais são recorrentes, também, nas suas edições, como por exemplo, a importância do Civismo, a necessidade da formação de professores, o uso do rádio e do cinema como recursos educacionais, como já dissemos anteriormente.

Outro fato que merece destaque é a publicação de artigos e fotografias, enaltecendo as práticas relacionadas à educação física nas escolas:

Figura 31 - Alunas das Escolas de Cachoeiro de Itapemirim realizando um prova pública de Cultura Física.



Fonte: Revista de Educação, 1935.

Borel (2012) ressalta que a origem desse movimento esteve ligada à difusão da higiene escolar e ao combate de doenças, sendo criado, em 1931, o Departamento

de Educação Física do Espírito Santo. Além disso, Souza (2011) descreve que um dos objetivos da matéria de Educação Física era desenvolver a capacidade de se conjugar às outras matérias, por meio do bem-estar físico. Não encontramos de forma tão explícita, a menção à Educação Física nos relatórios encaminhados ao governo, no entanto, são tratados assuntos condizentes à higiene, prevenção de doenças e assistência escolar.

Em suas páginas finais são apresentadas sugestões de leituras para os professores na seção denominada “Bibliografia Pedagógica”. As indicações dos livros, que em sua maioria eram editados pela Companhia Editora Nacional, vinham acompanhadas de uma resenha. Nesse sentido, Bittencourt (1993) afirma que as revistas pedagógicas tornaram-se importante veículo de divulgação das editoras no início do século XX.

Considerando os temas abordados, frequência, ilustrações, por exemplo, temos a impressão de que a *Revista* era utilizada como meio de informar e convencer a sociedade dos investimentos realizados pelo governo e dos resultados alcançados, de forma que não havia muito espaço para manifestações de professores com relação às práticas docentes (PEZZIN e SIQUEIRA FILHO, 2015).

Uma vez que fora mantida no Departamento de Ensino Público pelo governo do Estado, pelo menos na década de 1930, são frequentes ao longo dos textos das publicações, ações políticas enaltecidas. Destacamos o artigo *Ensino Público*, no qual são apresentadas as benfeitorias realizadas durante o governo de João Punaro Bley⁴⁹, que conforme dito na epígrafe do artigo, “deixa com patente o progresso da nossa orientação pedagógica na atualidade”.

A formação profissional do professor tem sido objeto de sérias cogitações por parte do Governo. Impossibilitado, por motivos superiores de criar um curso especial, nesse, sentido, vem o Governo como medida inicial, mantendo, no Departamento de Ensino Público, uma bibliotheca pedagogica e a ‘Revista de Educação’, ambas sob a direção do Serviço de Cooperação e Extensão Cultural do citado Departamento [...] A ‘Revista de Educação’ destina-se à vulgarização de methodos e processos contemporâneos de ensino, tendo larga divulgação no Estado, no Paiz e em

⁴⁹ Foi o governante do Espírito Santo que por mais tempo exerceu o poder. Foi governador e Interventor Federal durante o período de 22/11/1930 a 21/01/1943. Entretanto, foi substituído algumas vezes, por isso, o referido artigo da *Revista de Educação* menciona a saída de Bley em 1935 (ESPÍRITO SANTO, 2010).

alguns centros educacionais do estrangeiro (REVISTA DE EDUCAÇÃO, 1935, p. 10).

Diante das palavras expostas por Bley, constatamos a clara conexão entre educação e política e, portanto, muito provavelmente, a *Revista* não apresentou ideias pedagógicas conflitantes com o poder vigente nas diferentes épocas (PEZZIN e SIQUEIRA FILHO, 2015).

Embora houvesse pouco espaço para manifestações de professores quanto às práticas pedagógicas, os exemplares consistiram em uma oportunidade de informação para professores acerca dos debates educacionais correntes no estado e no país.

4.2 OS MANUAIS PEDAGÓGICOS

Os Manuais Pedagógicos⁵⁰ funcionavam como um auxílio para o professor. Silva (2005, p. 371) afirma que a escrita das publicações do Brasil e de Portugal era semelhante. Além de transcrever os Programas de Ensino, os Manuais esclareciam questões do ofício docente, abrangendo temas como:

[...] as qualidades do docente, a organização institucional da escola, o desenvolvimento do aluno, a aplicação de métodos didáticos. Esses tópicos foram enfatizados em diferentes momentos da história dos manuais, constituindo as idéias acerca dos elementos sem os quais seria impossível pensar a vida escolar.

Marques (2013) ressalta que os Manuais Pedagógicos ganharam força à medida que buscavam veicular os princípios do Movimento da Escola Nova no Brasil. De acordo com a autora existe uma pluralidade de termos relativos aos manuais pedagógicos, como manuais didáticos, manuais escolares, guia do professor, dentre outros. A autora, ainda, sinaliza que, independentemente da nomenclatura, essas obras são identificadas como manuais por possuírem em comum a finalidade de orientar o professor em sua prática pedagógica. Nesse sentido, utilizaremos a denominação *Manuais Pedagógicos* para nos referimos as obras que apresentaremos.

⁵⁰ Alguns livros desse caráter são denominados compêndios. De acordo com Souza (2011) os compêndios apresentam uma destinação mais focada para a prática profissional, com pretensões científicas, sendo utilizados principalmente entre as ciências biológicas e médicas. Alguns escritores como o cubano Alfredo Miguel Aguayo, utilizaram o termo Compêndios de ensino.

Os exemplares aos quais tivemos acesso estão arquivados na Biblioteca Pública Municipal da cidade de São Mateus. A bibliotecária nos informou que eles foram doados por um professor de Matemática da Escola Normal da cidade. Esses dois fatos indicam que, possivelmente, os Manuais tenham sido utilizados no processo de formação de professores normalistas do município.

4.2.1 Manual do Ensino Primário. Miguel Milano. 3º ano. 6ª edição. Editora Francisco Alves

Figura 32 – Capa do livro Manual do ensino primário (1945)



Fonte: Biblioteca Municipal de São Mateus.

O Manual do ensino primário, de Miguel Milano é uma obra dividida em quatro volumes, um para cada ano escolar, cuja primeira edição data de 1938 (LEME DA SILVA, 2013).

Com um total de 266 páginas, este exemplar é dividido em sete capítulos, conforme ilustra o índice na última página.

Figura 33 – Índice do Manual do Ensino Primário. 3º ano

ÍNDICE	
Linguagem oral	Pág. 7
Aritmética	" 25
Geometria	" 81
Geografia	" 113
História	" 137
Instrução Moral e Cívica	" 169
Ciências Físicas e Naturais	" 199

Fonte: Milano (1945)

Como se vê, o *Manual do Ensino Primário para o 3º ano* era composto de Linguagem oral (Português), Aritmética, Geometria, Geografia, História do Brasil e de São Paulo, Instrução Moral e Cívica, Ciências Físicas e Naturais. Além disso, é informado que o Manual foi elaborado “Rigorosamente de acôrdo com o programa oficial do Estado de São Paulo”, que de acordo com Leme da Silva (2013), trata-se do Programa de Ensino do ano de 1934.

Na contracapa deste exemplar há uma indicação, feita pela editora, das obras de Miguel Milano. Consta uma lista de 39 produções indicadas para variados níveis de Ensino, desde o curso primário até as Escolas Normais. Dessas, destacamos as que são destinadas particularmente à Matemática: *1.400 problemas de Aritmética resolvidos para o curso primário; 500 problemas de Geometria resolvidos para o curso primário; Evolução Geométrica – desenho (cadernos nº 1, 2 e 3); Curso de Matemática*. Além de obras específicas de cada área, havia publicações que abordavam várias matérias, como é o caso do livro aqui apresentado.

Milano, no prefácio, destacou a rapidez com que as edições anteriores dessa obra foram esgotadas, dentro e fora do estado de São Paulo, sendo por isso, considerada, pelo autor, necessária no meio escolar. Além disso, ressaltou que este trabalho estaria “expurgado dos defeitos inevitáveis das primeiras tiragens”.

No início de cada capítulo é descrito o Programa Oficial referente à matéria. No desenvolvimento dos capítulos constam subtítulos exatamente como são listados no Programa de Ensino. Os capítulos destinados à Matemática, Aritmética e Geometria, iniciam com os conceitos e procedimentos detalhados de como realizar os algoritmos, intercalados com muitos exemplos. Há uma longa lista de exercícios e problemas ao final do capítulo.

Vejamos na Figura 34 um exemplo de como solucionar uma divisão, de acordo com o Manual.

Figura 34 – Algoritmo da divisão.

escreve-se o algarismo debaixo da chave e em seguida multiplica-se o mesmo pelo divisor. O produto desta multiplicação subtrai-se do algarismo ou dos algarismos separados no dividendo. A direita do resto da subtração escreve-se uma casa abaixada do dividendo, vê-se quantas vezes o número assim formado contém o divisor e procede-se como da primeira vez. Assim se continua, até abaixar todas as casas do dividendo.

Exemplo. — Uma locomotiva percorre 448 quilômetros em 8 horas. Quantos quilômetros vence por hora

Solução:

<i>Dividendo</i>	448	8	<i>divisor</i>
	48	56	<i>quociente</i>
	0		

Resposta. — A locomotiva vence 56 quilômetros por hora.

O quociente foi obtido do seguinte modo: $44 \div 8 = 5$; $5 \times 8 = 40$; $44 - 40 = 4$. Este 4 formou com a casa abaixada 48; $48 \div 8 = 6$; $6 \times 8 = 48$; $48 - 48 = 0$.

Fonte: Milano (1945, p. 47).

As atividades propostas são classificadas em Exercícios, Cálculo Mental e Problemas. Os Exercícios são apresentados em listas extensas (Figura 35). Seguindo um padrão de resolução, eles valorizam os processos de memorização e repetição. Essa característica também é verificada nas atividades denominadas Cálculo Mental (Figura 36).

Figura 35 – Lista de exercícios

Dizer os valores absoluto e relativo de cada algarismo dos seguintes números:

41. — 7204; 3972; 4976.
 42. — 40006; 70016; 960049.
 43. — 6700090; 79543900; 6262457892.

Escrever um número:

44. — 10, 100, 1.000, 10.000 vezes maior que 47.
 45. — 10, 100, 1.000 etc. vezes maior que 784.
 46. — 10.000, 100.000 vezes maior que 146.
 47. — 100, 1.000 vezes maior que 976432.

Quantos algarismos devem existir em um número que exprime:

48. — Dezenas? centenas? milhares? milhões? biliões? triliões?
 49. — Dezenas de milhares? centenas de milhares? dezenas de milhões? centenas de milhões? dezenas de biliões? centenas de biliões? etc.

Exercícios sôbre os algarismos romanos

Representar com algarismos arábicos:

50. — I, V, X, L, C, D, M, VI, IV, VII, IX, XI, XV.
 51. — XIX, XX, XXIV, XXXV, XL, XLIX, LILXV, XCIV.
 52. — XCIX, CXI, CIV, CVI, CCCI, CCCIV, CD, CM.

Fonte: Milano (1945, p. 67).

Figura 36 – Exercícios de Cálculo Mental

Soma. — Cálculo mental e problemas

63. — Contar rapidamente em sua ordem natural, de 1 a 100, de 100 a 200, etc.
 64. — Idem de 2 em 2, de 3 em 3, de 4 em 4, etc., até 100, até 200, etc.
 65. — Juntar, rapidamente, à soma de dois números, a série dos outros, em sua ordem natural. Assim:

a). — 1 e 2 3 e 3 6 e 4 10 e 5 15 e 6 21 e 7 28 e 8 36 e 9 45 e 10 55, etc.
 b). — 2 e 2 4 e 3 7 e 4 11 e 5 16 e 6 22 e 7 29 e 8 37 e 9 46 e 10 56 e 11 67, etc.
 c). — 3 e 2 5 e 3 8 e 4 12 e 5 17 e 6 23 e 7 30 e 8 38 e 9 47 e 10 57 e 11 68, etc.
 d). — 4 e 2 6 e 3 9 e 4 13 e 5 18 e 6 24 e 7 31 e 8 39 e 9 48 e 10 58 e 11 69, etc.
 até percorrer toda a série dos algarismos significativos.

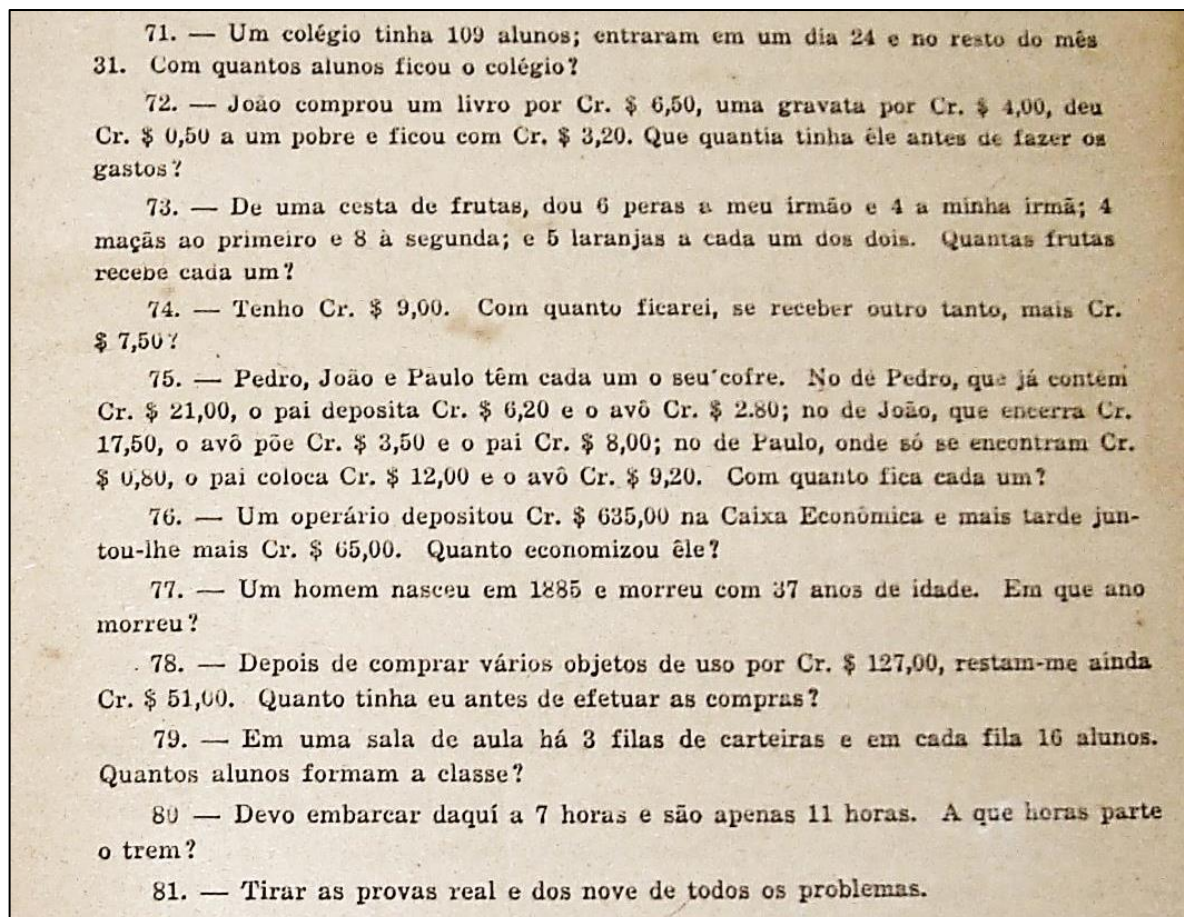
66. — Fazer o mesmo exercício, saltando a série dos outros algarismos de 2 em 2, de 3 em 3 etc., como segue:

a). — 1 e 1 2 e 2 4 e 4 8 e 6 14 e 8 22 e 10 32 e 12 44 e 14 58 e 16 74, etc.
 b). — 1 e 2 3 e 3 6 e 6 12 e 9 21 e 12 33 e 15 48 e 18 66 e 21 87, etc.

Fonte: Milano (1945, p. 68).

Observamos que o cálculo mental é valorizado pelo Manual também na resolução dos problemas, ao passo que no início da listagem de Problemas consta a seguinte orientação: “Resolva mentalmente e por escrito os seguintes problemas”.

Figura 37 – Exemplos de problemas propostos

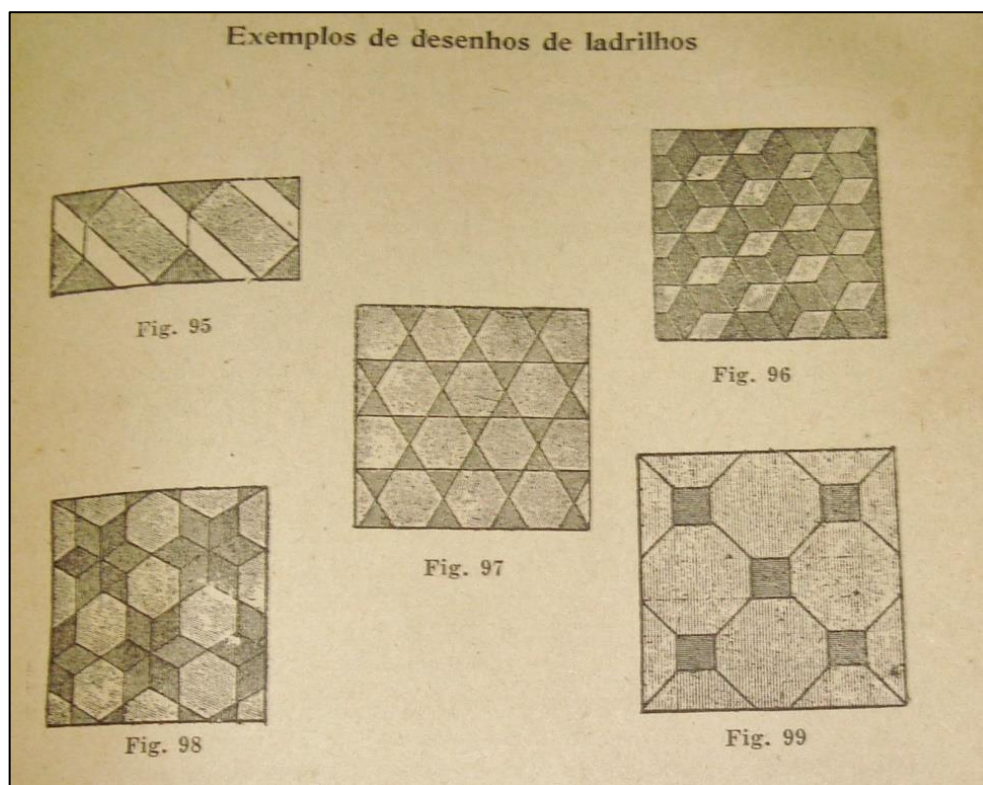


Fonte: Milano (1945, p. 69).

Note-se que ao final da lista de problemas, é solicitado ao aluno “tirar as provas real e dos nove de todos os problemas”. O autor explica que o desenvolvimento oral dos exercícios fica a critério do professor. Verificamos que, diferentemente dos exercícios, os Problemas exigem interpretação e desenvolvimento de raciocínio. Provavelmente, em uma tentativa de relacionar os problemas com o cotidiano dos alunos, muitos abordam operações monetárias.

Nas páginas destinadas à Geometria é mantida a mesma distribuição de conteúdo e atividades já descritas para a Aritmética. Acrescenta-se agora o uso de imagens (Figura 38) para ilustrar os conceitos. Nos exercícios, são propostas atividades utilizando ferramentas como régua e compasso.

Figura 38 – Exemplos de desenhos geométricos



Fonte: Milano (1945, p. 109).

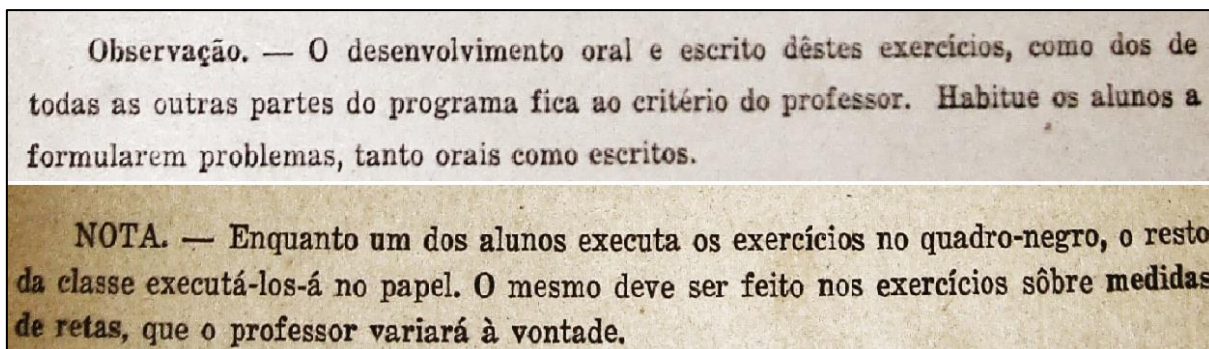
Identificamos uma nítida distinção de tratamento entre a Aritmética e a Geometria no Manual de Miguel Milano.

No ensino da Aritmética, notamos a presença do Método Sintético na explicação dos algoritmos (Figura 34). O procedimento para efetuar uma operação matemática é realizado passo a passo, sem abordar uma ideia geral do que representa essa operação, sendo assim, o ensino ocorre “das partes para o todo”. Não há o predomínio da utilização de figuras, as listas de exercícios são extensas e repetitivas, além de ser notável o grande número de atividades que valorizam o cálculo mental.

Para a Geometria, o ensino ocorre seguindo o processo intuitivo, sendo utilizadas muitas figuras como recurso e a sugestão de que a área em torno da escola, como pátio de recreio e medidas do quadro negro, sejam aproveitadas como forma de contextualizar os problemas.

Outra característica deste Manual é a inclusão de *Notas e Observações* (Figura 39) que tinham a função de auxiliar ao professor na condução do processo de ensino-aprendizagem. Em geral, essas Notas eram postas em meio às listas de exercícios.

Figura 39 – Notas utilizadas pelo autor para orientação dos professores



Fonte: Milano (1945, p. 69,83).

Dassie e Baptista (2014) destacam que o sistema de Notas em Manuais para o professor foi destaque nas obras do professor e autor Jacomo Stávale, a partir da década de 1930. As notas consistiam em um meio de estabelecer um diálogo com o professor, transmitir-lhes uma mensagem de orientação. Os acréscimos ao texto que o autor realiza com as Observações e Notas muito se assemelham à proposta de Jacomo Stávale.

Milano é autor de outros livros com a finalidade de auxiliar aos professores no processo de ensino. Ressaltamos uma de suas obras, o livro “Curso de Matemática” que foi alvo de críticas do professor Mello e Souza⁵¹ em um artigo intitulado *Erros de Matemática*:

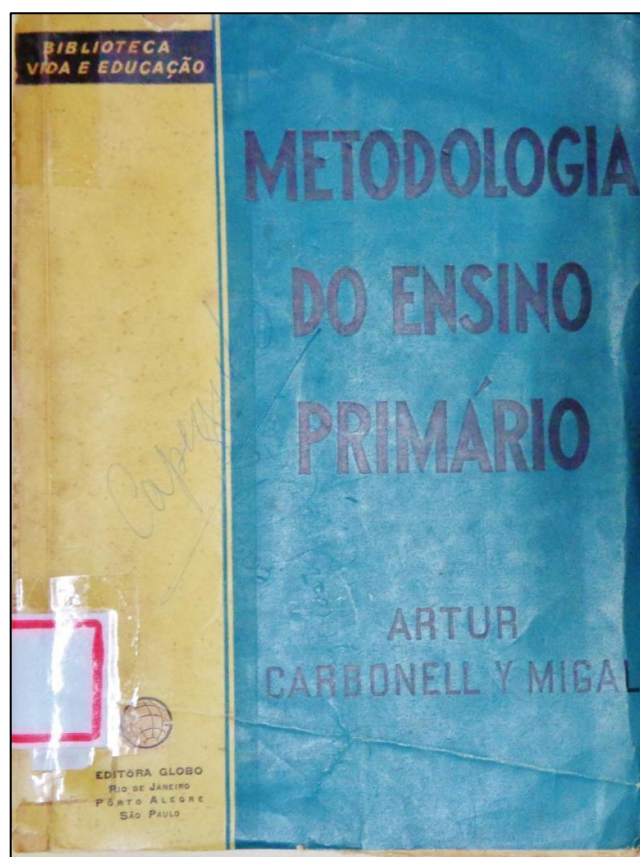
Rey Pastor, o grande matemático espanhol, no prefácio de seu livro “Curso Cíclico de Matemática”, querendo acentuar a profunda divergência que se verifica entre a orientação por ele adotada e aquela que é, em geral, seguida nos cursos clássicos, afirmou com desassombro: *Eis aqui um livro desordenado*. O ilustre professor Miguel Milano, de São Paulo, autor de uma série de compêndios, se quisesse plagiar o geômetra madrileno, podia estampar no frontispício de seu ‘Curso de Matemática’: *Eis aqui um livro completamente errado* (MELLO e SOUZA, 1930 *apud* VALENTE, 2005, p. 178).

⁵¹ Júlio César de Mello e Souza nasceu em 06 de maio de 1895 no Rio de Janeiro. Tornou-se professor primário pelo Instituto de Educação e formou-se engenheiro civil pela Escola Polytécnica. Famoso por inventar o personagem Malba Tahan e com um extenso número de publicações, “[...] acompanhou as modificações dos saberes ditados por reformas educacionais ou emergenciais e a elas adaptou as suas obras e a sua prática, seja para interferir na formação de novas gerações, [...] seja para divulgar uma Matemática recreativa por meio das obras não didáticas”. Faleceu em 18 de junho de 1974 em Recife/PE (SIQUEIRA FILHO, 2008, p. 189).

Mello e Souza também destacou que a obra possuía definições erradas e erros de orientação, por estabelecer a divisão da Matemática em Aritmética, Álgebra e Geometria (VALENTE, 2005).

4.2.2 Metodologia do Ensino Primário. Artur Carbonell Y Migal. Tradução de Narciso Berlese. 5ª edição. Editora Globo

Figura 40 – Capa do livro Metodologia do Ensino Primário (1948)



Fonte: Biblioteca Municipal de São Mateus.

Esta obra possui caráter teórico para o estudo de matérias do curso normal, diferentemente do Manual de autoria de Miguel Milano que poderia ser utilizado como recurso diretamente na sala de aula do curso primário.

O autor, Artur Carbonell Y Migal, era vinculado ao Instituto Normal Masculino de Montevideu, no Uruguai, sendo assim muitos temas do livro não se aplicam à realidade brasileira, por exemplo, assuntos relacionados aos Programas de Ensino e à divisão das aulas. Por isso, o tradutor da obra incluiu muitas notas de rodapé explicando e comparando com o cenário educacional no Brasil.

Editado em 1948⁵², o livro é composto por 25 capítulos. Do capítulo 1 ao 5, estão compreendidos os temas gerais da Educação: *Métodos, Programas, Horários, Lição, Deveres*. Do capítulo 6 em diante, cada matéria é tratada individualmente, havendo, inclusive, claras distinções com o currículo brasileiro, tais como *Agricultura, Anatomia, Fisiologia e Constituição*. Os capítulos referentes a cada área de estudo são teóricos e mantêm uma estrutura comum: a importância da matéria, os Métodos de Ensino adequados e algumas características relacionadas à especificidade de cada uma.

Vejam na Tabela 6 o formato de sistematização da Matemática.

TABELA 6 – CONTEÚDOS DE MATEMÁTICA APRESENTADOS NO LIVRO METODOLOGIA DO ENSINO PRIMÁRIO (1948)

IX – Aritmética	X – Geometria
Importancia dessa disciplina	Valor educativo e pratico desta disciplina
Caracter abstrato da aritmética	Ordenação e métodos
Ensino da numeração	Objectivação. Ordem do ensino geométrico
Ensino das quatro operações	Delineação das figuras e problemas
Problemas mentais e escritos	Relações da geometria com a aritmética
Fracções decimais e ordinárias.	---

Fonte: Migal (1948).

O autor enfatiza que o conhecimento de Aritmética é útil e uma necessidade universal, sendo considerada um conhecimento que pode ser aplicado à prática, mas também de caráter abstrato. Da mesma forma, refere-se à Geometria como um conhecimento de grande valor, sendo esta a base para a agrimensura, arquitetura e engenharia. Cita como exemplo profissões que fazem uso da geometria como alfaiate, carpinteiro, pedreiro, ferreiros, entre outras.

Ao se referir ao Método para o ensino de Geometria, Migal sugere uma combinação dos métodos Analítico e Sintético: “Usamos o analítico quando desenvolvemos o ensino partindo dos corpos, para chegarmos às linhas; e o sintético, quando começamos pelas linhas e terminamos pelo sólidos” (MIGAL, 1958, p. 104). O autor

⁵² A 1ª edição, no Brasil, data de 1931 (PAULA, 2000).

alerta para o fato de não se confundir o Método de ensino com os métodos próprios da geometria: indução e dedução.

Destacamos o capítulo IV, *Deveres*, no qual o autor ressalta a importância das atividades realizadas em casa. Segundo Paula (2000), dentre os Manuais que circularam no Brasil, este foi um dos poucos que enfatizava a necessidade dos deveres. Migal (1948) afirma que o tempo que o aluno passa na escola seria insuficiente e que deveria ser complementado com o estudo em casa, além disso, segundo o autor “os deveres dilatam o labor da escola”.

Para o ensino em geral, o autor não defende a utilização de nenhum método específico e afirma que no Uruguai, se utilizam métodos combinados: Sintético, analítico, dedutivo e intuitivo.

4.2.3 Metodologia do Ensino Primário. Amaral Fontoura. 2º e 3º do Curso Normal. 4ª edição. Editora Aurora

Figura 41 – Capa do livro Metodologia do Ensino Primário (1958)



Fonte: Biblioteca Municipal de São Mateus.

O livro Metodologia do Ensino Primário era destinado aos alunos das Escolas Normais. Esta edição, de 1958⁵³, apresenta-se contendo a matéria do 2º e 3º ano de Curso Normal. Conforme consta na primeira página do livro, Amaral Fontoura foi professor da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, da Universidade do Rio de Janeiro, da Faculdade de Serviço Social do Distrito Federal e Chefe de Departamento de Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais.

Assim como o Manual analisado no tópico anterior, este aborda teorias e reflexões para os futuros professores. Pela composição da obra de Fontoura, inferimos que ele deveria ser utilizado como material didático para a matéria de Metodologia de Ensino do Curso Normal.

Na introdução é exposto um texto com o título “A Escola Viva”, no qual o autor defende que a escola deve ir além do ensino, é preciso educar os cidadãos. Destaca que o país estaria enfrentando um momento de crise política e econômica e que, a educação representaria uma importante contribuição para o avanço do país: “A educação é o doente, que sofre com os erros alheios, mas é ao mesmo tempo o médico [...] que vai ajudar a tratar a doença”.

Distribuído em 478 páginas, o livro é dividido em três partes e dez capítulos, assim organizados:

Quadro 20 – Composição da obra Metodologia do Ensino Primário

Parte I – O Professor	Parte II – Metodologia Geral	Parte III – Metodologia Especial
Capítulo I – O professor, sua personalidade, seus atributos	Capítulo II – Método, Formas e Modos de Ensino	Capítulo IV – Metodologia da Linguagem – 1º) A Leitura
----	Capítulo III – A Escola Nova e os Métodos Ativos	Capítulo V – Metodologia da Linguagem – 2º) A escrita
----	----	Capítulo VI – Metodologia da Linguagem – 3º) Gramática,

⁵³ Referente à 4ª edição. A primeira edição desta obra data de 1955 (SILVA, 2005).

		Literatura, composição
----	----	Capítulo VII – Metodologia da Matemática
----	----	Capítulo VIII – Metodologia das Ciências Sociais
----	----	Capítulo IX – Metodologia das Ciências Naturais
----	----	Capítulo X – Metodologia dos Trabalhos Manuais e do Desenho

Fonte: Fontoura (1958)

Na primeira parte, capítulo I, são descritas as características e “regras de conduta” necessárias para ser professor. Aparecem termos como *Vocação, Requisitos para ser professor, Qualidades Físicas e Morais, Ambições, Amor, Alegria etc.* Fontoura destaca que, além de conhecer a matéria que vai ensinar, o professor deve saber despertar o interesse dos alunos, tornar suas aulas atraentes. Verificamos que a vida particular do professor deveria estar em função da sua profissão, pois, segundo o autor, para esse profissional, “a conduta vale mais que os conhecimentos”. São apontadas, em todo o capítulo, as qualidades que um bom professor deveria ter.

Na parte II, capítulo II, Fontoura (1958) escreve sobre os métodos, formas e modos de ensino. Ressalta que era comum, as pessoas confundirem essas terminologias, um fato que observamos nos Relatórios governamentais do Espírito Santo, analisados anteriormente.

O autor define Método como um conjunto de processos e normas, que conduzem uma investigação a um determinado fim, portanto, os processos de ensino são os meios através dos quais se realiza um método. Nesse sentido, afirma que, para o professor, utilizar um Método de Ensino, consiste em acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem da criança. Segundo Fontoura (1958, p. 66), o ensino primário deveria pautar-se no Método Intuitivo, pois “A criança é

essencialmente concretista: [...] só compreende o que é concreto, imediato, objetivo, o que ela vê e toca”. São citados recursos educacionais que poderiam ser utilizados para o ensino das matérias, para a Aritmética, *coleções de objetos e gráficos*.

Ao definir Formas de Ensino, Fontoura (1958) denomina que são maneiras como o professor apresenta a matéria a seus alunos, que segundo ele, podem ser expositivas ou interrogativas. Por fim, o autor relata que os Modos de Ensino correspondem às maneiras como o professor organiza a classe para a realização das atividades escolares, apresentando quatro modos diferentes: individual, simultâneo, mútuo e misto.

No Capítulo 3, da Parte II, Fontoura (1958) esclarece as distinções entre Escola Nova e Escola Ativa, destaca seus princípios e estabelece uma contextualização histórica e geográfica sobre esses Movimentos em alguns países. De forma enfática, tece uma crítica ao movimento escola nova, afirmando que foi uma revolução exagerada e violenta que teria passado dos próprios limites. Segundo o autor, com a chegada do Movimento, o professor tinha liberdade para ensinar segundo o Método que julgasse mais adequado, para ele, tal atitude era de fato ruim para a educação:

Antigamente o método era muito rígido: o mestre seguia um determinado método, que era considerado o melhor, e dêle não se afastava, justamente porque era o melhor! Com o advento da escola nova, passou-se ao extremo oposto: o método era aquele que o mestre quisesse. [...] Hoje, cessados os exageros e absurdos da escola nova, voltou-se atrás até o meio do caminho: [...] nem o método rígido, formalizado único, imutável; nem a variação constante e absoluta (FONTOURA, 1958, p. 52).

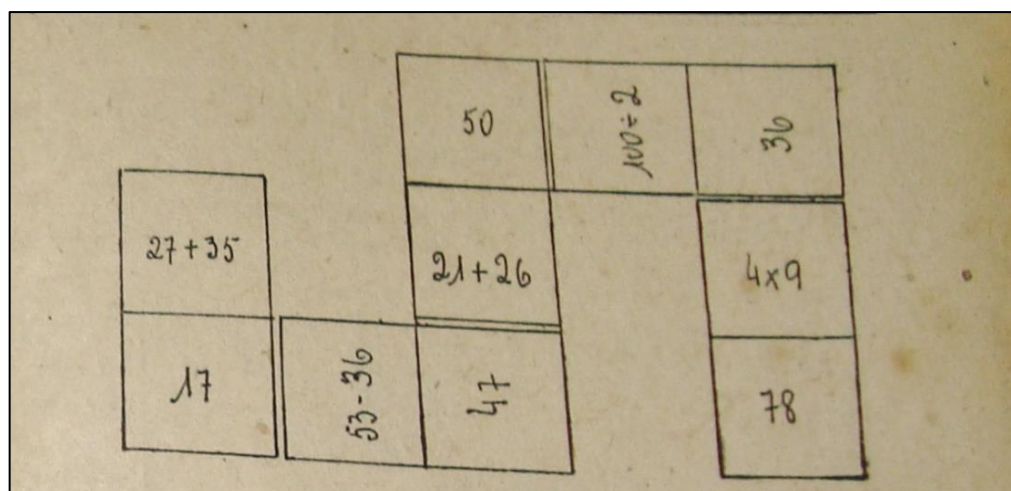
Na 3ª parte, no Manual, é abordada a Metodologia de Ensino específica de cada matéria. Cada capítulo, em geral, apresenta a mesma estrutura: o autor menciona aspectos da psicologia e de como ocorre o aprendizado em cada área de estudo; sugere diversas atividades concretas, tais como projetos e jogos, para o ensino primário, destacando a importância de se valorizar as experiências vivenciadas pelas crianças; Propõe tópicos para debate nas aulas do curso normal e na Bibliografia, há sugestões de leituras para os futuros professores.

O capítulo VII é destinado à Metodologia da Matemática, abordando os seguintes tópicos: Conceito, importância e compreensão; A Matemática e a Nova Pedagogia; Psicologia da Aritmética; Objetivos: Cultural, Prático e Educativo; Motivação; Direção

da Aprendizagem da Aritmética; Jogos e Aparelhos; Exercícios e Problemas. Fontoura (1958) explicita sua concepção da Matemática ao defender que é uma ciência e está em tudo a nossa volta e que, no curso primário, deve ser ensinada para resolver problemas do cotidiano, de forma prática, sem abstrações.

O autor destaca a importância da motivação no estudo da Matemática. Segundo ele, o professor pode provocá-la utilizando-se dos seguintes princípios: a) Partir do concreto; b) Não dar dados absurdos; c) Partir da experiência da criança; d) Partir das atividades infantis da escola; e) Partir sempre que possível de um projeto; f) Estabelecer pesquisas. A Matemática é apresentada como “uma ciência de enorme importância e indispensável à vida diária”. O texto aponta para especificidades da Matemática, como o raciocínio, a lógica, o cálculo e a abstração. Como recursos educacionais, são sugeridos alguns tipos de jogos (Figura 42), sendo descritos os passos para a confecção e o funcionamento.

Figura 42 – Exemplo de jogo: Dominó de contas

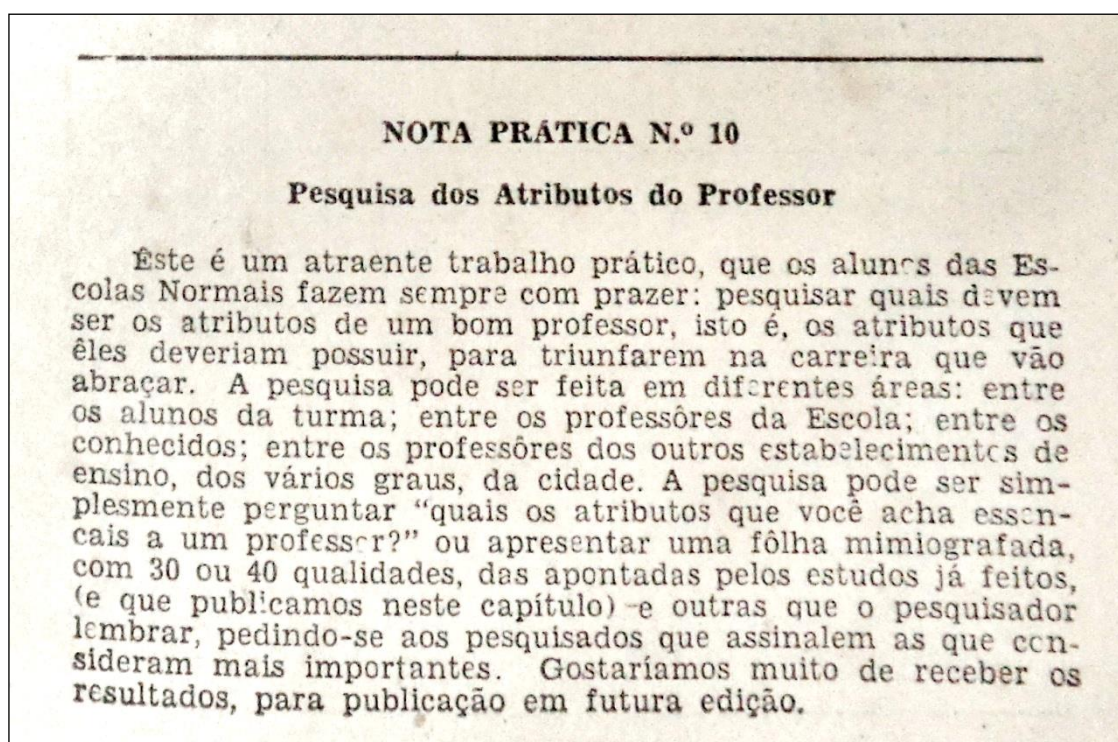


Fonte: Fontoura (1958, p. 305).

No tópico, Exercícios e Problemas, o autor descreve os tipos de problemas: a) problemas sem números; b) problemas incompletos; c) problemas para vestir (o professor apresenta alguns dados numéricos e o aluno deve formular o enunciado); d) problemas com dados desnecessários; e) problemas para medida do raciocínio. Ao final do livro, nos “Tópicos para debate em classe” são propostos questionamentos em acordo com o que foi exposto no capítulo, tais como a necessidade do aprendizado da tabuada, as causas dos erros cometidos pelos alunos, o ensino das quatro operações, dentre outros.

O autor também utiliza “Notas Práticas” ao longo do livro (Figura 43). São notas com variadas funções, como acrescentar explicações ao texto; sugerir leituras complementares; propostas de atividades, pesquisa, estudo dirigido, autoavaliação e reflexão; exemplos de confecção de planos de aula, construção de materiais concretos para o ensino *etc.*

Figura 43 – Exemplo de Nota Prática do livro Metodologia do Ensino Primário



Fonte: Fontoura (1958, p. 37).

Notamos que Fontoura (1958) reservou maior espaço para debater a importância do ensino da Aritmética em detrimento a outros campos da Matemática. A Geometria e a Álgebra aparecem em raros momentos, aquela para o ensino de área e perímetro e esta nas equações do primeiro grau. Talvez, essa distribuição decorra das críticas do autor à abstração no ensino de Matemática.

A partir da análise dos Manuais e com base em outros estudos podemos presumir que as publicações representavam uma forma dos autores defenderem suas convicções e se posicionaram politicamente acerca dos rumos da educação no país. Não obstante, ao que tudo indica, os Manuais Pedagógicos se constituíram como um auxílio para o professor, principalmente para aqueles de cidades de interior, como São Mateus, onde, conforme pudemos constatar pelos relatórios

encaminhados ao governo, havia dificuldades estruturais e escassez de recursos educacionais.

- 5 À GUIA DE COMPREENSÕES -

As políticas educacionais implantadas no Estado do Espírito Santo no início do século XX visavam o aumento do número de escolas, a fim de atender a maior quantidade possível de pessoas em idade escolar. Notamos que havia grande preocupação da administração pública com a expansão das escolas e, a partir disso, outras questões inerentes a esse movimento foram surgindo: a dificuldade em manter prédios escolares e a carência de professores capacitados. Algumas medidas foram sendo tomadas, paulatinamente, ao longo dos anos na tentativa de solucionar essas questões.

A Reforma da Educação iniciada por Gomes Cardim em 1908 vislumbrava, dentre outras ações, a disseminação dos grupos escolares e das Escolas Normais. Essas instituições representavam o progresso do país na era republicana. Assim, como em outros estados brasileiros, o governo do Espírito Santo buscou no Estado de São Paulo as bases para iniciar sua reforma e por décadas o teve como referência, transparecendo dificuldades em gerenciar de forma independente os rumos da instrução pública capixaba.

Os entraves na Educação no Estado do Espírito Santo, também, aparecem na organização curricular das Escolas Normais. Os programas de ensino e a duração do curso passavam por várias alterações, ora sendo aumentados, ora diminuídos; Os Métodos de Ensino eram impostos aos professores; os livros didáticos e a postura do professor eram criticados pelos secretários da Instrução. A característica do coronelismo era marcante nas primeiras décadas do século XX, por isso, possivelmente, o professor não tinha muito espaço para dialogar a respeito de Métodos e Programas de Ensino.

Em busca de identificar vestígios de Matemática na formação de professores primários, utilizamos alguns Programas de Ensino da Escola Normal Pedro II em suas primeiras décadas de funcionamento. Neles, verificamos as constantes alterações na distribuição de matérias. No caso da Matemática, houve períodos em que, durante todo o Curso Normal, os alunos eram privados do estudo de algum de seus campos – Aritmética Álgebra ou Geometria. Eram constantes, nos Relatórios governamentais, sugestões de aumento da duração do Curso Normal ou diminuição

do Programa, em alguns momentos, nessa redução, a Matemática perdia espaço. Essa situação era mais agravante no Currículo Feminino que, se comparado ao masculino, era ainda mais deficiente nessa área.

Os Programas do Ensino Primário também tiveram importância nesse processo. Espera-se que haja coerência entre os Programas, considerando que os alunos do Curso Normal iriam lecionar para os alunos do Curso primário. Em relação a este, ressaltamos prioridade no ensino de Aritmética. Enfatizava-se uma praticidade associada ao cotidiano dos alunos. Além disso, os materiais concretos eram considerados de suma importância na aprendizagem da Aritmética. Nesse sentido, os Manuais Pedagógicos publicavam sugestões de jogos, do uso de materiais manipuláveis *etc.*

Por meio dos Programas de Ensino e dos conteúdos previstos nos Manuais Pedagógicos podemos verificar as áreas da Matemática estudadas, quais delas eram enfatizadas e os Métodos adotados. Porém, a existência desses documentos não é suficiente para que possamos depreender como se dava o ensino de Matemática no cotidiano escolar. E na prática, como os professores ministravam o ensino? Como era o desenvolvimento dos alunos? Certamente, as respostas a essas perguntas só poderiam ser fornecidas pelas pessoas que vivenciaram àquelas práticas. Entretanto, julgamos possível apontar alguns esclarecimentos com base na análise das atividades apresentadas nas avaliações escritas de duas Escolas Normais capixabas nos anos de 1930.

Essas fontes evidenciam, de maneira implícita, os métodos utilizados pelos professores de Matemática, a possível relação entre os campos da matemática, o que se esperava de aprendizado do aluno, entre outras características. Embora as provas analisadas sejam de duas escolas distintas, observamos certos padrões, como a seleção de conteúdos e os critérios de correção adotados pelos professores.

Verificamos que o rigor e os conceitos matemáticos eram priorizados, com necessidade de argumentação nas questões discursivas. As provas de Geometria exigiam inclusive demonstrações matemáticas. Definições e teorias eram priorizadas em detrimento de questões contextualizadas. Estas, quando raramente apareciam, eram caracterizadas como “parte prática” da avaliação.

De maneira geral, não identificamos, tanto nas provas quanto nos Manuais Pedagógicos, a interdisciplinaridade entre os campos da Matemática. Contudo, há uma exceção evidente: a relação entre as matérias de Desenho e Geometria. A matéria de Desenho assumiu, durante um determinado período, a atribuição de aplicação da Geometria. A construção e classificação de sólidos geométricos, por exemplo, eram realizados no estudo de Desenho.

Constatamos que, a preocupação precípua na formação dos professores primários capixabas, não era “o que ensinar”, mas “como ensinar”. Sendo assim, as discussões com relação a Métodos de Ensino se alongaram por muitos anos no Estado.

O Método Analítico foi imposto no início da Reforma Gomes Cardim, em 1908, e manteve-se durante décadas como sendo o método eficaz que garantiria o aprendizado. Seu defensor no Estado do Espírito Santo, Carlos Alberto Gomes Cardim, determinou que em todas as áreas de ensino os professores deveriam utilizar tal método, sendo inclusive fiscalizados pelos Inspetores de Ensino. Provavelmente, essa imposição gerou desorientação entre os professores primários, principalmente, no ensino de Matemática, haja vista, as autoridades educacionais ordenarem a adoção do Método, mas não proporcionarem condições reais para que os professores aprendessem como utilizá-lo.

Anos mais tarde, sobretudo com a chegada do Movimento Escola Nova, a exigência quanto ao método de ensino tornou-se mais flexível. De forma que as utilizações dos métodos poderiam levar em consideração à especificidade de cada matéria.

Muito provavelmente, nas décadas seguintes à Reforma Gomes Cardim, os professores capixabas não possuíam autonomia. Verificamos com auxílio das fontes consultadas, que o Método de ensino era uma imposição, os inspetores escolares exerciam funções de fiscalização e a “boa conduta” do professor, em sua vida particular, também era cobrada e vigiada. Talvez, ações coercivas e imperativas do governo obtivessem sucesso pelo “isolamento” que o professor capixaba vivenciava. Só temos indícios de circulação de Revistas Pedagógicas no estado, a partir da década de 1930, por exemplo. Mais uma vez, a situação se agravava nas cidades do interior do Estado, nas entrevistas que realizamos com professores e alunos da

Escola Normal em São Mateus, todos afirmaram não ter conhecimento da existência de uma revista pedagógica no Estado. Embora o conteúdo da revista tivesse um caráter político, era uma possibilidade de leitura e informação para o professor.

Os Manuais Pedagógicos apresentavam outras possibilidades: sugestões de leituras, discussões em torno do Método de ensino mais adequado, propostas de atividades e jogos educativos *etc.* Assim com o Estado seguiu com lentidão na construção de escolas, também caminhava vagarosamente no sentido de propiciar materiais que auxiliassem o professor na condução do processo de ensino-aprendizagem.

Os obstáculos apontados durante a implantação da Reforma do Ensino capixaba agravavam-se nas cidades do interior do Estado. Como foi exposto ao longo do texto, a primeira Escola Normal na capital foi criada no final do século XIX (1892), e na cidade de São Mateus, décadas depois, isto é, em 1955. Assim, como em outras cidades, o município mateense, raramente, foi citado nos relatórios de governo analisados. As instituições modelos de educação, nos moldes republicanos, na cidade foram o *Grupo Escolar Amâncio Pereira* e o *Colégio Estadual e Escola Normal Ceciliano Abel de Almeida*.

Muito provavelmente, São Mateus tenha sido a única cidade da região que dispunha de um Grupo Escolar na década de 1920 e de uma Escola Normal na década de 1950⁵⁴. Em relação ao Curso Normal, na década de 1960, as únicas cidades do norte do estado que mantinham uma Escola Normal eram São Mateus e Colatina (LINDENBERG, 1961).

Diante da dificuldade em se expandir o sistema educacional para todas as regiões do estado, o secretário Pimentel (1924) apontou algumas possibilidades para que houvesse uma aproximação entre município e estado na causa da instrução, tais como delegar às Câmaras Municipais a responsabilidade do recenseamento escolar e a criação e/ou manutenção dos caixas escolares; cada município investir 20% da sua receita na Educação; os municípios manterem escolas noturnas para os estudantes com mais de quinze anos de idade (em São Mateus, a partir do Decreto

⁵⁴ Verificamos na Mensagem apresentada pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza em 1915 a relação de Grupos escolares no estado: Grupo Escolar “Gomes Cardim”, Grupo Escolar “Bernardino Monteiro” (localizado em Cachoeiro de Itapemirim), Grupo Escolar de Santa Leopoldina, Grupo Escolar de São Mateus.

n. 119 de 31 de janeiro de 1939 foi criada a Escola Noturna Masculina no município funcionando no horário das 19 as 22 h no prédio do Grupo Escolar Amâncio Pereira); as escolas municipais serem submetidas à fiscalização do estado.

Alguns documentos traduzem as dificuldades enfrentadas pelo município na implantação de Escolas, como por exemplo, o ofício encaminhado ao prefeito de São Mateus pelo Secretário de Educação e Saúde em 1939, no qual se pode ler: “Vosso município necessita de 20 escolas. A Secretaria de Educação não tem mais verba orçamentaria para nomeação de novas professoras”. Foi proposto, então, que a prefeitura pagasse uma parte dos vencimentos das professoras.

No relatório apresentado ao governo em 1924, o secretário da Instrução Pimentel lembrou que já havia mencionado em relatórios anteriores que as escolas municipais não atingiam bons resultados pelo fato de as pessoas que as dirigiam não possuírem habilitação profissional. Além disso, ele enfatizou que eram poucos os municípios que se dedicavam a causa da Instrução, somando apenas 62 escolas municipais em todo o estado.

Com isso, entendemos que as políticas públicas educacionais encontravam barreiras na sua efetivação, o que implicava diretamente na formação dos professores primários no estado. Para além do quantitativo, podemos refletir sobre como esses professores eram formados, quais saberes eram considerados necessários? Com base em quais critérios os conteúdos matemáticos eram selecionados para compor o currículo das Escolas Normais? Não sabemos todas as respostas, mas acreditamos que todas essas questões, deveriam ser consideradas na idealização e implantação de reformas para o Ensino.

Retomando a questão norteadora desse estudo, a formação Matemática do professor primário no Espírito Santo esteve dividida entre os conteúdos previstos nos Programas de Ensino das Escolas Normais e os Métodos de Ensino, que ganhavam maior destaque nos debates educacionais. Constatamos que as Escolas Normais primavam pela formação geral, e dessa forma, almejavam imputar um único método de ensino para todas as áreas.

Embora a criação da disciplina Matemática tenha ocorrido em 1929, notamos que, durante todo o período do estudo, a diferenciação entre Álgebra, Aritmética e

Geometria esteve bem delineada, isto é, não havia indícios de que essas áreas de estudo fossem trabalhadas de forma interdisciplinar. Além disso, observamos que a Trigonometria não aparece em nenhuma das fontes por nós utilizadas.

As especificidades das diferentes áreas de estudo passaram a ter maior destaque quando a imposição do Método Analítico começa a perder força no Estado. A partir da década de 1930, já é possível identificar nos discursos, a preocupação com um método adequado às características de cada área de estudo. Alguns anos mais tarde, as divergências em torno da adoção de único método são acentuadas pelos autores dos Manuais Pedagógicos. Segundo Ferreira (2002), somente a partir da década de 1950, matérias referentes à Metodologia de Ensino de Matemática, e também de outras áreas específicas, começaram a figurar no currículo das Escolas Normais capixabas. Provavelmente, a partir de então a formação matemática do professor primário passou a ter mais relevância.

- 6 REFERÊNCIAS -

6.1 FONTES PRIMÁRIAS

BIBLIOGRAPHIA. **Vida Capichaba**, Victoria, ano VIII, n. 231, p. 49 jun. 1930. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Lei de 15 de outubro de 1827**. Rio de Janeiro, 1827. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html>. Acesso em: 15 set. 2015.

_____. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Decreto nº 981, 8 nov. 1890**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-981-8-novembro-1890-515376-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Decreto nº 8.659, 5 abr. 1911**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-8659-5-abril-1911-517247-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. Câmara dos Deputados. Legislação Informatizada. **Decreto nº 19.890, 18 abr. 1931**. Rio de Janeiro, 1931. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19890-18-abril-1931-504631-publicacaooriginal-141245-pe.html>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

_____. **Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968**. Brasília, 1968. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5540.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

_____. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Brasília, 1971. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5692.htm>. Acesso em: 21 jun. 2015.

CARDIM, Carlos Alberto Gomes. **Acta apresentada ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro**. Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim na sessão de encerramento dos trabalhos do Congresso Pedagógico Espírito-Santense. Vitória: Imprensa Oficial, 1909a. Acervo: APEES. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/115842>>. Acesso em: 23 jan. 2015.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro**. Apresentado pelo Snr. Inspector Geral do Ensino Carlos A. Gomes Cardim em 28 de julho de 1909. Vitória: Imprensa Oficial, 1909b. Acervo: APEES

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Ata da Primeira Sessão da Congregação dos lentes e professores da Escola Normal do Estado do Espírito Santo**, 15 de fevereiro de 1910. Vitória. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

_____. **Ata da Primeira Sessão da Congregação dos lentes e professores da Escola Normal do Estado do Espírito Santo**, 6 de março de 1911. Vitória. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

_____. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Vitória, 19--. Disponível em: <<http://www.ape.es.gov.br/images/galerias/index.html>>. Acesso em 08 jul. 2015.

_____. **Conferencias Pedagógicas**. A Provincia do Espirito-Santo, Vitória, n. 42, jun. 1882. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 2, de 4 de junho de 1892**. O Estado do Espírito Santo, Vitória, ano XI, n. 2766, jun. 1892. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135934>>. Acesso em: 30 out. 2015.

_____. **Decreto nº 109, 4 jul. 1908**. Diario da Manhã. Vitória, ano I, n. 254, jul. 1908. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122510>>. Acesso em: 15 mai. 2015.

_____. **Decreto nº 43, de março de 1910**. Diario da Manhã, Vitória, ano IV, n. 73, mar. 1910. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122261>>. Acesso em: 14 out. 2015.

_____. **Decreto nº 2841 de fevereiro de 1917**. Diario da Manhã, Vitória, ano XI, n. 162, abr. 1916. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/136407>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 2876 de março de 1917**. Diario da Manhã, Vitória, ano XI, n. 191, fev. 1917. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 jun. 2015

_____. **Decreto nº 4325 de abril de 1921**. Diario da Manhã, Vitória, ano XV, n. 203, abr. 1921. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 5779 de 24 de janeiro de 1924**. Diario da Manhã, Vitória, ano XVIII, n. 134, jan. 1924. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 07 jul. 2015.

_____. **Decreto nº 6501 de dezembro de 1924**. Diario da Manhã, Vitória, ano XIX, n. 103, dez. 1924. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122505>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Decreto nº 7994 de 10 de fevereiro de 1927**. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116819>>. Acesso em: 21 set. 2015.

_____. **Decreto nº 10.171 de 24 de maio de 1930**. Diario da Manhã, Vitória, ano XXII, n. 2335, mai. 1930. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135714>>. Acesso em: 21 out. 2015

_____. **Instruções para o exame de capacidade técnica do professorado provisório do Estado e para exame de candidatos estrangeiros ao magistério.** Diário da Manhã, Vitória, ano XXIII, n. 2383, 20 jul. 1930. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135948>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. **Lei nº 545, de 16 de novembro de 1908.** Vitória, 1908. Acervo: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES). Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/114988>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **Lei nº 642, de 21 de dezembro de 1909.** Diário da Manhã, Vitória, ano IV, n. 6, jan. 1910. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Lei nº 1.693, de 29 de dezembro de 1928.** Diário da Manhã, Vitória, ano XXII, n. 1020, 30 dez. 1928. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135947>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. **Pontos para prova de Álgebra.** 3º ano do Curso Normal, agosto de 1935. Escola Normal Municipal de Alegre (Equiparada à Escola Normal Pedro II). Acervo: APEES.

_____. **Pontos para prova de Aritmética.** 1º ano do Curso Normal, agosto de 1935. Escola Normal Municipal de Alegre (Equiparada à Escola Normal Pedro II). Acervo: APEES.

_____. **Pontos para a prova de Desenho.** 1ª revisão escrita, 1º ano do Curso Normal, agosto de 1935. Escola Normal Municipal de Alegre (Equiparada à Escola Normal Pedro II). Acervo: APEES.

_____. **Pontos para a prova de Desenho.** 1ª revisão escrita, 2º ano do Curso Normal, agosto de 1935. Escola Normal Municipal de Alegre (Equiparada à Escola Normal Pedro II). Acervo: APEES.

_____. **Pontos para prova de Geometria.** Prova final, 3º ano do Curso Normal, fevereiro de 1934. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Equiparada à Escola Normal Pedro II). Acervo: APEES.

_____. **Projecto 17, de 22 de outubro de 1915.** Diário da Manhã, Vitória, ano XI, n. 2766. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 22 jun. 2015.

_____. **Prova escrita de Aritmética.** Curso Normal. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 2º ano. Vitória, 23 de fevereiro de 1934. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita de Aritmética.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 1º ano. Alegre, 6 de agosto de 1935. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita de Aritmética.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 1º ano. Alegre, 18 de fevereiro de 1936. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita de Aritmética.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 3º ano. Alegre, 18 de fevereiro de 1936. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita de Aritmética.** Curso de Adaptação. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 1º ano. Vitória, 26 e 27 de fevereiro de 1934. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita final de Aritmética.** Curso Normal. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 1º ano. Vitória, 23 de fevereiro de 1934. Acervo: APEES

_____. **Prova escrita do exame de Admissão de Desenho.** Curso Normal. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 2º ano. Vitória, fevereiro de 1934. Acervo: APEES.

_____. **Prova escrita de Desenho.** Curso de Adaptação. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. 1º ano. Vitória, maio de 1934. Acervo: APEES.

_____. **Prova final de Geometria.** Curso Normal. Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Sem série definida. Vitória, fevereiro de 1934. Acervo: APEES.

_____. **Prova parcial de Álgebra.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 3º ano. Alegre, 7 de agosto de 1935. Acervo: APEES

_____. **Prova parcial de Desenho.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 1º ano. Alegre, 10 de agosto de 1935. Acervo: APEES.

_____. **Prova parcial de Desenho.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 2º ano. Alegre, agosto de 1935. Acervo: APEES.

_____. **Prova parcial de Geometria.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 3º ano. Alegre, agosto de 1935. Acervo: APEES.

_____. **Prova parcial de Geometria.** Curso Normal. Escola Normal Municipal de Alegre. 1º ano. Alegre, fevereiro de 1936. Acervo: APEES.

_____. **Regulamento do Projecto de reorganização da instrução publica do Estado do Espírito-Santo.** O Estado do Espírito Santo, Vitória, ano IX, n. 2155, fev. 1890. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/135942>>. Acesso em: 10 jul. 2015

_____. **Resolução nº 375 de 3 de março de 1927.** Diário da Manhã, Vitória, ano XX, n. 465, mar. 1927. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/122506>>. Acesso em: 19 out. 2015

_____. **Termo de visita apresentado ao Departamento de Ensino pelo Inspetor Escolar Bodart Junior.** São Mateus, 25 de Maio de 1918.

_____. **Trabalho realizado por aluno em comemoração ao dia da Bandeira.** [193?] Acervo: APEES.

_____. **Trabalho realizado por aluno em comemoração à Proclamação da República.** 15 de novembro de 1940. Acervo: APEES.

JORNAL O SÃO MATHEUS. **Caixa Escolar**. São Mateus (ES), 27 de março de 1928 – ANO II, edição nº 22

LIMA, Henrique A. Cerqueira. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Dr. Jeronymo de Souza Monteiro**. Presidente do Estado do Espírito Santo pelo Director da Instrução Dr. Henrique A. Cerqueira Lima em 13 de agosto de 1908. Vitória: Imprensa Estadual, 1908. Acervo: APEES.

LINDENBERG, Carlos Fernando M. **Mensagem apresenta à Assembléia Legislativa Estadual** por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1961 pelo Dr. Carlos Fernando M. Lindenberg, Governador do Estado. 1961. Acervo: Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo.

MONTEIRO, Jeronymo de Souza. **Mensagem dirigida ao Congresso Espírito-Santense** na segunda sessão da 6ª Legislatura. Vitória, 1908. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. **Exposição sobre os Negocios do Estado no Quatriennio de 1909 a 1912**. Vitória, 1913. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 21 set. 2015.

MONTEIRO, Bernardino de Souza. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente do Estado**. Apresentado pelo Dr. Bernardino de Souza Monteiro em 1920. Acervo: APEES.

NEVES, Jones dos Santos. **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa Estadual** por ocasião da abertura da Sessão Legislativa de 1954 pelo Sr. Jones dos Santos Neves, Governador do Estado. Vitória, 1954. Acervo: Biblioteca Pública do Estado do Espírito Santo.

OLIVEIRA, Deocleciano Nunes de. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo Dr. Jeronymo de Souza Monteiro**. Apresentado pelo Inspector Geral do Ensino Dr. Deocleciano Nunes de Oliveira em 30 de julho de 1910. Acervo: APEES.

PIMENTA, Laura Pacheco. **Methodos, processos, fórmás e modos de Ensino**. Palestra realizada nas Escolas Reunidas de Vila Velha-ES. Diário da Manhã, ano XXIV, n. 2660, 15 jul. 1931. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/135933>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PIMENTEL, Mirabeau da Rocha. **Relatório apresentado a S. Exa. Snr. Presidente do Estado do Espírito Santo**. Apresentado pelo Secretário da Instrução Mirabeau da Rocha Pimentel em 15 de agosto de 1922. Vitória: Samorini & Cia, 1922. Acervo: APEES.

_____. **Relatório apresentado ao Exmo. Snr. Presidente do Estado**. Apresentado pelo Secretário dos Negocios da Instrução Dr. Mirabeau Pimentel em 12 de março de 1924. Vitória, 1924. Acervo: APEES.

RABELO, Fernando Duarte. **O problema da Nacionalização do Ensino no Estado do Espírito Santo**. Memorial apresentado a Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Secretário da Educação e Saúde Dr. Fernando Duarte Rabelo. Vitória: Imprensa Oficial, 1939. Acervo: APEES.

RAMALHETE, Ubaldo. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado**. Apresentado pelo Secretário da Instrução Ubaldo Ramalhete em 15 de fevereiro de 1927. Vitória, 1927. Acervo: APEES SÃO MATEUS. **Edital de Concurso**. Prefeitura Municipal de São Mateus, 12 de fevereiro de 1937. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

REVISTA DE EDUCAÇÃO. Vitória, anno 2, n. 14, p. 1-94, maio 1935. Disponível em <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128240>>. Acesso em: 17 jan. 2015.

_____. Vitória, anno 2, n. 15 e 16, p. 1-74, jun./jul. 1935. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130353>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

_____. Vitória, anno IV, n. 30 e 31, jun./jul. 1937. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/130357>>. Acesso em: 9 mar. 2015.

_____. Vitória, n. 1, jan. 1956. Disponível em: <<http://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/129697>>. Acesso em: 06 fev. 2015.

SÃO PAULO (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. **Lei nº 88, de 8 de setembro de 1892**. São Paulo, 1892. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1892/lei-88-08.09.1892.html>>. Acesso em: 19 jun. 2015.

_____. **A Eschola Publica** – Ensaio de Pedagogia Prática. Typographia Paulista. 1895. Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/educacao/publicacoes.php>>. Acesso em: 01 jun. 2015.

SÃO MATEUS. **Decreto n. 119 de 31 de janeiro de 1939**. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

_____. **Ofício n. 158**. Vitória, 16 de fevereiro de 1940. Acervo: Biblioteca Pública Municipal.

SILVA, Jorge. **Discursos e Notas Taquigráficas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003. Disponível em: <<http://www.camara.leg.br/internet/sitaqweb/TextoHTML.asp?etapa=3&nuSessao=002.3.54.O&nuQuarto=73&nuOrador=2&nuInsercao=0&dtHorarioQuarto=17:36>>. Acesso em: 16 fev. 2015.

SOUZA, Marcondes Alves de. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Espírito Santo** na abertura da 3ª Sessão Ordinária da 8ª Legislatura pelo Presidente do Estado Marcondes Alves de Souza. Vitória, 1915. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 08 jul. 2015.

VÁRIAS. **Diário da Manhã**, Vitória, ano X, n. 140, 01 fev. 1916. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>>. Acesso em: 14 out. 2015.

VIVACQUA, Attilio. **Entrevista concedida ao Diário da Manhã** pelo Dr. Attilio Vivacqua, secretário da Instrução. Vitória, 1929. Acervo: APEES.

6.2 FONTES SECUNDÁRIAS

AGUIAR FIHO, Walter de. **Ceciliano Abel de Almeida**. 2010. Disponível em: <<http://www.morrodomoreno.com.br/materias/ceciliano-abel-de-almeida.html>>. Acesso em: 12 fev. 2015.

ALMEIDA, Jane Silva de. Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, Demerval [et al.]. **O legado educacional do século XX no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 58-107.

BARRETO, Sônia Maria da Costa. A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba na memória cultural da Primeira República: década de 1920. In: Simpósio Nacional de História, 23., 2005, Londrina. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S23.0960.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

_____. A Escola Normal D. Pedro II e a normalista capixaba nos anos 1920. **Revista Agora**, Vitória, n. 6, p. 1-16, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/agora/article/viewFile/1916/1428>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Livro Didático e Conhecimento Histórico: uma história do saber escolar**. 369f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 1993.

BOREL, Tatiana. **Processos de formação e práticas docentes na constituição histórica da Educação Física escolar no Espírito Santo, nas décadas de 1930 e 1940**. 182f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2012.

BUSATTO, Luiz. **O modernismo antropofágico no Espírito Santo**. Disponível em: <<http://www.estacaocapixaba.com.br/literatura/o-modernismo-antropofagico-no-espirito-santo/>>. Acesso em 12 out. 2015.

CARTOLANO, Maria Teresa Penteado. **Benjamin Constant e a Instrução Pública no Início da República**. 288 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1994.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

CASTELLUBER, Arildo. Ensino Primário e Matemática dos imigrantes e descendentes germânicos em Santa Leopoldina (1857-1907). 277 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, 2014.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. [Tradução de Maria Manuela Galhardo]. 2 ed. Lisboa: Editora Difel, 1990.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria e Educação**. Porto Alegre: Pannonica, 1990.

COSTA, David Antonio da. **A Aritmética escolar no ensino primário brasileiro: 1890-1946**. Tese (Doutorado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

COSTA, Reginaldo Rodrigues da. A capacitação e aperfeiçoamento de professores que ensinavam Matemática no Estado do Paraná 1971-1982. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL", 9., 2012, João Pessoa. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/8.12.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2015.

COUTINHO, José Maria. **Uma História da Educação no Espírito Santo**. Vitória: Departamento Estadual de Cultura/ Secretaria de produção e Divisão Cultural UFES, 1993.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

DASSIE, Bruno Alves; BAPTISTA, Walter Lima Brandão. In: GARNICA, Antonio Vicente Marafioti; SALANDIM, Maria Ednéia Martins (Org.). **Livros, leis, leituras e leitores: exercícios de interpretação para a história da educação matemática**. Curitiba: Appris, 2014. p. 69-95.

DE CERTEAU, Michel. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Galeria de Governadores**. 2010. Disponível em: <http://www.es.gov.br/EspiritoSanto/paginas/galeria_governadores.aspx>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Academia Espírito-Santense de Letras. **Patronos e Acadêmicos**. Vitória, 2002. Disponível em: <http://www.ael.org.br/index.html/wa_files/cadeira_5.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2015.

_____. ACADEMIA DE LETRAS E ARTES DA SERRA. **Poetas Capixabas**. Disponível em:

<<http://www.poetas.capixabas.nom.br/AESL/membro.asp?id=472&academia=aleas>>. Acesso em: 12 out. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VIDAL, Diana Gonçalves. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, Mai./Jun./Jul./Ago. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a03>>. Acesso em: 21 fev. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). **500 anos de Educação no Brasil**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

FERNANDES, Maria da Conceição Vieira. **A inserção e vivência da mulher na docência de Matemática: uma questão de gênero**. 108f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2006.

FERREIRA, Viviane Lovatti. A História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 1., 2000, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe1/anais/164_viviane.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2011.

_____. **A Educação Matemática nas Escolas Normais do Espírito Santo: Um Resgate Histórico de Formação de Professores**. 2002. 155f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

FONTOURA, Amaral. **Metodologia do Ensino Primário**. 4 ed. Rio de Janeiro: Editora Aurora, 1958.

FTD Educação. **A História**. 2015. Disponível em: <<http://www.ftd.com.br/a-ftd/a-historia/>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido peça Inquisição**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GONTIJO, Cláudia Maria Mendes; GOMES, Sílvia Cunha. **Escola primária e ensino da leitura e da escrita (alfabetização) no Espírito Santo (1870-1930)**. Vitória: EDUFES, 2013.

LE GOFF, Jacques. **A História Nova**. [Tradução de Eduardo Brandão]. São Paulo: Martins Fontes, 1990a.

_____. **História e Memória**. 2ªed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990b.

LEME DA SILVA, Maria Célia; VALENTE, Wagner Rodrigues. Uma breve história do ensinar e aprender matemática nos anos iniciais: uma contribuição para a formação

professores. **Educação Matemática Pesquisa**, São Paulo, v. 15, Número Especial, p. 857-871, 2013.

LEME DA SILVA, Maria Célia. O Ensino de Geometria nos anos iniciais: história e perspectivas atuais. In: ENCONTRO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 11, 2013, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://sbem.esquiro.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/3167_2152_ID.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2015.

_____. Desenho e geometria na escola primária: um casamento duradouro que termina com separação litigiosa. **História da Educação**, v. 18, n. 42, p. 61-73, jan./abr. 2014.

_____. Revista *A Eschola Publica* (1896-1897): saberes geométricos e o método analítico. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890 – 1971), 12., 2015, Curitiba. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www2.td.utfpr.edu.br/seminario_tematico/artigos/55.pdf>. Acesso em 20 jun. 2015.

LOCATELLI, Andrea Brandão; BEZERRA, Ariadny; SIMÕES, Regina Helena Silva. Controle, regulação e resistência na configuração da profissão docente no Espírito Santo no início do Século XX: a lição da professora Joanna Passos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2011, **Anais eletrônicos...** Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/res/trtr_1115.htm>. Acesso em 20 jun. 2015.

MACHADO, Rita de Cassia Gomes. **Uma Análise dos Exames de Admissão ao Secundário (1930-1970)**: subsídios para a História da Educação Matemática no Brasil. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2002.

MANZINI, Eduardo José. A entrevista na pesquisa social. **Didática**, São Paulo, v. 26/27, p. 149-158, 1990.

MARQUES, Josiane Acácia de Oliveira. **Manuais Pedagógicos e as Orientações para o Ensino de Matemática no Curso Primário em Tempos de Escola Nova**. 132f. Mestrado (Mestrado em Ciências) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, 2013.

MARTINS, Angela Maria Souza. Breves reflexões sobre as primeiras Escolas Normais no contexto educacional brasileiro, no século XIX. **Revista HISTEDBR Online**, Campinas, n. 35, p. 173-182, set. 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/35/art12_35.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2015.

MIGAL, Artur Carbonell Y. **Metodologia do Ensino Primário**. Tradução de Narciso Berlese. 5 ed. Rio de Janeiro, Porto Alegre, São Paulo: Editora Globo, 1948.

MIGUEL, Antonio; MIORIM, Maria Angela. **História na Educação Matemática: propostas e desafios**. 1 ed., 2 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MILANO, Miguel. **Manual do Ensino Primário, 3º ano**. 6ª ed. Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte: Livraria Francisco Alves, 1945.

MIORIM, Maria Ângela. **Introdução à história da educação matemática**. São Paulo: Atual, 1998.

MONIZ, Edmundo. **Francisco Alves de Oliveira**: livreiro e autor. 2 ed. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2009.

MORTATTI, Maria do Rosário Longo. **Os sentidos da alfabetização**: São Paulo/1876-1994. 3ª reimpressão. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

MOTTA, Cristina Dalva Van Berghem; BROLEZZI, Antonio Carlos. A Influência do Positivismo na História da Educação Matemática no Brasil. In: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006. Uberlândia. **Anais Eletrônicos...Disponível em:** <<http://www2.faced.ufu.br/colubhe06/anais/arquivos/eixo6.htm>>. Acesso em 14 nov. 2015.

NARDOTO, Eliezer Ortolani; OLIVEIRA, Herinéa Lima. **História de São Mateus**. 2 ed. São Mateus: Atlântica, 2001.

OLIVEIRA, Herinéa Lima. Educação. In: NARDOTO, Eliezer Ortolani (Org). **São Mateus 450 anos**. Revista Histórica de Publicação Única. Editora Atlântica Limitada. 1994. p. 68-72.

OLIVEIRA, Cátia Regina G. A. João de Deus, a Cartilha Maternal e o ensino de Leitura em Portugal. **História da Educação**, Pelotas, v. 4, p. 49-56, 1998.

OLIVEIRA, Marcus Aldenison. Pestalozzi, o método intuitivo e os saberes elementares aritméticos. In: VALENTE, Wagner Rodrigues (org.). Método. **Cadernos de Trabalho**, v. 4. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

PAULA, Flávia Anastácio de. **Lições, deveres, tarefas, para casa**: velhas e novas prescrições para professoras. 241f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, 2000.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges. História da Cultura Escolar através dos Exames: o caso dos Exames de Admissão ao Ginásio (1939-1971). **Revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, v. 8, n. 16, p. 4-15, 2002. Disponível em: <<http://www.propp.ufms.br/poseduc/revistas/intermeio/revistas/16/16artigo01.pdf>>. Acesso em: 18 fev. 2015.

PEZZIN, Ana Cláudia. **Grupo Escolar Amâncio Pereira (1946-1975)**: Organização, Contexto Histórico e Educação Matemática. 2012. 79f. Monografia (Especialização em Ensino na Educação Básica) - Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2012.

PEZZIN, Ana Cláudia; SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. Revista de Educação: uma publicação capixaba nos entremeios do século XX. In: SEMINÁRIO TEMÁTICO SABERES ELEMENTARES MATEMÁTICOS DO ENSINO PRIMÁRIO (1890 - 1971): O QUE DIZEM AS REVISTAS PEDAGÓGICAS? (1890 – 1971), 12., Curitiba, 2015.

PIROLA, André Luiz Bis. **O livro didático no Espírito Santo e o Espírito Santo no livro didático**: história e representações. 265f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

REIS FILHO, Casemiro. **A educação e a ilusão liberal**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 1995.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História e Ciências Sociais**, Ano I, nº I, Julho de 2009.

SAVIANI, Demerval. História da Formação Docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista do Centro de Educação**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 11-26, jul./dez. 2005.

_____. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

_____. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

SCHAFFRATH, Marlete dos Anjos Silva. Escola Normal: O projeto das elites brasileiras para a formação de professores. In: Encontro Interdisciplinar de Pesquisa em Artes, 1., 2008, Curitiba. **Anais Eletrônicos...** Disponível em: <http://www.fap.pr.gov.br/arquivos/File/Arquivos2009/Extensao/I_encontro_inter_arte_a/20_Marlete_Schaffrath.pdf>. Acesso: em 02 fev. 2015.

SILVA, Circe Mary da. Um longo reinado do livro didático. In: ENCONTRO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 5., 2000, Vitória. **Anais**. Vitória : Gráfica Santo Antonio, 2000. v. 1. p.28-47.

SILVA, Vivian Batista da. **Saberes em Viagem nos Manuais Pedagógicos**: construções da escola em Portugal e no Brasil (1870-1970). 389f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade São Paulo, São Paulo, 2005.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. Conteúdos ensinados na escola normal do Espírito Santo no início do século XX: entre a formação geral e a formação pedagógica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5., 2008, Aracaju. **Anais eletrônicos...** Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/619.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2015.

SIQUEIRA FILHO, Moysés Gonçalves. **Ali lezid Izz-Edim Ibn Salim Hank Malba Tahan**: episódios do nascimento e manutenção de um autor-personagem. 2008.

258f. Tese (Doutorado em Educação Matemática) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008.

_____. A passagem de Gomes Cardim pelo Espírito Santo e a Incorporação de suas Intencionalidades: os programas de ensino primário de Aritmética, Desenho e Geometria nos entremeios das décadas de 1908 a 1928. In: COSTA, David Antonio da; VALENTE, Wagner Rodrigues. (Orgs.). **Saberes Matemáticos no curso primário: o que, como e por que ensinar?** Editora Livraria da Física: São Paulo, 2014.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Templos de civilização: implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)**. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

_____. Espaço da educação e da civilização: origens dos grupos escolares no Brasil. In: SAVIANI Demerval [et al.]. **O legado educacional do século XIX**. 2 ed. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 33-84.

SOUZA, Rodrigo Augusto de. O ensino de História na Perspectiva Intelectual de Alfredo Miguel Aguayo. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n.43, p. 118-131, p. 118-131, set. 2011. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/43/art09_43.pdf>. Acesso em: 23 jun. 2015.

SOUZA, Luzia Aparecida de. **Trilhas na construção de versões históricas sobre um grupo escolar**. 2011. 420f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Matemática. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2011.

SOUZA JÚNIOR, Marcílio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. História das disciplinas escolares e história da educação: algumas reflexões. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 391-408, set./dez. 2005.

STAHL, Marimar M. Reflexões sobre a formação do professor leigo. **Em Aberto**, Brasília, ano 5, n. 32, p. 17-25, out./dez. 1986.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 61-193, Mai./jun./jul./ago. 2000.

VALENTE, Wagner Rodrigues. **Uma história da matemática escolar no Brasil: 1730-1930**. São Paulo: Annablume, 1999.

_____. Positivismo e Matemática Escolar dos Livros Didáticos no Advento da República. **Cadernos de Pesquisa**, n. 109, p. 201-212, mar. 2000.

_____. Mello e Souza e a crítica aos livros didáticos de matemática: demolindo concorrentes, construindo Malba Tahan. **Revista Brasileira de História da Matemática**, v 4, n. 8, , p.171-187, out. 2004 – mar. 2005

_____. História da Educação Matemática: interrogações metodológicas. **REVMAT - Revista Eletrônica de Educação Matemática**, Santa Catarina, v 2.2, p.28-49, 2007.

_____. Livro didático e educação matemática: uma história inseparável. **Zetetiké**, Unicamp, v. 16, n. 30, p. 139-162, jul./dez. 2008.

_____. **A matemática na formação do professor do ensino primário**: São Paulo, 1875-1930. São Paulo: Annablume, 2011.

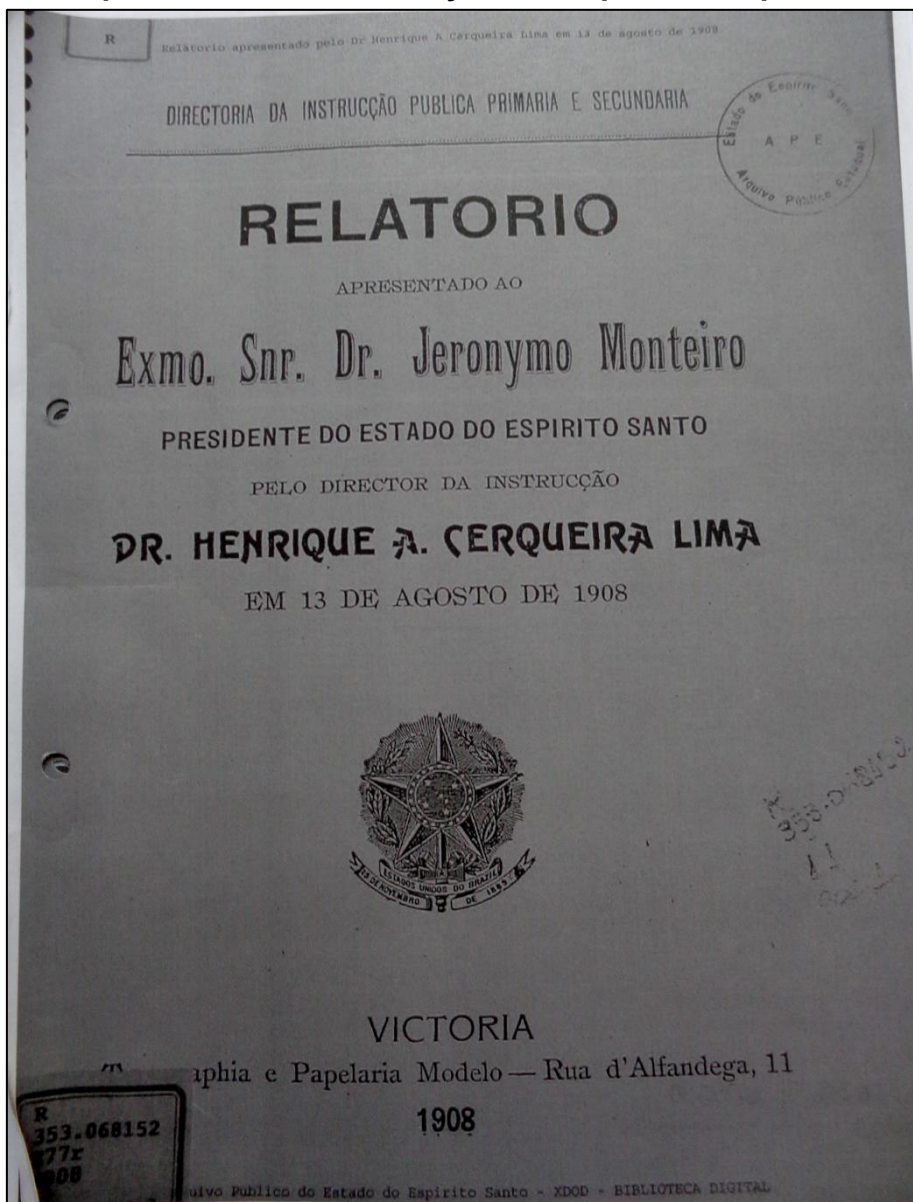
_____. O Lugar da Matemática Escolar na Licenciatura em Matemática. **BOLEMA**, Rio Claro, v. 27, n. 47, p. 939-953, dez. 2013.

_____. Elementar. **Cadernos de Trabalho**, v. 1. São Paulo: Editora Livraria da Física, 2015.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre-escola e a professora. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes; VEIGA, Cynthia Greive (Org.). 4. ed. **500 anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

ANEXOS

Anexo A – Capa de Relatório encaminhado ao governo do Estado do Espírito Santo pelo Diretor da Instrução Henrique A. Cerqueira Lima.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Anexo B - Certificado da Escola Complementar no ano de 1918



Fonte: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Anexo C – Transcrição do Certificado (1918) da Escola Complementar anexa à Escola Normal.

